



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

HIGOR FERNANDO DO NASCIMENTO PONTES

**A Economia do Açaí como Expressão do Circuito Inferior Integrado da Economia
Urbana no Bairro do Guamá (Belém-Pará)**

Belém-Pará
2026

HIGOR FERNANDO DO NASCIMENTO PONTES

**A Economia do Açaí como Expressão do Circuito Inferior Integrado da Economia
Urbana no Bairro do Guamá (Belém-Pará)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador (a): Prof. Dr Danilo Araújo Fernandes.

Belém-Pará
2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P813e Pontes, Higor Fernando do Nascimento.
A Economia do Açaí como Expressão do Circuito Inferior
Integrado da Economia Urbana no Bairro do Guamá (Belém-Pará) /
Higor Fernando do Nascimento Pontes. — 2019.
113 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Coorientador(a): Prof. Dr. Rafael Ferreira Bastos
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

1. Açaí. 2. Circuitos da Economia Urbana. 3. Milton
Santos. 4. Circuito Inferior Integrado. 5. Guamá. I. Título.

CDD 330.0981

HIGOR FERNANDO DO NASCIMENTO PONTES

A Economia do Açaí como Expressão do Circuito Inferior Integrado da Economia Urbana no Bairro do Guamá (Belém-Pará)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientador (a): Prof. Dr Danilo Araújo Fernandes.

Banca Examinadora

Orientador (a): Prof. Dr Danilo Araújo Fernandes.

Coorientador: Dr Rafael Ferreira Bastos

Examinador Interno (a): Prof. Dr Saint Clair Cordeiro da Trindade Junior

Examinador Interno (a): Prof. Dr Thales Maximiliano Ravena Canete

Examinador Externo (a): Prof. Dr Harley Silva

Examinador Externo (a): Prof. Dr Raul da Silva Ventura Neto

Belém-Pará
2026

Ao meu Senhor Jesus, Porque D'ele e por Ele e para Ele são todas as coisas.

Agradecimentos

Superar limites! é a expressão que me provoca diariamente. Hoje, celebro mais uma superação: a conclusão de um doutorado. Foram anos de desafios, incertezas e aprendizados que, com a graça de Deus e o apoio de pessoas muito queridas, foram sendo vencidos, um a um. Neste espaço, deixo poucas, porém sinceras palavras de gratidão.

Primeiro, agradeço a Deus, que com Sua mão poderosa me sustentou até aqui. Sem o fôlego de vida, a força para levantar todos os dias e a esperança renovada, nada disso teria sido possível. Ao meu orientador, professor Danilo Araújo Fernandes, pela condução responsável e cuidadosa ao longo de todo o processo, sempre marcada pela compreensão, pelo respeito e pelo companheirismo. Aos membros da banca, que com o olhar crítico contribuíram ricamente para o produto final.

Ao meu PAIstor, Douglas Lisboa, que no início da pesquisa gentilmente percorreu comigo, de carro, todas as ruas do bairro do Guamá, contribuindo diretamente para o georreferenciamento dos pontos de batida de açaí. Ele e sua família foram, sem dúvida, as pessoas que mais me apoiaram em toda a minha trajetória acadêmica, oferecendo cuidado, incentivo e suporte em cada fase da minha vida estudantil — ainda me recordo, com carinho, da sua aflição em querer pagar um cursinho para mim caso eu não tivesse passado em 2010.

Às minhas queridas amigas da igreja de desde a tenra infância, Diliane Castilho e Rosyany Ribeiro, que tanto me ajudaram, trazendo apostilas do cursinho para que eu pudesse estudar para o vestibular. Neste momento, um verdadeiro filme passa pela memória, e os olhos se enchem de lágrimas.

À minha mãe, que com muitas dificuldades me proporcionou o essencial para iniciar minha caminhada na vida. Hoje, ela pode contemplar com orgulho os frutos do seu trabalho árduo e silencioso.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo incentivo que dá as universidades com o objetivo de potencializar a pesquisa no país. Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, pela confiança e apoio fundamentais ao longo do curso.

Aos meus amigos da UFPA — Zingara, Ludimila, Mila, Ellen, Rafael, Vitor e Natália. Quantas lágrimas dividimos, não é? Quantas vezes a Zingara, nossa “mãezona”, me ofereceu seu colo para chorar... Quantas vezes nos acalmamos com longos abraços e orações. Ao meu grande amigo Vitor, com quem compartilho esse “multiverso” que é a vida — mesmo à

distância, dividimos alegrias, dores, desafios e, juntos, concluímos o doutorado. Tudo nosso, nada deles, meu amigo.

À Ellen Claudinne e ao Rafael Bastos, pela contribuição fundamental nas discussões de orientação e coorientador, que foram decisivas para a conclusão deste trabalho.

Registro também minha profunda gratidão à cuidadora da minha mãe, minha querida Betinha que é mais que uma amiga: é também uma mãe para mim. Foi meu braço direito nesses últimos anos, permitindo que eu pudesse trabalhar e seguir firme nos estudos.

Por fim, agradeço a uma pessoa muito especial, que Deus colocou em meu caminho como a força que faltava para alcançar a linha de chegada. Em 2025, recebi um apoio que jamais imaginei. Ao Dr. Edvaldo Júnior, uma pessoa imensamente querida, que com desvelo, me ajudou com minha saúde e cuidado familiar, a quem dedico meu carinho, amizade, lealdade e gratidão, hoje e sempre. Sem sua ajuda, talvez não conseguisse.

Encerrando, deixo a frase que me acompanha desde a graduação e que resume tudo o que sou e acredito:

“Nunca me deixes esquecer que tudo o que tenho, tudo o que sou e tudo o que vier a ser vem de Ti, Senhor!”

Deus abençoe a todos!

RESUMO

A economia do açaí consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos setores mais dinâmicos da Amazônia, articulando dimensões produtivas, culturais e urbanas. Em Belém, especialmente nas áreas de baixada, essa atividade adquiriu papel central na organização do espaço e na reprodução social das bases populares. Tomando como referência o bairro o Guamá, esta tese analisa a atividade dos batedores de açaí como expressão de práticas econômicas híbridas, situadas entre o formal e o informal, e propõe a hipótese da expressão de um circuito intermediário da economia, inspirado na teoria dos circuitos formulada por Milton Santos (1979). A pesquisa adota metodologia de caráter comparativo-longitudinal, integrando bases secundárias (CNEFE/IBGE 2010) e levantamento primário com 50 batedores de açaí, classificado segundo 12 critérios empíricos relativos à formalização, tecnologia, crédito, organização e digitalização. Os resultados indicam a coexistência de práticas de circuito inferior (trabalho familiar, baixa capitalização e redes de proximidade) com elementos do circuito superior marginal (microformalização via MEI, uso de maquininhas, redes sociais e crédito formal). Essa combinação revela um conjunto de agentes econômicos que atuam com tecnificação leve, capital misto e legalidade parcial, caracterizando um circuito inferior integrado que reorganiza o espaço urbano das baixadas. conclui-se que a economia do açaí, ao mesmo tempo em que sustenta a vida popular, produz novas racionalidade territoriais e redefine o papel econômico das periferias de Belém, desafiando a clássica bipolaridade entre o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana.

Palavras-chave: Açaí; Circuitos da Economia Urbana; Milton Santos; Circuito Inferior integrado; Guamá.

ABSTRACT

In recent decades, the açaí economy has become one of the most dynamic sectors in the Amazon, articulating productive, cultural, and urban dimensions. In Belém, particularly in low-lying floodplain areas, this activity has played a central role in spatial organization and in the social reproduction of popular groups. Taking the Guamá neighborhood as a reference, this thesis analyzes the activity of artisanal açaí processors as an expression of hybrid economic practices situated between formality and informality, and advances the hypothesis of the existence of an intermediate economic circuit, inspired by Milton Santos' theory of the circuits of the urban economy (1979). The research adopts a comparative-longitudinal methodological approach, integrating secondary data (CNEFE/IBGE 2010) with primary data collected from 50 açaí processors, classified according to 12 empirical criteria related to formalization, technology, access to credit, organizational practices, and digitalization. The results indicate the coexistence of practices typical of the lower circuit—such as family labor, low capitalization, and proximity-based networks—with elements associated with the marginal upper circuit, including micro-formalization through the MEI regime, use of electronic payment devices, social media, and formal credit. This combination reveals a group of economic agents operating with light technification, mixed capital structures, and partial legality, characterizing what is defined here as an integrated lower circuit that contributes to the reorganization of urban space in Belém's floodplain areas. It is concluded that the açaí economy, while sustaining popular livelihoods, produces new territorial rationalities and redefines the economic role of Belém's urban peripheries, challenging the classical bipolarity between the upper and lower circuits of the urban economy.

Keywords: Açaí; Circuits of the Urban Economy; Milton Santos; Integrated Lower Circuit; Guamá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Batedores de Açai do Bairro do Guamá	66
Figura 2 - Ponto de Bater Açai do Circuito Inferior.....	66
Figura 3 - Ponto de Bater Açai no Circuito Inferior.....	67
Figura 4 - Ponto de Bater Açai no Circuito Inferior Integrado	67
Figura 5 - Ponto de Bater Açai no Circuito Inferior Integrado	68
Figura 6 - Ponto de Bater Açai em Transição ao Circuito Superior Marginal	69
Figura 7 Ponto de Bater Açai e Transição do Circuito Superior Marginal	69
Figura 8 - Mapa do Levantamento Realizado pelo CNEFE no Censo do IBGE 2010, dos Pontos com a Denominação "açai", no Bairro do Guamá.	71
Figura 9 - Mapa do Mapeamento de Pontos de Açai no Bairro do Guamá em 2020.....	73
Figura 10 - Sobreposição dos Pontos de Açai do CNEFE/2010 e do Mapeamento de Campo em 2020	75
Figura 11 - Mapa dos Pontos em comum entre o CNEFE/2010 e o Mapeamento de Campo realizado em 2020.....	76
Figura 12 - Mapa dos Pontos de Aplicação dos Questionários para Análise dos Circuitos da Economia Urbana	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos	27
Quadro 2 – Atualização das Características dos Circuitos da Economia Urbana	38
Quadro 3 – Estrutura do Questionário Aplicado aos 50 Batedores.....	56
Quadro 4 – Critério de Classificação dos Batedores segundo o Índice de Indicadores Modernos.....	58
Quadro 5 – Conversão para Número Absoluto de Indicadores (Base 12 Indicadores).....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevistados por Frente de Ocupação e Origem	81
Tabela 2 – Formulação das perguntas do questionário e número de respostas afirmativas por circuito (SIM/total)	85
Tabela 3 – Produção e receita dos estabelecimentos de batimento de açaí	90
Tabela 4 – Indicadores de sazonalidade produtiva	91
Tabela 5 – Estatística descritiva dos preços do açaí (R\$/kg)	92
Tabela 6 – Infraestrutura Sanitária e Formação Técnica na Casa do Açaí por Circuito da Economia Urbana	94

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

PRB – Programa de Recuperação das Baixadas

RMB – Região Metropolitana de Belém

APL – Arranjos Produtivos Locais

Sumário

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Breve contextualização teórica: os circuitos, a cidade e o açaí	19
CAPÍTULO 2 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM MILTON SANTOS, A AMPLIAÇÃO PARA UM QUARTO SUBSISTEMA	25
2.1 A Teoria dos Circuitos da Economia Urbana	25
2.1.1 O circuito Superior	26
2.1.2 O circuito superior marginal	28
2.1.3 O Circuito Inferior	30
2.2 Para uma fundamentação do Circuito Inferior Integrado: atualização e ampliação	32
2.2.1 Estrutura e funcionamento do circuito inferior integrado	39
2.3 Políticas, formalização e redes híbridas	42
2.4 Perspectivas sobre o Contexto Amazônico	43
CAPÍTULO 3 A ECONOMIA DO AÇAÍ E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE BELÉM: PROCESSO HISTÓRICO, DINÂMICAS URBANAS E A EMERGÊNCIA DO CIRCUITO INFERIOR INTEGRADO NO BAIRRO DO GUAMÁ.	45
3.1 O processo histórico do Açaí: do alimento indígena ao produto urbano	46
3.2 O Açaí e a configuração socioespacial do Bairro do Guamá	47
3.3 Modernização técnica, economia popular e o Açaí como vetor socioespacial de expressão do circuito inferior integrado nas Baixadas de Belém	51
CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	53
CAPÍTULO 5 A ESPACIALIZAÇÃO DA ECONOMIA DO AÇAÍ E A EMERGÊNCIA DO CIRCUITO INFERIOR INTEGRADO NO BAIRRO DO GUAMÁ	62
5.1 Transformações Urbanas, Migração e a Consolidação do Açaí nas Baixadas	63
5.2 Circuito Inferior Integrado: Práticas Híbridas e Microformalização	64
5.3 Estrutura, circulação e o papel do Estado na formação do circuito inferior integrado	66
5.4 Análise espacial dos pontos do CNEFE/2010.	70
5.5 Análise Espacial dos Pontos do Levantamento de Campo em 2020 e da Sobreposição 2010-2020.	73
5.6 Análise dos Resultados: Circuitos da Economia Urbana, Frentes de Ocupação e Classificação dos Batedores.	76
5.6.1 Perfil socioeconômico, produtivo e territorial dos batedores de açaí do bairro do Guamá	80
5.6.2 Distribuição dos Indicadores Empíricos e Diferenciações Internas entre os Circuitos ...	84
5.7 Análise Quantitativa da Produção e da Dinâmica Mercantil do Açaí: safra e entressafra .	90
5.8 A atuação do Estado e a difusão das técnicas: Casa do Açaí, Infraestrutura Sanitária e integração institucional.	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

A economia do açaí tornou-se, nas últimas décadas, um dos setores mais dinâmicos da Amazônia, articulando dimensões produtivas, culturais e urbanas. De alimento tradicional de povos ribeirinhos, o açaí transformou-se, a partir da década de 1990, em mercadoria de alcance regional e global, evidenciando um processo de modernização que não eliminou sua base popular e territorializada (Moreira, 1966; Penteado, 1968; Cruz, 1973; Cardoso, 2007; Trindade Júnior, 1997; 2016). Nas baixadas de Belém, especialmente no bairro do Guamá, essa economia consolidou-se como parte essencial da vida cotidiana, conectando trabalho familiar, redes sociais e formas emergentes de formalização, como registro de MEI, o uso de crédito e pagamentos digitais.

Nesse contexto, as baixadas devem ser entendidas não apenas como espaços de precariedade, mas como territórios de produção econômica e sociabilidade, formados historicamente por processos migratórios e pela autoconstrução popular (Mitschein, 1989; Cardoso, 2007; Monteiro, 2017; Spink *et al*, 2020).

A partir da década de 1970, as baixadas passam por ressignificação, na qual o Programa de Recuperação das Baixadas (PRB), embora tivesse como objetivo a urbanização dessas áreas, enfrentou graves dificuldades operacionais e a insuficiência de suporte adequado para atender às necessidades da população carente (Rodrigues, 1994; Trindade Júnior, 1997; Leão, 2013; Abelém, 2018).

O Guamá é um exemplo emblemático de uma urbanização de baixo para cima, resultado da ação coletiva de indivíduos que transformaram áreas alagadas em um bairro vivo e produtivo.

A formação e consolidação do bairro do Guamá, portanto, não podem ser compreendidas apenas como ocupação periférica ou resposta às dinâmicas habitacionais. Trata-se de um processo central para a compreensão da dinâmica socioespacial de Belém, uma vez que evidencia o papel ativo das populações trabalhadoras na produção do espaço urbano (Ramos, 2002; Lacerda, 2006; Dias Júnior, 2009).

Entre as atividades que estruturam essa dinâmica, destaca-se a dos bateadores de açaí, cuja atuação sintetiza as tensões entre a informalidade e formalização, tradição e inovação, resistência e reorganização territorial.

Tais mudanças configuram práticas híbridas que desafiam a clássica bipolaridade entre os circuitos superior e inferior (como se observará no Capítulo 5), sugerindo uma complexificação dos arranjos produtivos e comerciais nas periferias.

A atividade do açaí, portanto, além de garantir a sobrevivência de milhares de famílias, conecta-se a redes de mercado que extrapolam os limites do bairro, dialogando com dinâmicas urbanas mais amplas e reconfigurando, por consequência, o papel das periferias na economia da cidade.

As práticas populares do circuito inferior articuladas na comunidade, quando incorporam objetos e ações do circuito superior, revelam uma transição para formas híbridas. Uma heterogeneidade produtiva e comercial que indica a emergência de um subsistema do circuito inferior (circuito inferior integrado) capaz de reconfigurar o papel econômico das periferias e desafiar as interpretações que reduzem as baixadas a territórios de carência.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de atualizar a teoria dos circuitos da economia urbana à luz das transformações recentes na Amazônia urbana, tomando a economia do açaí, sobretudo, os batedores do bairro do Guamá, como expressão concreta dessa modernização desigual. O estudo propõe, portanto, compreender como práticas econômicas populares, ancoradas em territórios historicamente marginalizados podem configurar novas formas de integração técnica, econômica e institucional, contribuindo para redefinir a organização socioespacial de Belém.

Diante desse cenário, o problema deste trabalho consiste em compreender de que forma a atividade dos batedores de açaí, articulando elementos do formal e do informal, pode indicar a existência de um circuito inferior integrado da economia urbana, que reconfigura a atualização dos circuitos urbanos no papel econômico e social das periferias de Belém.

Dessa forma, o objeto desta tese é a economia do açaí nas baixadas de Belém, com ênfase no bairro do Guamá, analisando sua inserção no espaço urbano como um componente central da organização socioespacial da cidade.

Ao tomar essa economia como lente analítica, a pesquisa busca evidenciar como práticas produtivas e comerciais enraizadas nas baixadas – que vão desde a coleta do fruto até o batimento da polpa, da circulação de mercadorias à adoção de registros formais e meios digitais de pagamento – têm potencial de reconfigurar os usos do solo, as redes de sociabilidade e as formas de geração de renda, desafiando leituras que frequentemente reduzem esses territórios à precariedade.

Destarte, a formulação do problema de pesquisa abre espaço para a construção de um conjunto de questões investigativas que detalham os caminhos analíticos da tese. Ao deslocar

o foco para a prática cotidiana dos batedores de açaí e para as dinâmicas socioespaciais do bairro do Guamá, busca-se traduzir a problemática em perguntas empíricas e teóricas capazes de evidenciar, como o objeto desta tese opera na fronteira entre a informalidade e a formalização incipiente. Essas perguntas, além de orientar a investigação, permitem articular a dimensão empírica do estudo às discussões conceituais sobre os circuitos da economia urbana:

- a) De que maneira os pontos de batida artesanal de açaí das baixadas de Belém expressam a emergência de um circuito inferior integrado da economia urbana?
- b) Quais as práticas econômicas e territoriais revelam a hibridização entre elementos do circuito inferior e do circuito superior no caso dos batedores de açaí?
- c) Como a economia do açaí impacta a configuração espacial do bairro do Guamá, especialmente nas áreas de baixada?
- d) Como a análise dos batedores de açaí permite atualizar a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, evidenciando a emergência de uma configuração intermediária diante das transformações técnico-científicas contemporâneas?

A resposta a essas questões orientaram a formulação de hipóteses que conduzem a análise empírica e teórica, e funcionam como fio condutor para confrontar a realidade observada no bairro do Guamá como a estrutura conceitual proposta, permitindo avaliar a pertinência e os limites dessa categoria analítica: (i) a técnica de bater açaí, desenvolvida nas regiões de várzea da Amazônia, criou um sistema de objetos que preserva os valores das populações migrantes e impulsionou o crescimento do processamento e comercialização de açaí em Belém. Essa expansão ofereceu alternativas adaptativas e melhorou a renda dos produtores ribeirinhos; (ii) os batedores de açaí do bairro do Guamá apresentam práticas que combinam elementos do circuito inferior (trabalho familiar, baixa capitalização) com elementos do circuito superior marginal (uso de crédito, maquininhas de cartão, inserção em plataformas digitais); (iii) essa combinação de práticas constitui evidência empírica da emergência de um circuito inferior integrado.

O objetivo geral é analisar a inserção dos batedores de açaí das baixadas de Belém na economia urbana, verificando em que medida suas práticas econômicas e territoriais configuram um circuito inferior integrado emergente e como esse processo impacta a organização do espaço urbano.

Essa abordagem empírica permite iluminar dimensões frequentemente invisibilizadas pela bibliografia clássica, ao circular a experiência cotidiana dos batedores com os circuitos de abastecimento e com os processos mais amplos de urbanização, desde formalização mínima e de inovação popular. Com isso, oferece-se uma base concreta para reexaminar a economia urbana de Belém à luz das transformações recentes que ocorrem nas áreas de baixada.

Os objetivos específicos são: (i) identificar o perfil socioeconômico e produtivo dos batedores de açaí do bairro do Guamá, com base no questionário semiestruturado aplicado a eles; (ii) interpretar os resultados empíricos à luz da teoria dos circuitos da economia urbana, verificando a presença de características híbridas entre os circuitos superior e inferior e possível emergência de um circuito intermediário; (iii) discutir as implicações desse fenômeno para a configuração socioespacial das baixadas de Belém.

1.1 Breve contextualização teórica: os circuitos, a cidade e o açaí

A consecução desses objetivos requer articular a investigação empírica com um sólido referencial teórico capaz de interpretar as práticas observadas no bairro do Guamá. A análise do perfil dos batedores de açaí, das formas híbridas de produção e comercialização, e de seus impactos na organização do espaço urbano demanda uma aproximação com a leitura que problematiza a formação socioespacial de Belém (Moreira, 1966; Penteado, 1968; Cruz, 1973).

Nesse sentido, o diálogo com os estudos clássicos e contemporâneos sobre a cidade, bem como com a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, oferece o suporte conceitual indispensável para compreender a complexidade do fenômeno em estudo.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se ancora na contribuição de Milton Santos (2006, p.39) que concebe o espaço como um sistema constituído pela interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, refletindo uma totalidade dinâmica e em constante transformação, e, portanto, como elemento substancial para a leitura da sociedade (Trindade Junior *et al*, 2021, p.37).

No âmbito econômico, Santos (1979) diferencia dois grandes circuitos: o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana. O primeiro é formado por atividades modernas, capitalizadas e fortemente articuladas no mercado global (Santos, 1979, p. 85); o segundo, por atividades de pequena escala, baixa capitalização e forte enraizamento territorial (Santos, 1979, p. 187), responsáveis pela absorção de mão de obra marginalizada e pela oferta de bens e serviços acessíveis às populações de baixa renda.

Milton Santos entendia um circuito como um sistema completo, que articula produção, circulação, distribuição e consumo, constituindo formas próprias de organização técnica, econômica, social e territorial. Segundo o autor, o circuito inferior absorvia mão de obra marginalizada e atendia às necessidades de consumo das populações de baixa renda, enquanto o circuito superior concentrava atividades modernas, capitalizadas e articuladas ao sistema global.

Entretanto, Santos não reconhecia, em sua época, a existência de um circuito intermediário, uma vez que entendia não haver material suficiente para sustentar um sistema autônomo situado entre os dois polos. Não obstante, ele identificava a presença de um circuito superior marginal, que seria uma fração menos moderna do circuito superior (Santos, 1979, p.103).

Porém, diferentemente do circuito superior marginal, que representa uma fração periférica do polo moderno, levante-se a hipótese de um circuito inferior integrado, fazendo referência a um processo de modernização interna do próprio circuito inferior, em que atividades populares passam a incorporar, de modo seletivo e desigual, elementos técnicos, econômicos e institucionais característicos do circuito superior.

Nas últimas décadas, transformações estruturais, como a expansão da digitalização, a popularização do crédito, a institucionalização de mecanismos de formalização mínima, bem como o avanço de políticas públicas de incentivo ao pequeno empreendedorismo, criou novas condições para que práticas híbridas se consolidassem em diversos territórios urbanos.

Nesse contexto, Almeida & Silva (2023) dizem que políticas de formalização e titulação, embora formuladas, contribuíram para a constituição de empreendedores que operam em ambientes parcialmente regulados e conectados a redes formais e informais. Essa dinâmica aponta para o fortalecimento da hipótese de um circuito inferior integrado, que não se confunde plenamente nem com o circuito superior marginal, nem com o circuito inferior.

É nesse ponto que a tese encontra sua originalidade e contribui para a literatura, que ao analisar a economia do açaí no bairro do Guamá como um campo singular para investigar a hipótese de um circuito inferior integrado da economia urbana.

A compreensão da emergência de um circuito inferior integrado da economia urbana, especialmente no bairro do Guamá, exige situar o fenômeno em um contexto histórico e territorial mais amplo. As dinâmicas econômicas e sociais que hoje estruturam o trabalho dos batedores de açaí e de outros empreendedores populares estão profundamente enraizadas na formação socioespacial da cidade. Assim, é importante revisitar o processo de ocupação das áreas alagáveis e a maneira como essas porções do território foram sendo apropriadas ao longo

do tempo, revelando continuidades e transformações nas formas de uso e na organização do espaço urbano.

Autores como Moreira (1966), Penteado (1968), Rodrigues (1996), Cardoso (2007) e Trindade Júnior (1997; 2016) investigam a construção socioespacial da cidade, com ênfase nas áreas alagadas. Historicamente, essas áreas foram utilizadas para fins indígenas, atividades rurais, instalação de portos e feiras, sendo atualmente ocupadas majoritariamente por populações migrantes.

Essa trajetória histórica da ocupação das baixadas, marcada por práticas econômicas diversas e pela presença de populações de origem migrante (Mitschein, 1989; Lacerda, 2006; Dias Junior, 2009), cria as bases para a compreensão da atual economia do açaí como expressão dessa herança territorial.

A literatura sobre o tema, ao abordar a cadeia produtiva do açaí sob diferentes enfoques, permite observar como a atividade se complexificou e se articulou a novas lógicas de mercado, ao mesmo tempo em que preserva traços de uma economia popular enraizada nos modos tradicionais de produção e circulação.

Pode-se dizer que o levantamento da literatura revela um percurso cumulativo e plural. Nascimento (2000), apoiada na teoria marxista da acumulação e na crítica à concorrência monopolística, identifica a formação de oligopólios e assimetrias entre o capital e o trabalho na cadeia do açaí. Por sua vez, Cunha (2004), sob a ótica da economia agroindustrial e dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), descreve a transição do extrativismo para uma cadeia estruturada, com expansão do mercado e consolidação do Pará como principal produtor, ressaltando a inclusão produtiva e estratégias empresariais.

A partir da segunda metade dos anos 2000, ganham corpo os enfoques ambiental e tecnológico. Homma *et al* (2006) discutem a domesticação e a expansão em terra firme e suas implicações ecológicas; Luczynski (2008) demonstra a viabilidade do aproveitamento energético das sementes como biomassa, antecipando debates sobre a economia circular; Xavier *et al* (2009) defendem o manejo racional dos açazais nativos articulando renda e conservação.

Na década de 2010, amplia-se a visão sobre o açaí. Nogueira *et al* (2013) mostram via economia agrícola, a inelasticidade da demanda e a centralidade do trabalho familiar; Lavado Solis (2014) evidência o manejo tradicional adaptativo na várzea; Andrade (2014), dialogando com Milton Santos, Lefebvre e Abe-Lima, interpreta o açaí como mediador identitário, simbólico e econômico entre a periferia e a cidade.

No terreno miltoniano, Almeida *et al* (2015) aplicam a teoria dos circuitos da economia urbana à cadeia na Região Metropolitana de Belém (RMB), demonstrando uma hibridização produtiva onde práticas tradicionais coexistem com fluxos tecnológicos e financeiros. A Embrapa (2015), sob referencial teórico da inovação, avalia o cultivar BRS-Pará, apontando ganhos de produtividade e redução de sazonalidade; Pagliarussi *et al* (2015), pela engenharia de produção e logística, identificam gargalos e propõem estratégias territoriais.

Por sua vez, Costa (2016), utilizando o referencial da economia estruturalista latino-americana e a metodologia das Contas Sociais Alfa (CS α) demonstrou que o açaí é o principal produto de crescimento econômico do Pará articulando produtores familiares e industriais exportadores em uma rede produtiva de base regional.

Os trabalhos envolvendo o açaí ganham mais destaques na última década. Guimarães (2016) destaca o aprendizado coletivo entre produtores e centros de P&D; Ribeiro (2016) baseado na história social do trabalho resgatou as memórias dos batedores de açaí revelando a persistência de práticas culturais e solidariedade locais. Borges (2013) sob a ótica da antropologia urbana, investigou o Porto do Açaí no Jurunas, destacando-o como espaço de intermediação entre o rural e o urbano, em que diferentes racionalidades econômicas se cruzam.

Recentemente, Silva (2021) retomou a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, articulando-a à noção de socialização da natureza de Costa (2017). O autor interpretou a economia do açaí como uma experiência singular de desenvolvimento endógeno amazônico, onde a natureza, técnica e cultura urbana se interligam. Segundo o autor, o açaí é um objeto técnico e social, capaz de sintetizar a diversidade econômica e cultural da metrópole belenense, ao mesmo tempo em que evidencia os conflitos entre o popular e o global.

Assim, é possível verificar uma evolução crítica da exploração e concentração para um quadro de complexificação teórica e empírica, no qual o açaí emerge como elemento estruturante da economia urbana, conectando práticas populares e fluxos globais.

No atual contexto, os batedores de açaí, distribuídos ao longo das baixadas do bairro do Guamá, representam agentes econômicos que articulam práticas informais e formas iniciais de formalização, como registro em CNPJ, participação em programas de incentivo e utilização de tecnologias digitais para a comercialização. A análise dessas práticas permite investigar a existência de um circuito inferior integrado da economia urbana, articulando-se entre os circuitos inferior e superior marginal, conforme a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos (1979).

Compreender o papel desses agentes no tecido econômico da cidade é fundamental para analisar se eles expressam um circuito inferior integrado ou até mesmo um circuito superior

marginal e como isso reconfigura a organização socioespacial das baixadas de forma a atualizar a leitura da economia urbana de Belém, evidenciando como a atividade do açaí sustenta a subsistência das famílias migrantes, fortalece redes econômicas e sociais e transforma o espaço urbano das baixadas.

No caso de Belém, os batedores artesanais de açaí são um exemplo privilegiado para investigar esse fenômeno, com uma heterogeneidade que sugere que parte significativa desses empreendedores já não se enquadra integralmente no circuito inferior, mas tampouco alcança o circuito superior.

Essa heterogeneidade observada entre eles mostra que a análise de sua atividade não pode ser dissociada do contexto socioeconômico mais amplo em que estão inseridos. A permanência de profundas desigualdades entre áreas altas e baixas da cidade, expressas em indicadores de renda, moradia e vulnerabilidade social (Mitschein, 2006), constitui um pano de fundo sobre o qual se desenham as práticas híbridas desses agentes econômicos.

Assim, compreender a emergência de um possível circuito inferior integrado exige considerar simultaneamente as estratégias cotidianas do trabalho e inovação desses empreendedores e as condições estruturais de desigualdade urbana que moldam e limitam suas oportunidades.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, as áreas altas de Belém apresentam uma renda média domiciliar até três vezes maior do que as áreas alagáveis. O rendimento per capita nas baixadas era até três vezes menor que nas áreas altas, e 39% da população vivia com até meio salário-mínimo por pessoa, colocando Belém na 139ª posição entre os 144 municípios do Pará.

Em 2019, o salário médio em Belém era de 3,5 salários-mínimos, com uma taxa de ocupação de 29%, posição 1 e 2, respectivamente, no estado. Estudos sobre a pobreza em Belém, como os de Rodrigues (1994), e Mitschein (2006), mostram aspectos diversos de saúde, educação e violência urbana. Rodrigues (1994, p. 79-87) compara as áreas de baixadas e altas, enquanto Mitschein (2006, p.29-33) foca na violência e no PIB, no que tange a relação dessas variáveis entre bairros centrais e bairros periféricos na capital paraense.

Cardoso (2007) examina a precariedade das moradias informais nas baixadas, enfatizando a carência de infraestrutura e proliferação de assentamentos irregulares. A autora utiliza o conceito de “Perspectivas de Vida” (*life chances*) proposto por Dahrendorf (1979), como marco teórico para compreender as condições de vida dessas populações.

Para aprofundar essa análise, é essencial integrar o arcabouço teórico de Milton Santos, na perspectiva espacial ligada à sua teoria dos circuitos da economia urbana, que permite

compreender como diferentes lógicas de produção e reprodução da vida coexistem no território (Santos, 1979).

No caso das áreas de baixada de Belém, essa leitura evidencia como o circuito inferior, caracterizado por atividades econômicas informais, de menos capital e forte enraizamento territorial, torna-se central para a sobrevivência da população, especialmente migrante.

Ao articular a revisão bibliográfica deste trabalho, é possível sustentar que as condições de vida no bairro do Guamá resultam de processos históricos, econômicos e sociais complexos. Neles, a agência dos moradores se manifesta por meio da apropriação ativa do espaço e da criação de estratégias econômicas locais, como a cadeia produtiva do açaí.

Essa atividade, inserida no circuito inferior da economia urbana, revela-se como uma resposta à precarização das condições urbanas e como um instrumento vital de resistência e reprodução social. Assim, compreender as dinâmicas socioespaciais nas baixadas exige articular dimensão espacial com os circuitos econômicos urbanos, reconhecendo o papel ativo dos atores na construção do espaço e na sustentação da vida em meio à desigualdade estrutural.

Diante desse quadro, a tese encontra-se estruturada em cinco capítulos, além desta introdução. O Capítulo 2 dedica-se a revisão da literatura e à discussão da teoria dos circuitos da economia urbana, com ênfase na contribuição de Milton Santos e em seus desdobramentos contemporâneos, estabelecendo o referencial teórico que orienta a análise. O Capítulo 3 aborda a formação histórica das baixadas de Belém e, em particular, do bairro do Guamá, evidenciando os processos socioespaciais, migratórios e econômicos que conformaram esse território e sua centralidade na economia urbana popular. O Capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, explicitando as escolhas epistemológicas, as bases de dados utilizadas e as estratégias de coleta e análise das informações.

O Capítulo 5 discute os resultados empíricos da investigação, analisando as práticas econômicas, territoriais e organizacionais dos batedores de açaí e sua inserção nos circuitos da economia urbana, com destaque para a emergência de formas híbridas associadas ao circuito inferior integrado. Por fim, a conclusão sistematiza as considerações finais do estudo, discute suas implicações teóricas e territoriais, aponta os limites da pesquisa e sugere caminhos para investigações futuras e relevância da economia do açaí para a compreensão das dinâmicas urbanas nas baixadas de Belém.

CAPÍTULO 2 OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM MILTON SANTOS, A AMPLIAÇÃO PARA UM QUARTO SUBSISTEMA

Este capítulo tem como objetivo analisar a teoria dos circuitos da economia urbana, formulada por Milton Santos (1979), e suas atualizações contemporâneas, à luz das transformações econômicas, tecnológicas e territoriais recentes que têm reconfigurado as dinâmicas urbanas nas cidades brasileiras, especialmente em contextos periféricos como o de Belém. Este capítulo busca compreender de que forma as atividades econômicas urbanas contemporâneas, ao articular elementos do formal e do informal, indicam a possível existência de um quarto subcircuito da economia urbana, denominado neste trabalho como circuito inferior integral, importante para explicar a reconfiguração do papel econômico e social das periferias.

A consolidação desse subcircuito revela um processo de modernização desigual do circuito inferior, no qual práticas produtivas e comerciais populares incorporam, de modo seletivo, elementos técnicos e institucionais do circuito superior, resultando em novas formas de organização do espaço urbano.

A análise dessas dinâmicas, sob a perspectiva da teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, permite identificar características híbridas que apontam para a ampliação do modelo teórico original, evidenciando a emergência de uma zona de integração ente o popular e o moderno no bairro do Guamá. Outrossim, verificar também em que medida as práticas econômicas e territoriais configuram um circuito inferior integrado e como esse processo impacta a organização do espaço.

2.1 A Teoria dos Circuitos da Economia Urbana

A economia das cidades opera por meio de formas distintas de organização econômica que se interligam no espaço urbano. De acordo com Santos (1979), essas formas de organização podem ser classificadas como circuitos, divididos em superior e inferior. Cada um desses circuitos possui características particulares, embora sejam interdependentes e complementares em diversos aspectos (Santos, 1979, p. 29).

O conceito de circuitos da economia urbana foi desenvolvido com o objetivo de compreender as diferentes dinâmicas econômicas que coexistem nas cidades, especialmente nos países periféricos. Segundo Milton Santos, os circuitos superior e inferior apresentam dinâmicas específicas de produção, circulação, distribuição e consumo – características que

identificam um circuito. As interações entre eles ajudam a explicar a organização interna das cidades e suas dinâmicas de articulação regional. Essa perspectiva foi fundamental para compreender as desigualdades espaciais e econômicas observadas nos países em desenvolvimento.

A teoria de Milton Santos (1979) propunha que, nos países subdesenvolvidos, os efeitos das modernizações tecnológicas não são distribuídos de maneira homogênea no território. Conforme destaca Leite (2019, p.519), nas regiões periféricas, as formas de produção e consumo são impactadas de forma seletiva, o que contribui para a intensificação das desigualdades sociais e geográficas. Essa assimetria força o sistema econômico a se organizar em dois circuitos distintos: um vinculado aos setores mais modernos, articulado ao mercado global; e outro relacionado a práticas locais, simples e informais.

Para o autor, a modernização é um processo gradual e desigual, cujos impactos variam a cada fase e se manifestam de maneira diferenciada nos territórios subdesenvolvidos (Santos, 1979, p.30-37).

A abordagem histórica proposta por Milton Santos possibilita uma análise mais precisa das realidades dos países periféricos, especialmente diante dos sucessivos processos de modernização. Tais processos impedem a aplicação automática de modelos teóricos clássicos, uma vez que consideram as especificidades temporais e espaciais na formulação de ideias.

2.1.1 O circuito Superior

Com base em Santos (1979, p.85), podemos entender o circuito superior como um conjunto de atividades modernas, complexas e integradas globalmente, como bancos, grandes indústrias, multinacionais e centros de pesquisa. Ele opera com tecnologia avançada, está conectado diretamente ao sistema financeiro e produtivo global e exerce grande poder econômico e de comando sobre o território.

O circuito superior, enquanto polo dominante, atua de forma a concentrar instrumentos e ditar as dinâmicas produtivas e comerciais do espaço urbano. O circuito inferior, por outro lado, constitui o polo oposto dessa bipolaridade. Nele, os agentes econômicos desenvolvem atividades voltadas primordialmente à sobrevivência e à reprodução cotidiana da vida, mobilizando os recursos disponíveis no espaço.

Para Medeiros & Azevedo (2013), o circuito superior influencia a organização das atividades econômicas e o comportamento dos demais circuitos e do poder público

concentrando investimento em áreas de interesse econômico e relegando outras e um papel marginal.

É importante salientar que o circuito superior não é um fenômeno exclusivos dos países desenvolvidos. Ele existe em todos os países e economias do mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos. O que muda é a forma como ele se estrutura e se articula com os demais circuitos da economia, como o circuito superior marginal e o circuito inferior, mas com características de países periféricos. Assim, sua expressão espacial e sua interação com outros setores variam de acordo com o nível de desenvolvimento do país.

No circuito superior sua estrutura e descrita através de atividades econômicas ligadas à produção moderna e capitalista, intensiva em tecnologia e capital. Respectivamente, a produção é realizada por grandes empresas, como de mão de obra especializada e equipamentos avançados; a circulação dos produtos e feita por meio de redes formais, com logística eficiente e uso de *marketing* profissional; a distribuição ocorre em canais organizados, como supermercados, *shopping centers*, distribuidoras e *e-commerces* estruturados. O consumo é voltado para as classes média e alta, com acesso a crédito, produtos duráveis e serviços sofisticados.

Quadro 1 – Características dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos

(continua)

Características	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital intensivo; Altamente moderna, automatizada e intensiva em ciência e inovação; dependente de redes globais de pesquisa e informação.	Trabalho Intensivo: Predominantemente artesanal e manual, sem base científica.
Organização	Burocrática; Estrutura hierárquica e racionalizada; planejamento e controle técnico avançado.	Primitiva: Desorganizada e espontânea; trabalho familiar e informal.
Capital	Importante; Elevado, com acesso pleno a crédito, capital fixo e mobilidade internacional.	Reduzidos, baseado em poupança familiar e capital de giro mínimo.
Emprego assalariado	Reduzido: Formal, estável.	Volumoso: Trabalho familiar e autônomo sem vínculo formal.
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade; planejados, controlados por logística digital.	Pequenas quantidades ou inexistentes; produção sob demanda imediata.
Preços	Fixos e planejados conforme políticas oligopolísticas e diferenciação de marca.	Submetidos à discussão entre o comprador e vendedor. Voláteis e instáveis, definidos pela necessidade imediata.

Quadro 1 – Características dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos
(continuação)

Características	Circuito Superior	Circuito Inferior
Crédito	Bancário Institucional: Acesso privilegiado ao sistema bancário e internacional.	Pessoal não-institucional. Praticamente inexistente; dependência de empréstimos pessoais.
Margem de lucro	Redezida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios..
Relações com a clientela	Impessoais, mediadas por contratos e publicidade massiva.	Diretas, personalizadas; Totalmente pessoais; baseadas em confiança e proximidade comunitária.
Custos fixos	Importantes: Elevados (instalações, energia, pessoal, equipamentos).	Mínimos ou praticamente desprezíveis
Publicidade	Necessária: Intensa e profissional; uso de múltiplos meios de comunicação.	Inexistente (nula); comunicação direta.
Reutilização dos bens	Nula; predomínio da descartabilidade e obsolescência planejada.	Muito intensa; reutilização e reciclagem como prática constante.
Overhead capital (infraestrutura e suporte técnico)	Indispensável; Amplo; pleno acesso a infraestrutura urbana e tecnológica.	Dispensável infraestrutura improvisada e autoconstruída.
Ajuda governamental / Dependência do exterior	Alta; beneficiado por incentivos fiscais, políticas industriais e integração global (atividades voltadas para o exterior)	Nula; isolado das políticas públicas e sem relação com o mercado global.

Fonte: Santos (1979)

2.1.2 O circuito superior marginal

Santos (1979, p.103) entende o circuito superior marginal como um tipo de intermediário de integração entre a economia moderna e o circuito inferior. Para o autor o circuito superior marginal é o resultado de uma extensão da economia moderna às demandas do circuito inferior. Em outras palavras, há uma penetração seletiva dos mecanismos do circuito superior (técnico, financeiro e organizacional) nas estruturas dinâmicas do circuito inferior.

Essa integração parte do polo dominante da economia moderna, que amplia suas relações e incorpora segmentos populares de forma subordinada, adaptando-se às suas condições e limitações.

Nesse sentido, o circuito superior marginal pode ser interpretado como a principal forma de territorialização do moderno nas periferias urbanas. Ele não se limita a ocupar uma posição intermediária no plano econômico, mas atua como operador espacial da modernização desigual,

permitindo que o circuito superior amplie sua presença territorial sem universalizar plenamente suas condições técnicas, organizacionais e institucionais (Santos, 1994).

Ao se adaptar às restrições de renda, infraestrutura e demanda dos territórios populares o circuito superior marginal instala objetos, normas e rotinas empresariais simplificadas, como formas enxutas de formalização, tecnologias acessíveis e padrões mínimo de gestão, que tornam o espaço periférico funcional ao capital, ainda que de maneira subordinada.

Seu surgimento ocorre por meio de duas maneiras: (i) por meio da sobrevivência de formas antigas de produção, representada por empresas de menor porte, menos capitalizadas ou tecnologicamente defasadas, e também (ii) como resposta a uma demanda insuficiente para sustentação de empreendimentos modernos, voltados para consumidores de menor renda, por exemplo.

As características desse circuito são de tecnologia e gestão mais simples que as das grandes corporações, além de atuarem em mercados imperfeitos, em que empresas de pequeno e médio porte podem coexistir com grandes firmas, mesmo operando com custos mais elevados.

Essa condição intermediária confere ao circuito superior marginal um papel estratégico na organização do espaço urbano: ele produz novas centralidades e subcentralidades comerciais, redefine fluxos de circulação e consolida corredores de integração entre áreas periferias e os circuitos dominantes da economia (Santos, 1994, p.39-43).

Ao contrário de uma modernização homogênea, o que se observa é a produção de ilhas de eficiência e de pontos fixos seletivos, como atacarejos, serviços financeiros populares, redes de distribuição e comércio formalizado de baixo custo, que reorganizam a economia local sem eliminar a precariedade estrutural do território. Assim, o circuito superior marginal se territorializa como mecanismo de valorização diferencial do espaço urbano, selecionando lugares, públicos e atividades que passam a operar sob normas mercantis mais rígidas.

A sobrevivência desse seguimento geralmente está associada a redução de custos estruturais, como o pagamento de salários menores, investimento limitado em publicidade, menores encargos tributários e produção de bens de qualidade mais simples (Santos, 1979, p.105). Mesmo assim, o circuito superior marginal mantém vínculos diretos como circuito superior, tendo em vista a produção de bens e serviços modernos e participa, de modo subordinado, das cadeias produtivas dominadas pelo grande capital (Santos, 1979, p.104-105).

Segundo Trindade Júnior *et al* (2021, p.43), o circuito superior marginal integra precariamente o circuito superior e compartilha de algumas características do circuito inferior. De maneira mais clara, o moderno se adapta ao popular, configurando formas intermediárias e

parciais de modernização, nas quais as práticas populares são reorganizadas sob uma lógica hierárquica e desigual, sem, contudo, perderem sua base territorial e social própria.

Dessa forma, o circuito superior marginal expressa uma modernização descendente: o moderno desce ao território popular, ajustando-se às suas limitações para ampliar mercados, reduzir custos e garantir capilaridade.

Essa modernização, entretanto, não emancipa o território, mas o reconfigura funcionalmente, introduzindo novos padrões de tempo, qualidade, controle e consumo que passam a condicionar tanto as práticas econômicas quanto os comportamentos sociais nas periferias urbanas.

Em resumo, o circuito superior marginal preenche lacunas do mercado e atende a uma demanda popular intermediária, composta por consumidores com poder de renda superior ao da maioria da população, mantendo coerência funcional do sistema capitalista urbano, atuando como elo entre o circuito moderno e o universo econômico menos estruturado.

2.1.3 O Circuito Inferior

Santos (1979, p.187) entende o circuito inferior como produto da modernização tecnológica e da monopolização do espaço urbano, processos que, mediados pelo Estado e pelo grande capital, integram desigualmente pessoas e atividades. Essa modernização seletiva reforça e reproduz a pobreza, ao priorizar setores e lugares mais rentáveis, gerando um circuito de baixa capitalização e técnicas simples articulado ao circuito superior, de quem depende e ao qual serve.

O circuito inferior constitui, portando, o polo territorial da sobrevivência, no qual a economia se organiza a partir do uso intensivo de recursos locais, do trabalho familiar e de redes de proximidade. Sua lógica não é orientada pela acumulação ampliada, mas pela reprodução cotidiana da vida, o que confere a esse circuito forte enraizamento territorial e relativa autonomia prática, ainda que estruturalmente subordinada.

Nesse sentido, o circuito inferior se caracteriza pela reutilização de materiais e pela transmissão de saberes familiares, práticas que conferem a ele um alto grau de autonomia territorial. As competências inatas – dons, talentos e ofícios tradicionais – são transformadas em serviços e produtos que sustentam as famílias e comunidade local, compondo uma economia de base popular, o que podemos entender como “redes hierárquicas, relações de complementaridade e relações de complementaridade recíproca” (Santos, 1979, p.40)

O circuito inferior da economia urbana é composto por atividades simples, informais e pouco organizadas, como vendedores ambulantes, pequenos comércios e serviços manuais, geralmente realizados por pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas atividades coexistem com grandes empresas e comércios modernos, mas não seguem a lógica do mercado formal.

Para Lima & Silva (2012), a precariedade da infraestrutura urbana e a ausência de políticas eficazes fazem com que esse circuito se organize de forma autônoma e, muitas vezes, marginalizada. Queiroz (2015) evidencia que centrais de abastecimento, como a Ceasa do Rio Grande do Norte, conectam os circuitos inferior e superior, mostrando que o primeiro está sempre vinculado ao segundo, ainda que de forma subalterna.

No circuito inferior há a reunião de atividades de menor escala, geralmente informais ou semi-informais, com baixa produtividade e uso limitado de tecnologia. A produção é artesanal ou manual, realizada por pequenos empreendedores ou trabalhadores autônomos, muitas vezes sem registro formal. A circulação é restrita, baseada em redes pessoais e locais, com acesso a meios tecnológicos. A distribuição ocorre por meio de feiras, camelôs, vendedores ambulantes e redes informais; o consumo, por sua vez, é marcado pela necessidade imediata e pelo baixo poder aquisitivo das camadas populares.

Contudo, com a intensificação do meio técnico-científico-informacional e a crescente territorialização do circuito superior marginal, o circuito inferior passa a ser atravessado por novos objetos, normas e possibilidades de ação econômica. Esse processo cria as condições para uma modernização seletiva do popular, na qual agentes antes restritos à economia de sobrevivência passam a incorporar instrumentos modernos de produção, circulação e crédito, ainda que sob condições restritas e desiguais.

Para Santos (1979, p.197-212) o circuito inferior constitui-se como resultado direto de um processo de pobreza produzida estruturalmente, engendrada pela ação combinada entre o Estado e as grandes empresas, cuja articulação favorece grupos econômicos dominantes e exclui contingentes da população da economia moderna.

Essa exclusão não seria acidental, mas expressão da própria lógica de modernização desigual que caracteriza o espaço urbano, onde o desenvolvimento técnico e financeiro se orienta de forma seletiva, privilegiando os setores mais rentáveis e intensivos em capital.

É nesse ponto que se estabelece a articulação central desta tese: enquanto o circuito superior marginal representa a territorialização descendente do moderno, que se adapta ao popular; o circuito inferior integrado traduz o movimento inverso, isto é, a modernização ascendente do popular, no qual agentes do circuito inferior ampliam sua inserção econômica por meio da apropriação seletiva das técnicas, instrumentos financeiros e redes digitais. Ambos

não são fenômenos isolados, mas expressões complementares de um mesmo processo de modernização desigual e interdependente do território urbano.

Nessa perspectiva, a estrutura produtiva dos centros urbanos reproduz e aprofunda as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que consolida a coexistência de formas econômicas distintas, mas interdependentes.

O circuito inferior opera com baixo volume de capital, técnicas rudimentares e predominância de trabalho para sobrevivência, frequentemente desprovido de proteção trabalhista e inserção formal. Oferece bens e serviços básicos a preços acessíveis, destinados às camadas populares, e se territorializa nas áreas periféricas e menos valorizadas da cidade, onde a presença do Estado é fragmentada e contraditória, oscilando entre práticas de repressão e tolerância.

Dessa forma, o circuito inferior revela-se como uma dimensão essencial da economia urbana, sustentando a reprodução cotidiana da vida nas periferias e evidenciando o caráter hierárquico do processo de urbanização.

2.2 Para uma fundamentação do Circuito Inferior Integrado: atualização e ampliação

É evidente que a teoria dos dois circuitos da economia urbana constituiu-se como uma proposta inovadora para compreender a urbanização nos países subdesenvolvidos. Santos (1979) identificava a coexistência de um circuito superior, articulado ao capital, às técnicas modernas e às redes globais, e de um circuito inferior, caracterizado por atividade de baixa capitalização, técnicas simples e voltada ao consumo popular. Ao contrário de leituras dualistas, o autor enfatizava tratar-se de uma “bipolarização, mas não dualismo”, reconhecendo a interdependência estrutural entre os dois circuitos (Santos, 1979, p. 53).

A teoria dos circuitos da economia urbana, tal como elaborada por Milton Santos (1979), tornou-se referência central para diversos estudos sobre a organização econômica e espacial das cidades brasileiras (Lima & Silva, 2012; Medeiros & Azevedo, 2013; Leite, 2019; Oliveira, 2020). Contudo, nos últimos anos surgiu a necessidade de aprofundar a análise sobre a dinâmica urbana e suas complexas formas de produção e consumo, especialmente na região amazônica (Silveira 2016; Trindade Júnior *et al*, 2021; Almeida & Silva, 2023).

Montenegro (2011), em sua tese de doutorado, demonstrou que a globalização impôs novos conteúdos ao circuito inferior, sobretudo pela difusão de técnicas modernas e pelo acesso ao crédito e pela intensificação da informação. Para a autora a forma como o meio técnico-científico-informacional alcança as regiões é diferencialmente produtora de pobreza e implica,

por sua vez, uma reformulação distinta do circuito inferior segundo a região e a cidade (Montenegro, 2011, p.4).

Posteriormente, Montenegro (2012) sistematizou a trajetória da teoria desde sua formulação até as tentativas de atualização. Nesse texto, ela ressalta que “os esforços de atualização feitos no Brasil contemporâneo têm buscado considerar o papel do crédito, da tecnologia e da interdependência crescente dos lugares” (Montenegro, 2012, p.147).

Na mesma direção, Medeiros & Azevedo (2013) analisaram a Zona Norte de Natal e apontaram que a complementariedade e a concorrência entre os circuitos reconfiguram o uso do território, sobretudo em áreas marcadas por forte urbanização periférica.

Cataia & Silva (2013) chamaram a atenção para a necessidade de se incorporar às análises elementos como a expansão do crédito e o uso de novas tecnologias no circuito inferior, indicando que “cada ramo de atividade econômica cria e condiciona a divisão territorial do trabalho na cidade a partir de suas características” (Cataia & Silva, 2013, p.60)

Outros estudos avançaram na caracterização de espaços híbridos. Queiroz (2015, p.159), ao analisar as centrais de abastecimento alimentar (Ceasas), destacou que elas se constituem como “agentes mistos dos circuitos da economia urbana”, uma vez que articulam simultaneamente formas do circuito superior e do inferior.

Carneiro (2018) reforçou a necessidade de revisitar a obra de Milton Santos diante das transformações do período técnico-científico-informacional. Para o autor, o circuito inferior “não pode ser entendido apenas como resíduo do atraso, mas como espaço em permanente reinvenção, atravessado por fluxos de crédito, consumo e informação que o conectam ao circuito superior” (Carneiro, 2018, p.112).

Recentemente, Leite (2019) destacou o papel do circuito superior marginal e a necessidade de incorporar ao planejamento urbano-regional os “tempo lentos” da reprodução social local. Ele argumenta que a economia amazônica mostra evidências da atuação dos circuitos híbridos que desafiam a classificação estrita entre o superior e inferior (Leite, 2019, p.516)

Finalmente, Montenegro (2024), em capítulo publicado pelo IPEA, sistematizou os debates mais recentes e explicitou a importância de compreender a teoria dos circuitos em sua atualidade, sugerindo que as práticas híbridas observadas em várias cidades brasileiras demandam um aprofundamento conceitual que pode apontar para a formulação de um circuito intermediário (Montenegro, 2024, p.22).

Essas contribuições apontam para a necessidade de compreender a cidade contemporânea como um espaço de superposição e transição entre os circuitos, no qual surgem

formas intermediárias de produção, circulação, distribuição e consumo que desafiam a rigidez da dicotomia superior-inferior proposta originalmente por Santos (1979). Esse movimento teórico prepara o terreno para a discussão da hipótese de um circuito inferior integrado da economia urbana, com características híbridas e interdependentes.

O circuito inferior integrado pode ser compreendido como uma forma contemporânea de reorganização do circuito inferior, resultante da difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional sobre as economias populares urbanas. Diferentemente do circuito inferior tradicional, marcado predominantemente pela lógica da sobrevivência e pela baixa inserção mercantil ampliada, o circuito inferior integrado caracteriza-se pela incorporação parcial e adaptada de instrumentos modernos de produção, circulação, distribuição e consumo.

Trata-se, portanto de uma expressão de modernização desigual que se realiza a partir da base territorial popular, na qual agentes econômicos de pequena escala passam a ampliar sua inserção funcional no mercado sem romper com suas estruturas sociais, culturais e produtivas originárias.

Esse subcircuito emerge como resultado de um processo de modernização ascendente, no qual o popular se apropria seletivamente de instrumentos e técnicas originalmente difundidos pelo circuito superior e operacionalizados territorialmente pelo circuito superior marginal. A incorporação de tecnologias digitais acessíveis, sistemas de pagamento eletrônico, redes sociais, plataformas de comercialização, microcrédito e formas mínimas de formalização amplia a capacidade competitiva dos agentes populares e redefine suas formas de inserção no espaço urbano.

Entretanto, essa modernização ocorre sob condições estruturais de baixa capitalização, elevada dependência financeira e forte vulnerabilidade econômica, evidenciando que a ampliação da integração mercantil não implica necessariamente autonomia produtiva ou emancipação social.

Do ponto de vista territorial, o circuito inferior integrado representa a refuncionalização das economias populares, nas quais práticas produtivas tradicionais são reorganizadas sob novas racionalidades técnicas e comerciais.

A produção permanece fortemente vinculada ao trabalho familiar e à autogestão, mas passa a articular-se com redes ampliadas de circulação e consumo, frequentemente mediadas por plataformas digitais, serviços logísticos terceirizados e sistemas financeiros populares.

Essa configuração cria formas híbridas de organização econômica que combinam autonomia territorial e dependência estrutural, permitindo que os agentes populares respondam

com maior flexibilidade às oscilações da demanda urbana, sem, contudo, romper com as desigualdades que estruturam a economia urbana periférica.

Assim, o circuito inferior integrado pode ser interpretado como o conceito-espelho do circuito superior marginal. Enquanto este expressa a territorialização descendente do moderno, ao adaptar instrumentos empresariais às demandas populares, aquele representa a modernização ascendente do território popular, por meio da apropriação seletiva desses mesmos instrumentos.

Ambos configuram movimentos complementares de um mesmo processo de hibridização econômica e territorial, evidenciando que a economia urbana contemporânea se organiza cada vez menos por fronteiras rígidas entre formal e informal e cada vez mais por zonas intermediárias de integração funcional.

Nesse sentido, o circuito inferior integrado revela-se como uma forma de expansão horizontal da economia de mercado nas periferias urbanas. Ele amplia o número de agentes inseridos nas trocas mercantis, difunde tecnologias e instrumentos financeiros entre as camadas populares e fortalece redes locais de produção e consumo.

Contudo, essa expansão ocorre de maneira socialmente desigual, pois mantém níveis reduzidos de capitalização, formalização parcial e limitada proteção trabalhista, reafirmando o caráter contraditório da modernização urbana nos países periféricos.

Nesse sentido, o debate sobre a atualização da teoria dos circuitos considera a emergência de um circuito inferior integrado, do qual iremos evidenciar no Capítulo 5, formado por trabalhadores semi-informais e pequenos empreendedores do circuito inferior que começam a se conectar a tecnologias modernas, redes de informação e mercados mais amplos (IPEA, 2024). Medeiros & Azevedo (2013) entendem que essa capacidade de adaptação se dá pela força de trabalho familiar, pela criatividade e pela apropriação de tecnologias residuais, como pequenas oficinas e serviços de manutenção que reutilizam equipamentos reaproveitados.

É importante destacar que, embora o termo ainda não possua reconhecimento consolidado na literatura, o presente estudo propõe um esforço de teorização do circuito inferior integrado, tomando como ponto de partida a imagem conceitual do circuito superior marginal formulada por Milton Santos (1979).

A intenção não é apenas compreender esse subcircuito em si, mas utilizá-lo como instrumento analítico para alcançar a conceituação de um circuito inferior integrado da economia urbana, capaz de expressar novas formas de integração e modernização desigual observadas nas periferias urbanas contemporâneas.

Nessa perspectiva, o circuito inferior integrado é concebido como um conceito-espelho do circuito superior marginal, permitindo identificar, de forma mais precisa, as graduações internas e as articulações assimétricas entre os diferentes níveis de economia urbana.

Entendemos o circuito inferior integrado como um subcircuito que descreve a transição das práticas populares para formas híbridas, parcialmente formalizadas, que utilizam técnicas modernas sem perder suas características locais. Neste subcircuito, agentes e atividades, embora não se transformem em empresas do circuito superior ou superior marginal, deixam de atuar de maneira isolada em relação às dinâmicas urbanas, passando a utilizar instrumentos modernos de produção, circulação e crédito, o que lhes confere uma inserção ampliada no espaço econômico.

Assim, partindo do entendimento do circuito superior marginal (Santos, 1979. Bicudo Júnior, 2006), busca-se teorizar o circuito inferior integrado como base analítica para a compreender e contribuir de forma mais robusta a atualização da teoria dos circuitos da economia urbana e para a leitura das novas formas híbridas de economia popular nas cidades periféricas.

Ao se debruçar sobre a obra *O Espaço Dividido*, de Milton Santos (1979, não se verificou qualquer referência explícita a um subcircuito “integrado” na estrutura do circuito inferior. No entanto, a leitura ampliada de sua teoria e dos trabalhos que a sucederam permite compreender que o sistema urbano descrito por Santos é bipolar, composto por dois polos interdependentes – o circuito superior, dotado de maior poder de mercado e de domínio técnico, e o circuito inferior, caracterizado pela simplicidade organizacional e pelo uso intensivo de recursos locais.

Essa existência, como observa Santos (1979), não está orientada pela lógica da acumulação, mas pela manutenção direta das condições materiais de existência, de modo que qualquer excedente tende a ser trocado em bens equivalentes, muitas vezes dentro de redes de proximidade.

No entanto, quando essa lógica passa a incorporar elementos de acumulação e expansão comercial, observa-se o surgimento de uma nova camada dentro circuito inferior, o que procuramos chamar no nosso estudo de circuito inferior integrado. Ele representaria uma transição entre a economia de sobrevivência e a economia de mercado semi-informal, isto é, um estado de transição em que o agente econômico adota parcialmente práticas instrumentos ou requisitos formais, mas que mantém traços da economia informal.

Entende-se que os agentes deixam de atuar apenas para o sustento familiar e passam a atender demandas locais, que extrapolam os limites da vizinhança ou da comunidade.

Com as transformações recentes do meio técnico-científico-informacional e a disseminação de instrumentos de crédito, comunicação e formalização mínima, esse circuito passa a incorporar, de modo seletivo, elementos modernos oriundos do circuito superior marginal, como o uso do crédito, registro como MEI, maquininhas de pagamento e redes digitais de comercialização.

Destarte, surge o circuito inferior integrado, expressão de uma modernização ascendente, na qual agentes populares ampliam sua inserção funcional na economia de mercado sem romper com sua base artesanal e territorial.

Enquanto o circuito superior marginal representa uma modernização descendente, onde o moderno se adapta às demandas populares, o circuito inferior integrado traduz o movimento inverso, em que o popular se moderniza de forma parcial e desigual.

Essa configuração evidencia uma hibridização crescente entre o formal e o informal, revelando novas formas de integração econômica que ampliam o papel do circuito inferior nas dinâmicas urbanas, sem que isso implique sua completa absorção pelo circuito superior.

Em síntese, o circuito inferior expressa a base popular tradicional da economia urbana, enquanto o circuito inferior integrado traduz a modernização seletiva e ascendente, sem romper com suas origens populares e territoriais.

Indo mais adiante, entendemos que o circuito inferior integrado representa uma modernização semi-informal, pois seus agentes continuam operando fora das regras formais completas (tributária, trabalhista, etc.), porém com mais tecnologia, mais capital e, por conseguinte, integração comercial. É, portanto, uma expansão horizontal da economia de mercado, uma vez que se espalha lateralmente pelo território urbano, ampliando o número de agentes e atividades que participam das trocas mercantis, mas em níveis baixos de capitalização e formalização. É uma difusão social e territorial da economia de mercado nas camadas populares, sendo apropriado pelos agentes locais.

Doravante, acreditamos que temos elementos suficientes para sugerir a emergência de uma outra noção, do qual chamamos de circuito inferior integrado, constituído por agentes populares que incorporam parcialmente técnicas modernas, sem romper com a economia de sobrevivência.

O esforço intelectual para propor um avanço na identificação de um circuito inferior integrado da economia urbana, fundamenta-se na compreensão de que a teoria dos circuitos formulada por Milton Santos (1979), ultrapassa sua dimensão analítica e assume uma posição técnico-política, capaz de elucidar as realidades urbano-regionais em contextos de heterogeneidade estrutural e assimetria territorial.

Quadro 2 – Atualização das Características dos Circuitos da Economia Urbana

Características	Circuito Superior Marginal	Circuito Inferior Marginal (proposição teórica)	Autores que apontam indícios de emergência de um circuito intermediário
Tecnologia	Parcialmente moderna; utiliza técnicas e máquinas defasadas, mantendo dependência de insumos modernos.	Simples e adaptada; uso de tecnologias acessíveis (máquinas pequenas, ferramentas digitais, redes sociais, PIX).	Montenegro (2011, 2012); Leite (2018); Carneiro (2018) – tecnologia híbrida e difusão desigual do MTCL; Cataia & Silva (2013) – incorporação de tecnologias no circuito inferior.
Organização	Organização média, com racionalização incompleta e menor divisão técnica.	Estrutura familiar ou microempresarial, com gestão simples e adaptável.	Almeida & Silva (2022); Silveira (2004); Cataia & Silva (2013) – gestão híbrida e racionalidades locais;
Capital	Médio, restrito e dependente de fluxos do circuito superior.	Baixo, mas crescente; uso de microcrédito e capital rotativo local.	Montenegro (2011); Leite (2018); Lima & Silva (2012) – crédito e capitalização parcial.
Emprego assalariado	Parcialmente formal; predominância de terceirização e contratos precários.	Autotrabalho e emprego familiar; eventuais contratações temporárias.	Almeida & Silva (2022); Medeiros & Azevedo (2013) – trabalho popular híbrido.
Estoques	Médios e variáveis conforme demanda e fornecedores.	Pequenos, de rápida rotação e ajustados à venda diária.	Leite (2018, 2019); Queiroz (2015) – racionalização e gestão do giro comercial popular.
Preços	Flexíveis, mas ainda vinculados aos preços do circuito superior.	Altamente variáveis, determinados pela clientela e concorrência local.	Montenegro (2011); Leite (2018) – heterogeneização de precificação.
Crédito	Acesso parcial e condicionado à estabilidade financeira.	Acesso ampliado a microcrédito, fintechs e crédito popular.	Montenegro (2011, 2012); Silveira (2004); Lima & Silva (2012) – papel do crédito e regulação local; Cataia & Silva (2013); Silveira (2009, 2010) – difusão do crédito e empobrecimento via finanças
Margem de lucro	Moderada; voltada à manutenção e sobrevivência.	Pequena, mas recorrente; compensada por baixos custos fixos.	Leite (2019) – acumulação limitada e territorializada.
Relações com a clientela	Parcialmente pessoais; mistura de clientela estável e dependência de subcontratos.	Fortemente pessoais, com fidelização local e uso de redes sociais.	Almeida & Silva (2022); Roma (2016); Carneiro (2018) – clientela híbrida e digitalização; Cataia & Silva (2013) – uso intensivo dos espaços deteriorados e noturnos
Custos fixos	Médios; racionalização de despesas e infraestrutura reduzida.	Baixos; uso do espaço residencial e equipamentos simples.	Silveira (2004); Medeiros & Azevedo (2013) – multifuncionalidade do espaço urbano popular.
Publicidade	Limitada; depende da difusão indireta dos produtos do circuito superior.	Feita por redes digitais, boca a boca e marketing comunitário.	Almeida & Silva (2022); Montenegro (2024) – uso de redes digitais e marketing comunitário.
Reutilização dos bens	Parcial; reaproveitamento eventual de insumos para reduzir custos.	Frequente; reaproveitamento criativo de materiais e embalagens.	Leite (2019); Carneiro (2018); Cataia & Silva (2013) – inovação popular e reuso técnico.
Overhead capital (infraestrutura e suporte técnico)	Parcial; dependente das mesmas redes, mas com acesso restrito.	Limitado, porém crescente; integração parcial a redes digitais e logísticas.	Montenegro (2011, 2012); Leite (2018); Queiroz (2015) – territorialização desigual do meio técnico; Corrêa dos Santos (2019) – boas práticas e sanidade técnica no açai como indicativo de modernização popular.
Ajuda governamental / Dependência do exterior	Intermediária; dependente de apoio indireto e de cadeias externas.	Parcial; beneficiário de políticas locais (MEI, crédito popular) e com baixa dependência externa.	Leite (2018); Almeida & Silva (2022); Cataia & Silva (2013) – formalização parcial e políticas locais; Montenegro (2012); Leite (2019) – globalização seletiva e inserção regional;

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Trindade Júnior *et al* (2021, p.109) destaca que a obra e o pensamento de Milton Santos oferecem referencial teórico fundamental para compreender a dinâmica urbana da Amazônia, sobretudo por sua capacidade de articular técnica, economia e o território. O autor agrega reflexões que retomam categorias essenciais a geografia crítica – como o meio técnico-científico-informacional, as rugosidades e os circuitos da economia urbana – que permitem a interpretação da Amazônia não como um espaço atrasado e isolado, mas como parte ativa da modernização desigual do território brasileiro.

A partir dessa perspectiva, a literatura recente tem reconhecido a existência de zonas híbridas de produção e circulação, que operam entre o circuito superior marginal e o circuito inferior. Silveira (2015) identifica indícios dessa formação ao descrever a adoção de tecnologias modernas por agentes de baixa capitalização, a integração da produção artesanal ao consumo das massas, e a existências de novas centralidades urbanas que funcionam como entrepostos logísticos, comerciais e culturais.

Lima & Silva (2012) e Queiroz (2015) ressaltam formas de pluriatividade e elasticidade que podem caracterizar o circuito inferior integrado, onde trabalhadores transitam entre o formal e o informal, explorando demandas de ambos os circuitos.

Em diálogo com esses autores, Cataia & Silva (2013) demonstram que a globalização e as novas tecnologias marcaram a fronteira rígida entre os circuitos superior e inferior, criando formas híbridas que dependem de instrumentos modernos (crédito, tecnologia, informação), porém operam com lógica popular e territorial. Podemos definir isso como uma modernização popular dependente, tendo em vista que emerge da integração do circuito inferior ao meio técnico-científico-informacional, sem romper sua base territorial.

Essas tendências são corroboradas por Medeiros & Azevedo (2013) e Leite (2019), que convergem ao afirmar que tais práticas híbridas podem configurar uma faixa intermediária de produção e circulação, onde o trabalho popular e tecnificado, formalizado parcialmente e articulado em rede.

2.2.1 Estrutura e funcionamento do circuito inferior integrado

A estrutura do circuito integrado reflete a interpenetração entre práticas formais e informais, tradicionais e modernas. Nesse circuito híbrido, a produção é realizada por pequenos negócios semiformalizados, como microempresas do tipo Microempreendedor Individual

(MEI), *startups* locais, que utilizam tecnologias acessíveis e adaptadas à sua escala, como energia elétrica, redes sociais, aplicativos e maquinários de pequeno porte.

Trata-se de uma estrutura produtiva que combina autonomia e dependência: há incorporação de técnicas modernas, mas sob condições restritas de capitalização. O circuito inferior integrado distingue-se, assim, por operar com um nível de capital baixo, articulando microcrédito e recursos próprios, acesso seletivo a políticas públicas e grande capacidade de autogestão.

Essa dimensão tecnológica seletiva, constitui o que Trindade Júnior *et al* (2021) chama de refuncionalização criativa da técnica moderna, quando agentes populares transformam instrumentos do meio técnico-científico-informacional em ferramentas de sobrevivência e autonomia econômica.

A circulação e a distribuição, por seu turno, combinam elementos formais e informais. Os produtos são vendidos tanto em pontos fixos e feiras quanto em plataformas digitais, aplicativos de entrega e *marketplaces* populares.

A logística é frequentemente improvisada, comunitária ou terceirizada, revelando o caráter multicanal da circulação contemporânea, que conecta o território popular às redes urbanas e digitais. O consumo nesse circuito é protagonizado por camadas médias e populares digitalizadas, que possuem algum acesso ao crédito e buscam produtos com bom custo-benefício, unindo qualidade percebida, aparência moderna e preço acessível.

Essa dinâmica revela um processo de modernização da vida cotidiana popular, no qual o consumo se torna também uma forma de inserção simbólica na modernidade urbana.

O circuito inferior integrado diferencia-se ainda pelo seu tipo de organização produtiva e pela natureza híbrida de suas relações de trabalho, onde são combinados empregos assalariados, trabalho autônomo e familiar.

Nele, se observa a coexistência de arranjos cooperativos, empreendimentos familiares e microempresas que contratam trabalhadores de forma eventual ou terceirizada, compondo uma teia produtiva flexível e adaptativa. Essa configuração permite responder rapidamente às variações da demanda urbana, refletindo uma racionalidade voltada à sobrevivência e a inovação incremental, mais do que à acumulação ampliada de capital.

A relação com o Estado e o mercado é outro elemento-chave do funcionamento desse circuito. Os agentes integrados dependem das políticas públicas de formalização, crédito e incentivo, mas também mantém autonomia parcial frente às lógicas regulatórias.

Almeida & Silva (2023) ampliam esse debate na análise do Microempreendedor Individual (MEI). Para os autores, o MEI é uma das expressões mais claras dessa ambiguidade,

pois representa uma forma de microformalização híbrida, que inclui os pobres nos discursos empreendedores sem necessariamente emponderá-los.

The inclusion of the poor in entrepreneurial discourses is not necessarily a sign of empowerment, but Rather of a process that aims to integrate the into a hybrid network of formal and informal relations, partially regulated by the State (Almeida e Silva, 2023, p.87).

Ao mesmo tempo, eles alertam, ainda, que políticas de formalização e titulação, embora pareçam emancipadoras, frequentemente produzem novas dependências e reconfiguram economias locais sob lógicas externas de controle, sem enfrentas as causas da informalidade, o que mantém esses empreendedores em posição de vulnerabilidade, ainda que formalizados.

Such policies, while promising emancipation, and up producing new dependencies and reconfiguring local economies under external logics of control (Almeida e Silva, 2023, p.91).

Dessa forma, o circuito inferior integrado constitui uma forma ambígua de modernização da economia popular: ao mesmo tempo em que promove formalização e uso de tecnologias, mantém os agentes em condições de vulnerabilidade. Sua base territorial continua essencial, sustentada por redes locais de solidariedade e confiança, que agora se expandem e se digitalizam, conectando o espaço popular a circuitos mais amplos de informação, consumo e crédito.

Nesse cenário, a difusão tecnológica, a microformalização e a inserção em plataformas digitais fortalecem um sistema híbrido, onde convivem diferentes níveis de capitalização.

Doravante, esse subcircuito revela a complexidade das economias urbanas contemporâneas, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, em que diferentes formas de produção e consumo convivem e se articulam de maneiras criativas e adaptadas à realidade socioeconômica da população, tendo em vista que ele, em tese, atua nas subcentralidades urbanas, garantindo o abastecimento e a circulação de bens e serviços, conectando periferias e áreas centrais e revelando que as dicotomias tradicionais entre circuito superior e inferior já não se mostram suficientes para explicar a complexidade econômica e social das cidades contemporâneas.

Assim, as perspectivas inspiradas nesse referencial buscam evidenciar como o território amazônico combina dependência estrutural e criatividade local, atuando como um ambiente fértil para observar os processos contemporâneos de reconfiguração espacial.

2.3 Políticas, formalização e redes híbridas

O entendimento proposto por Almeida & Silva (2023), com base em De Soto (2000), Gilbert (2002), Shane (2009) e Mitchell (2009), mostra que as políticas de titulação e formalização, ainda que bem-intencionadas, são muitas vezes formuladas de cima para baixo, sem enfrentar as causas estruturais da informalidade. Sob esse ponto de vista, os empreendedores populares atuam em um ambiente híbrido, situado entre o formal e o informal.

Segundo Santos (1979), cada circuito apresenta dinâmicas próprias de produção, circulação, distribuição e consumo, e a interação entre esses dois circuitos ajuda a explicar a organização interna das cidades e suas articulações regionais.

Por essa razão, Santos não admitia a existência de um circuito intermediário em sua época, pois, em sua visão, não havia base material ou estrutural para sustenta-lo. O debate sobre a possibilidade de um circuito intermediário estava, naquele contexto, fortemente ligado à análise da classe média (Santos, 1979, p.48). No entanto, essa análise não tinha como objetivo afirmar que a classe média constituía de fato um terceiro circuito, mas sim demonstrar que ela não o constituía.

A classe média, segundo Santos, não dispunha de controle sobre os meios de produção ou de distribuição. Apesar de ocupar uma posição econômica e social intermediária, não organizava nem controlava os dois circuitos existentes – o superior e o inferior. Por isso, não poderia ser considerada como um circuito próprio. Seu papel era ambíguo, transitando entre os dois sistemas: consumia produtos populares com crédito pessoal (circuito inferior), mas também produtos de luxo ou exclusivos com financiamentos bancários (circuito superior). Essa oscilação, contudo, não configurava um sistema autônomo.

Com a atualização dos circuitos da economia urbana, no entanto, surgem elementos que permitem aprofundar essa discussão. As transformações sociais, econômicas e tecnológicas nas últimas décadas contribuíram para a emergência de um espaço híbrido, que articula características dos circuitos superior e inferior, sem se confundir plenamente com nenhum dos dois.

Atualmente, se observa a popularização da tecnologia digital acessível (como o uso de aplicativos, redes sociais, maquininhas e softwares populares), a microformalização por meio do MEI, o surgimento de formas de organização produtiva baseadas em associações e

cooperativas, e a inserção flexível no mercado por meio de plataformas digitais (como *deliverys*, *marketplaces*, *startups* locais e prestadores terceirizados).

Portanto, o que se esboça é um campo econômico com lógicas híbridas: utiliza tecnologia, mas não é plenamente capitalizado; formaliza-se parcialmente, mas sem proteção social; conecta-se aos circuitos superior e inferior através de mediação permanente.

2.4 Perspectivas sobre o Contexto Amazônico

Trindade Júnior *et al* (2021) observa que a teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, posteriormente atualizada por autores como Maria Laura Silveira (2016) e outros, tem sido reinterpretada na Amazônia para explicar novas formas híbridas de economia urbana. É evidente, em sua obra, o reconhecimento da teoria dos circuitos como fundamental para compreender a complexidade contemporânea da Amazônia, mas os autores também reconhecem que a bipolaridade entre o circuito superior e o circuito inferior tornou-se insuficiente diante das transformações recentes.

O levantamento bibliográfico agregado por Trindade Júnior *et al*, (2021, p.110) permite entender que o território amazônico se tornou um laboratório empírico da teoria dos circuitos urbanos, onde racionalidades distintas coexistem e se articulam de forma criativa no mesmo espaço social e técnico, sendo capaz de integrar práticas produtivas populares às redes técnicas digitais globais (Pereira, 2009, p.289-290 *apud* Trindade Júnior *et al*, 2021, p.114-115).

São observadas, assim, práticas produtivas e comerciais que passaram a assumir formas híbridas, nas quais agentes populares se conectam seletivamente a redes técnicas, financeiras e digitais globais, sem romper completamente com suas bases comunitárias.

Essa dinâmica expressa a modernização desigual do território amazônico, em que a economia popular incorpora gradualmente instrumentos modernos, como crédito, tecnologias e meios digitais, criando uma nova faixa de práticas intermediárias (Trindade Júnior *et al*, 2021, p.112).

Nesse sentido, Silveira (2016) aponta que o sistema financeiro e o crédito ampliando fazem com que muitas pessoas, especialmente das classes populares, tornem-se mais dependentes das grandes empresas e instituições financeiras que comandam o circuito, o que é reiterando por Trindade Júnior *et al* (2021, p.120-121) com base em Costa (2013).

Para Medeiros & Azevedo, o circuito superior exerce maior poder de comando sobre o território, influenciando desde a organização das atividades até o comportamento dos demais

circuitos e do próprio público. Essa lógica produz desigualdades espacial, ao concentrar investimentos em áreas de interesse econômico e relegar outras a um papel marginal.

A compreensão da economia urbana de Belém, portando, exige uma leitura que considere a coexistência e a articulação entre diferentes formas de organização produtiva, conforme proposto por Milton Santos (1979). Essa perspectiva justifica uma análise urbano-regional situada, reconhecendo que as singularidades das baixadas de Belém não apenas refletem, mas também condicionam os sistemas de fluxos econômicos que estruturam a produção, a circulação e o consumo na cidade.

Andrade (2014) contribui significativamente para a compreensão das práticas econômicas populares e culturais no contexto Amazônico. A autora analisa a cadeia produtiva e simbólica do açaí, revelando como esse alimento, tradicionalmente associado ao cotidiano das classes populares e ao espaço da feira, adquire novos significado diante da modernização urbana e da expansão do mercado gastronômico.

Andrade (2014) ainda demonstra que a produção e a comercialização do açaí se inserem em um processo de reconfiguração técnica e simbólica, no qual práticas artesanais e de pequena escala passam a incorporar tecnologias, novos espaços de consumo e instrumentos regulatórios, sem perder suas raízes culturais e comunitárias.

De forma complementar, Santos (2019) analisa a estrutura produtiva e sanitária dos batedores de açaí, revelando uma dimensão econômica e territorial que dialoga diretamente com a teoria dos circuitos da economia urbana. A autora demonstra que a produção do vinho do açaí é marcada por diferentes graus de formalização, variando desde de unidades domésticas e informais até estabelecimentos parcialmente regularizados, dotados de infraestrutura e maquinários modernos.

Por fim, a partir do lastro conceitual da literatura, torna-se possível avançar para uma reflexão teórica mais ampla sobre a estrutura e dinâmica dos circuitos da economia urbana, retomando o pensamento de Milton Santos sob a ótica das transformações contemporâneas. As evidências observadas na economia amazônica, indicam que as fronteiras entre os circuitos superior e inferior já não se apresentam de forma rígida, mas permeadas por formas híbridas de integração técnica, financeira e territorial.

Nesse contexto, a compreensão de emergência de um circuito intermediário requer reconhecer as transformações ocorridas nos extremos do sistema urbano, onde o circuito inferior integrado e o circuito superior marginal constituem expressões complementares de um mesmo processo de modernização desigual e interdependente.

CAPÍTULO 3 A ECONOMIA DO AÇAÍ E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE BELÉM: PROCESSO HISTÓRICO, DINÂMICAS URBANAS E A EMERGÊNCIA DO CIRCUITO INFERIOR INTEGRADO NO BAIRRO DO GUAMÁ.

A economia do açaí consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como uma das atividades econômicas mais dinâmicas e estruturantes da Amazônia, articulando dimensões produtivas, culturais, territoriais e globais. Embora suas origens estejam profundamente vinculadas às práticas alimentares e técnicas das populações ameríndias e ribeirinhas, a partir da segunda metade do século XX — e de forma mais intensificada nas últimas três décadas — o fruto passou a integrar redes ampliadas de produção e circulação econômica, transformando-se de alimento tradicional em mercadoria inserida em mercados nacionais e internacionais (Brondizio, 2008; Homma *et al.*, 2014; Costa, 2016).

Esse processo evidencia, simultaneamente, a incorporação progressiva de objetos técnicos, formas organizacionais e mecanismos mercantis associados à economia moderna, bem como a persistência de estruturas produtivas territorializadas, particularmente nas áreas periféricas e nas baixadas urbanas de Belém. Nessas áreas, o batimento artesanal do açaí mantém-se como atividade econômica central, sustentando práticas sociais, redes comunitárias e formas específicas de uso do território (Macêdo, 2016; Silva, 2021).

Sob a perspectiva da teoria dos circuitos da economia urbana formulada por Milton Santos (1979; 2004), a economia do açaí constitui um objeto privilegiado de análise para compreender as relações entre modernização, desigualdade e produção do espaço. Segundo o autor, o espaço urbano nos países periféricos organiza-se a partir da coexistência e interdependência entre o circuito superior — caracterizado pela alta densidade técnica, capitalização e inserção em redes amplas de circulação — e o circuito inferior — marcado por baixa capitalização, forte territorialização, trabalho familiar e estratégias econômicas voltadas à reprodução social.

No contexto da economia do açaí em Belém, observa-se que essas duas formas de organização econômica não apenas coexistem, mas estabelecem relações de complementaridade e subordinação que produzem novas configurações territoriais (Andrade, 2014; Almeida *et al.*, 2015; Silva, 2021).

Nesse sentido, o presente aborda a economia do açaí nas baixadas de Belém como expressão da emergência de um circuito inferior integrado, entendido como uma atualização contemporânea do circuito inferior, caracterizada pela incorporação seletiva de técnicas,

instrumentos financeiros e dispositivos institucionais do circuito superior sem ruptura com a base social e territorial da economia popular.

Para isso, o capítulo examina o processo histórico de inserção do açaí no espaço urbano de Belém, e sua relação com a formação socioespacial do bairro do Guamá, discutindo as transformações técnicas e econômicas que contribuíram para a reconfiguração interna do circuito inferior.

3.1 O processo histórico do Açaí: do alimento indígena ao produto urbano

A presença do açaí na Amazônia antecede o processo de colonização e remonta ao período pré-colonial, quando o fruto já desempenhava papel fundamental na alimentação das populações indígenas do estuário amazônico. Estudos etno-históricos indicam que o consumo do açaí esteve associado a contextos de escassez alimentar, nos quais comunidades indígenas desenvolveram técnicas específicas de coleta, processamento e consumo do fruto, evidenciando elevada capacidade adaptativa frente às condições ambientais da região (Mourão, 2010; Schwob, 2012; Tagore, 2017).

O próprio termo “açaí”, derivado do tupi *yasa'y*, remete à associação da palmeira com ambientes alagados, revelando a íntima relação entre o fruto e os ecossistemas de várzea (Oliveira *et al.*, 2002; Simonian, 2014). A partir da experimentação empírica, as populações indígenas desenvolveram instrumentos e métodos de despulpamento, como pilões, peneiras e prensas rudimentares, tecnologias transmitidas intergeracionalmente e ainda presentes em diversas comunidades amazônicas (Nogueira, 2006; Mourão, 2010).

A literatura ecológica e histórica demonstra que o manejo tradicional do açaí sempre esteve articulado às relações entre sociedade e natureza, permitindo a reprodução econômica das populações locais ao mesmo tempo em que produziu transformações na paisagem ambiental, incluindo processos de uniformização ecológica decorrentes da intensificação produtiva (Homma *et al.*, 2006; Brondizio, 2008).

Ao longo do processo de formação urbana de Belém (Moreira, 1966; Penteadó, 1968), o consumo do açaí atravessou diferentes fases históricas, passando de alimento restrito às populações ribeirinhas para produto amplamente difundido nos centros urbanos, processo diretamente relacionado ao avanço das técnicas de processamento e ao fortalecimento das redes de comercialização que conectaram as áreas rurais e ribeirinhas ao espaço urbano (Calzavara, 1972; Silva, 2021).

Durante o período colonial, a ausência de registros sistemáticos sobre o consumo do açaí pode ser explicada pelo direcionamento das atividades econômicas para a exploração das chamadas drogas do sertão e outros produtos considerados estratégicos pela administração colonial (Spix & Martius, 1981; Betendorf, 1990). Ainda assim, os padrões alimentares da sociedade amazônica foram profundamente influenciados pela biodiversidade regional, evidenciando a influência direta do meio geográfico sobre as práticas sociais e culturais.

A partir do século XVIII, o contato entre colonizadores portugueses, populações indígenas e africanos escravizados promoveu um processo intenso de trocas culturais que influenciou diretamente o preparo e o consumo do açaí, contribuindo para sua incorporação à cultura alimentar regional e consolidando-o como elemento estruturante das práticas sociais amazônicas (Macêdo, 2016; Silva, 2021).

Nesse contexto, a produção e comercialização artesanal do açaí assumiram caráter predominantemente feminino, exercido por mulheres indígenas, negras e caboclas, que transformaram espaços populares, como feiras e trapiches, em territórios de trabalho e sociabilidade, contribuindo para a formação de um circuito econômico popular articulado à identidade cultural amazônica (Macêdo, 2016).

Relatos de viajantes e naturalistas do século XIX registram a presença do açaí como componente essencial da dieta urbana, evidenciando a formação de redes econômicas que conectavam produtores ribeirinhos, barqueiros e comerciantes urbanos, estruturando uma economia popular fortemente territorializada nas áreas periféricas da cidade (Ferreira, 1972; Avé-lallemant, 1980).

3.2 O Açaí e a configuração socioespacial do Bairro do Guamá

A formação histórica do bairro do Guamá deve ser compreendida a partir da relação dinâmica entre sociedade e natureza, conforme o conceito de espaço formulado por Milton Santos, segundo o qual o território resulta da sobreposição de tempos, técnicas e práticas sociais que se acumulam historicamente e permanecem ativas na organização do espaço (Santos, 2006).

Nesse sentido, as áreas alagáveis de Belém, originalmente estruturadas por sistemas indígenas de manejo da várzea, constituíram um meio natural profundamente integrado à vida social, cuja racionalidade técnica baseava-se na convivência com os ciclos hidrológicos e na utilização sustentável dos recursos ambientais (Neves, 2006).

Essas práticas deixaram marcas materiais e simbólicas que persistem como rugosidades no espaço urbano contemporâneo, evidenciando a continuidade histórica da relação entre território e produção social da vida.

Com a colonização portuguesa, iniciada em 1616, esse meio natural foi progressivamente transformado em meio técnico, orientado pela lógica mercantil e pela apropriação desigual do espaço.

As várzeas, anteriormente valorizadas por sua fertilidade e acessibilidade fluvial, passaram a ser percebidas como áreas indesejáveis, ao mesmo tempo em que eram incorporadas ao processo produtivo colonial por meio de rocinhas, sesmarias e atividades agrícolas vinculadas aos igarapés, especialmente o Tucunduba (Dias Júnior, 2009; Trindade Júnior, 2016).

Esse processo configurou a gênese territorial do Guamá, estabelecendo uma ocupação que articulava produção agrícola, circulação fluvial e adaptação às condições ambientais.

Entre os séculos XVIII e XX, o Guamá consolidou-se como espaço periférico profundamente marcado por políticas de segregação socioespacial. A instalação de instituições como a Colônia dos Lázaros, o leprosário do Tucunduba e o Cemitério Santa Izabel reforçou o caráter de confinamento social, transformando o bairro em território de desterro de populações pobres, negras, migrantes e indivíduos socialmente marginalizados (Rodrigues, 1996; Rodrigues & Bastos, 2023).

A expansão territorial do bairro ocorreu a partir da convergência de três frentes principais de ocupação, responsáveis por estruturar sua morfologia urbana, sua composição social e suas práticas econômicas. A primeira frente está diretamente associada à instalação da Colônia dos Lázaros e do leprosário do Tucunduba, constituindo um núcleo habitacional formado a partir de políticas institucionais de confinamento sanitário e controle social (Rodrigues, 1996; Ramos, 2002; Rodrigues & Bastos, 2023).

Essa ocupação, induzida pelo poder público, estabeleceu padrões de autoconstrução em áreas alagáveis, marcadas pela precariedade infraestrutural e pela dependência direta do meio natural, inaugurando a relação do Guamá com as baixadas como espaço de moradia popular (UFPA, 2016).

A segunda frente de expansão está vinculada ao avanço do bairro de Canudos em direção às terras baixas do Guamá, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX. A análise da formação territorial do bairro nesse período demonstra que a delimitação administrativa formal dos bairros de Belém ainda não possuía a normatização contemporânea, sendo o Guamá registrado principalmente como área de expansão urbana inserida na Primeira

Légua Patrimonial, cuja organização territorial somente foi institucionalizada posteriormente com a regulamentação oficial dos bairros do município (Belém, 1996).

A cartografia histórica, particularmente a Planta da Cidade de Belém elaborada por José Sydrim em 1905, evidencia que Guamá e Canudos já figuravam como espaços de expansão articulados territorialmente pela bacia hidrográfica do Tucunduba, o que favoreceu a continuidade da ocupação popular entre essas áreas (Sydrim, 1905; UFPA, 2016).

Nesse contexto, destaca-se o papel da migração nordestina, especialmente cearense, como vetor relevante da expansão urbana de Belém. Estudos sobre a história social da cidade indicam que Canudos se tornou importante polo de fixação de migrantes atraídos pelas oportunidades econômicas associadas ao ciclo da borracha e ao crescimento urbano.

A presença desses grupos é registrada na denominação da chamada “rua dos Cearenses”, atual Avenida Ceará, caracterizada pela ocupação por habitações precárias construídas com materiais simples e pela ausência de infraestrutura urbana (Lacerda, 2007). A expansão populacional em Canudos articulou-se territorialmente com as áreas baixas do Guamá, contribuindo para o adensamento das baixadas por meio da busca por terrenos disponíveis e de menor custo, consolidando um padrão de expansão urbana baseado na autoconstrução e na adaptação às condições ambientais (UFPA, 2016).

A terceira frente de ocupação corresponde à chegada sucessiva de populações ribeirinhas oriundas do Baixo Tocantins e de ilhas próximas a Belém a partir de meados do século XX. O crescimento urbano de Belém foi fortemente impulsionado por fluxos migratórios dessas áreas, processo associado à proletarianização passiva e à expansão das periferias urbanas (Mitschein, 1989; Dias Júnior, 2009).

Diferentemente das frentes anteriores, essa ocupação não se limitou à moradia, mas reterritorializou práticas produtivas tradicionais no espaço urbano, transformando quintais, fundos de lote e áreas próximas aos igarapés em unidades produtivas ativas. Nesse processo, o território passou a funcionar simultaneamente como espaço de habitação e como recurso econômico fundamental para a reprodução social das famílias (UFPA, 2016).

Esse fluxo migratório introduziu no Guamá práticas produtivas, saberes técnicos e formas de sociabilidade vinculadas ao modo de vida ribeirinho, incluindo o manejo da várzea, a pesca, a agricultura de quintal e, sobretudo, o processamento artesanal do açaí.

Essas políticas, associadas às estratégias higienistas e à modernização seletiva da cidade, deslocaram para as áreas alagáveis grupos considerados indesejáveis à cidade formal, consolidando o Guamá como espaço de ocupação popular precária e socialmente estigmatizada.

A introdução das primeiras máquinas de despolpamento, na década de 1940, marcou um momento decisivo na incorporação de objetos técnicos ao sistema produtivo popular, ampliando a produtividade e transformando a organização espacial dos pontos de batimento de açaí (Homma *et al.*, 2014). Essa inovação evidencia a transição para o meio técnico, no qual os objetos tecnológicos passam a desempenhar papel ativo na organização do território (Santos, 2006).

No bairro do Guamá, a manutenção dos vínculos territoriais entre migrantes e suas regiões de origem favoreceu a consolidação de redes econômicas e sociais que ampliaram a produção e o consumo do açaí (Rodrigues, 2006; Silva, 2021).

As transformações produtivas e mercantis do açaí acompanharam o processo de expansão urbana de Belém, particularmente nas áreas periféricas e alagáveis. Desde o início do século XX, as práticas de coleta, processamento e comercialização do fruto contribuíram para a formação de uma economia popular baseada na reprodução familiar do trabalho, característica fundamental do circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979; Macêdo, 2016).

Além de sua dimensão econômica, o açaí desempenhou papel relevante na transformação material das baixadas. O uso dos resíduos do fruto como material de aterramento e pavimentação de vias evidencia a capacidade adaptativa das populações locais e constitui exemplo concreto da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações na produção do espaço urbano (UFPA, 2016).

A sobreposição dessas três frentes produziu um território profundamente híbrido, no qual coexistem diferentes temporalidades, racionalidades técnicas e formas de uso do espaço. A ocupação induzida pelo confinamento sanitário, a expansão popular associada à migração urbana e a inserção produtiva ribeirinha não se sucederam de forma linear, mas se entrelaçaram, criando uma configuração espacial marcada pela coexistência de rugosidades, autoconstrução e inovação seletiva. Essa articulação histórica explica a especificidade do Guamá enquanto território formado pela convergência entre exclusão urbana, mobilidade populacional e ressignificação produtiva das várzeas (UFPA, 2016).

Nas baixadas do bairro consolidaram-se práticas econômicas baseadas na subsistência e na economia popular urbana, especialmente relacionadas ao processamento e comercialização do açaí. Inicialmente estruturada como atividade típica do circuito inferior da economia urbana, caracterizada pelo trabalho familiar, baixa capitalização e forte enraizamento territorial, essa atividade passou, nas últimas décadas, por processos de incorporação seletiva de tecnologias, formas de crédito e redes de comercialização digital. Esse movimento evidencia a emergência

de um circuito inferior integrado, no qual formas tradicionais de produção coexistem e se articulam com elementos do circuito superior marginal, sem romper sua base territorial e social.

Assim, o Guamá constitui-se como resultado histórico da refuncionalização das várzeas, da persistência das rugosidades e da articulação entre trabalho familiar, território e inovação seletiva. O bairro não apenas herda a geografia das áreas alagáveis, mas produz uma nova geografia urbana amazônica, na qual a economia do açaí assume papel estruturante na organização territorial e na reprodução social, expressando a continuidade histórica das frentes de ocupação que deram origem ao bairro e redefinindo sua centralidade na dinâmica urbana contemporânea de Belém.

Além de sua dimensão econômica, o açaí desempenhou papel relevante na transformação material das baixadas. O uso dos resíduos do fruto como material de aterramento evidencia a capacidade adaptativa das populações locais e constitui exemplo concreto da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações na produção do espaço urbano (Monteiro *et al.*, 2017; Miranda *et al.*, 2022; Santos, 2021).

3.3 Modernização técnica, economia popular e o Açaí como vetor socioespacial de expressão do circuito inferior integrado nas Baixadas de Belém

A análise histórica e socioespacial da economia do açaí demonstra que a atividade não apenas reproduz o circuito inferior tradicional, mas evidencia a incorporação seletiva de elementos técnicos, organizacionais e mercantis associados ao circuito superior. Essa combinação revela a emergência de uma forma híbrida de organização econômica, caracterizada pela coexistência de trabalho familiar, microformalização, tecnificação leve e ampliação da inserção mercantil (Almeida *et al.*, 2015; Silva, 2021).

A difusão de máquinas de batimento, meios eletrônicos de pagamento, redes digitais de comercialização e mecanismos simplificados de formalização econômica demonstra que a economia popular urbana passou a incorporar objetos do meio técnico-científico-informacional, ampliando sua capacidade de circulação econômica sem romper com sua base social e territorial (Santos, 2004; Costa, 2016).

Essa configuração corresponde ao que esta tese denomina circuito inferior integrado, entendido como um subcircuito ascendente do circuito inferior, que se moderniza por adição de técnicas e instrumentos do circuito superior, mas permanece subordinado e territorialmente enraizado.

A emergência desse circuito evidencia que a modernização desigual não produz apenas exclusão econômica, mas também formas híbridas de integração subordinada, nas quais a economia popular incorpora seletivamente elementos da modernidade sem perder suas características estruturais (Santos, 1979; Andrade, 2014).

A predominância do circuito inferior integrado redefine o papel das periferias urbanas na economia da cidade. A economia do açaí contribui para a formação de microcentralidades comerciais, intensifica a refuncionalização do espaço doméstico como unidade produtiva e amplia a integração do bairro do Guamá a fluxos regionais de produção e distribuição (Silva, 2021).

Esse processo demonstra que a economia popular atua como vetor ativo de produção do espaço urbano, reorganizando padrões de mobilidade, usos do solo e redes de sociabilidade. Ao mesmo tempo, a coexistência entre circuito inferior tradicional, circuito inferior integrado e zona de transição ao circuito superior marginal evidencia a persistência de heterogeneidades internas nas periferias urbanas (Almeida *et al.*, 2015).

Além disso, a ausência de políticas públicas estruturadas voltadas ao setor revela que a modernização observada ocorre predominantemente por estratégias endógenas e mercantis, reforçando a dependência estrutural do circuito inferior em relação aos mecanismos financeiros e tecnológicos do circuito superior (Costa, 2016; Silva, 2021).

A análise desenvolvida neste capítulo demonstra que a presença do açaí no espaço urbano de Belém não pode ser compreendida apenas como expressão de uma economia popular tradicional, mas deve ser interpretada como manifestação de processos contemporâneos de reestruturação socioespacial. A emergência do circuito inferior integrado revela que a economia popular urbana não apenas resiste à modernização, mas se reinventa, incorporando seletivamente técnicas, normas e instrumentos do circuito superior.

Dessa forma, o bairro do Guamá configura-se como território emblemático da modernização desigual amazônica, no qual tradição, inovação e territorialidade se articulam na produção de novas formas econômicas e espaciais. Essa leitura contribui para atualizar a teoria dos circuitos da economia urbana, evidenciando que, no contexto do meio técnico-científico-informacional, a modernização periférica tende a produzir formas híbridas de organização econômica, fundamentais para compreender a dinâmica contemporânea das cidades amazônicas.

CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A presente investigação fundamenta-se na teoria dos circuitos da economia urbana formulada por Milton Santos, especialmente sistematizada na obra *O Espaço Dividido* (1979), constituindo o principal arcabouço interpretativo desta tese. Para o autor, a urbanização nos países periféricos não pode ser compreendida como um processo homogêneo, mas como resultado de uma modernização seletiva e socialmente desigual, que produz a coexistência estrutural de sistemas produtivos distintos, porém interdependentes. Nesse contexto, Santos identifica a formação de dois circuitos econômicos que organizam a produção, a circulação e o consumo no espaço urbano.

O circuito superior é composto por atividades caracterizadas pela elevada intensidade de capital, forte incorporação tecnológica e integração a redes nacionais e internacionais. Abrange instituições financeiras, grandes empresas industriais e comerciais, redes atacadistas e sistemas logísticos estruturados, constituindo o segmento mais moderno e organizado da economia urbana. Sua dinâmica produtiva é marcada por alta produtividade, formalização institucional e articulação com fluxos globalizados, frequentemente sob domínio de estruturas oligopolistas cuja lógica decisória extrapola o espaço urbano onde se instalam.

Em contraste, o circuito inferior engloba atividades baseadas em reduzida capitalização, organização produtiva flexível e forte dependência do trabalho familiar. Inclui pequenas manufaturas, comércio varejista tradicional e serviços informais ou semiformais, profundamente enraizados no território e orientados predominantemente às demandas das populações de baixa renda.

Embora historicamente associado a práticas consideradas tradicionais, Santos ressalta que o circuito inferior apresenta elevada capacidade adaptativa, desenvolvendo estratégias produtivas marcadas pela improvisação, multifuncionalidade do trabalho e uso intensivo de redes sociais territoriais.

A relação entre os dois circuitos não se configura como simples oposição estrutural, mas como interdependência funcional. O circuito inferior depende do superior para fornecimento de insumos industrializados, acesso a crédito e inserção indireta em mercados ampliados, enquanto o circuito superior se beneficia da capilaridade distributiva e da absorção do consumo popular proporcionada pelo circuito inferior. Essa interação revela a natureza sistêmica da economia urbana periférica, na qual as desigualdades estruturais são reproduzidas por meio de relações econômicas complementares.

Milton Santos identifica variáveis analíticas capazes de diferenciar empiricamente os circuitos, tais como intensidade tecnológica, organização do trabalho, grau de formalização, acesso ao crédito, estrutura de custos fixos, formação de preços e relações com a clientela. Com o avanço do meio técnico-científico-informacional, novas variáveis passaram a interferir na dinâmica do circuito inferior, especialmente a difusão dos meios eletrônicos de pagamento, redes digitais de comunicação e sistemas de microcrédito, ampliando possibilidades de inserção mercantil sem eliminar a dependência estrutural.

A evolução da própria obra de Santos permitiu a identificação do chamado circuito superior marginal, estrato intermediário composto por atividades que incorporam técnicas modernas, mas operam sob vulnerabilidade econômica e inserção institucional incompleta. Esse circuito evidencia que a modernização desigual produz formas híbridas, configurando zonas de transição entre os polos estruturais.

À luz dessas transformações, esta tese propõe a categoria analítica de circuito inferior integrado, entendido como subcircuito ascendente composto por agentes originários do circuito inferior que passam a incorporar seletivamente objetos técnicos, instrumentos financeiros e mecanismos institucionais modernos, ampliando sua inserção mercantil sem romper com sua base estrutural tradicional.

Os batedores de açaí do bairro do Guamá constituem expressão empírica desse processo. Esses agentes adotam equipamentos industriais de processamento, sistemas de refrigeração, meios digitais de pagamento e estratégias de divulgação em redes sociais, mantendo simultaneamente predominância do trabalho familiar, dependência de redes territoriais de fornecimento e limitada capacidade de capitalização.

A modernização observada ocorre por adição tecnológica e institucional, e não por substituição estrutural, configurando formas híbridas que complexificam a economia urbana.

Com base nesse referencial teórico, a pesquisa adotou abordagem qualitativo-quantitativa alinhada à tradição da geografia crítica. O objetivo não consistiu em mensurar rigidamente circuitos como categorias estanques, mas identificar padrões de organização produtiva, gradientes de modernização e transições entre formas de inserção econômica.

A investigação empírica articulou três bases principais de dados: o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE/IBGE, 2010), o mapeamento censitário dos estabelecimentos de batida de açaí realizado no bairro do Guamá em 2020 e o questionário semiestruturado aplicado a 50 batedores.

O CNEFE permitiu construir uma referência histórica da territorialização da atividade em 2010. Contudo, apresenta limitações, pois identifica estabelecimentos nominalmente, sem garantir continuidade da atividade ou detalhar estrutura produtiva e nível tecnológico. Para superar tais restrições, realizou-se censo de campo em 2020, que identificou 251 pontos ativos de processamento e comercialização de açaí, possibilitando atualização espacial e análise das transformações territoriais. Procedimentos de geoprocessamento com QGIS e Google Earth permitiram georreferenciamento preciso e associação dos estabelecimentos às frentes históricas de ocupação do bairro.

Reconhece-se, entretanto, que o levantamento de campo também possui limitações temporais, pois representa a realidade observada naquele momento, sujeita a variações sazonais e econômicas próprias da cadeia produtiva do açaí.

Complementando essas bases, o questionário aplicado aprofundou a análise socioeconômica e produtiva, captando informações sobre formalização, crédito, tecnologia, organização do trabalho e inserção mercantil. As variáveis selecionadas derivaram diretamente do referencial teórico dos circuitos, permitindo operacionalizar empiricamente a distinção entre circuito inferior, circuito inferior integrado e zona de transição ao circuito superior marginal.

A comparabilidade temporal constitui desafio metodológico, uma vez que o CNEFE reflete 2010, o mapeamento corresponde a 2020 e as entrevistas foram realizadas no início da safra de 2025. Essa defasagem, decorrente inclusive das restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e do amadurecimento metodológico da pesquisa, foi tratada como elemento analítico e não como obstáculo, permitindo identificar tendências de permanência, expansão e transformação organizacional da atividade.

A amostra probabilística de 50 estabelecimentos, correspondente a aproximadamente 20% do universo identificado, respeitou a distribuição espacial entre as frentes históricas de ocupação do bairro. A triangulação dessas bases possibilitou construção de análise multiescalar e multidimensional da economia do açaí no Guamá, combinando leitura espacial, econômica e social.

Apesar das limitações inerentes a cada fonte, a estratégia metodológica adotada ampliou a consistência interpretativa dos resultados, permitindo compreender as transformações territoriais e produtivas associadas à modernização desigual da economia urbana periférica.

Quadro 3 – Estrutura do Questionário Aplicado aos 50 Batedores

Bloco	Tema	Objetivo Analítico
A	Perfil socioeconômico	Identificar origem territorial e inserção urbana
B	Estrutura produtiva	Verificar capitalização e técnica
C	Formalização	Identificar grau de legalidade
D	Crédito	Avaliar inserção financeira
E	Tecnologia	Verificar digitalização
F	Comercialização	Identificar alcance mercantil

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Com o objetivo de garantir maior rigor analítico e transparência metodológica na coleta e organização dos dados empíricos, o questionário aplicado aos 50 batedores de açaí do bairro do Guamá foi estruturado em seis blocos temáticos, cada um orientado por objetivos analíticos específicos. Essa divisão permitiu contemplar, de forma sistemática, diferentes dimensões socioeconômicas, produtivas e territoriais relacionadas à atividade do batimento de açaí, possibilitando a construção de indicadores capazes de subsidiar a classificação dos agentes nos circuitos da economia urbana.

O Bloco A, dedicado ao perfil socioeconômico, teve como finalidade identificar a origem territorial dos batedores, suas trajetórias migratórias e formas de inserção no espaço urbano, considerando que tais elementos constituem fatores fundamentais para compreender a formação social e espacial das economias populares nas baixadas de Belém. O Bloco B, referente à estrutura produtiva, buscou verificar o nível de capitalização dos estabelecimentos, os tipos de equipamentos utilizados e as formas de organização do trabalho, permitindo avaliar o grau de tecnificação e a capacidade operacional dos empreendimentos.

O Bloco C concentrou-se na formalização, investigando a existência de registros legais, enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) e adequações sanitárias, com o propósito de identificar o grau de legalidade e institucionalização das atividades econômicas. O Bloco D, voltado ao crédito, procurou avaliar o acesso dos batedores a serviços financeiros formais e informais, possibilitando analisar o nível de inserção desses agentes nas redes financeiras e sua capacidade de investimento e ampliação produtiva.

No Bloco E, foram analisados aspectos relacionados à tecnologia, incluindo o uso de meios digitais de pagamento, redes sociais e ferramentas informacionais, permitindo mensurar o grau de digitalização e modernização técnica dos estabelecimentos. Por fim, o Bloco F

abordou a comercialização, investigando os canais de venda, o alcance territorial do mercado consumidor e as estratégias de inserção mercantil, aspectos essenciais para compreender a articulação dos batedores com diferentes escalas do mercado urbano.

A organização do questionário nesses blocos temáticos possibilitou não apenas a coleta estruturada dos dados, mas também a construção de um conjunto integrado de indicadores empíricos capazes de evidenciar os diferentes níveis de modernização técnica, formalização institucional e inserção mercantil presentes entre os batedores de açaí.

O questionário semiestruturado foi organizado em seis blocos temáticos que buscaram operacionalizar empiricamente as variáveis analíticas associadas à teoria dos circuitos da economia urbana: formalização econômica, organização do trabalho, infraestrutura e tecnologia, capacitação profissional, dinâmica financeira e inserção mercantil. Cada variável investigada recebeu pontuação ordinal representada por três valores possíveis, correspondentes à ausência, presença parcial ou presença plena da prática analisada, conforme definido por:

$$s_{i,j} \in \{0, 0,5, 1\} \quad (1)$$

onde $s_{i,j}$ representa o escore atribuído ao entrevistado i no indicador j . O escore total individual foi calculado por meio da soma dos indicadores, conforme a equação:

$$P_i = \sum_{j=1}^{12} s_{i,j} \quad (2)$$

O índice percentual de integração aos circuitos econômicos foi obtido pela relação entre o escore total e o número máximo possível de indicadores, conforme:

$$T_i = 100 \times \frac{P_i}{12} \quad (3)$$

A partir desse índice, estabeleceram-se critérios classificatórios que permitiram posicionar empiricamente os estabelecimentos dentro da estrutura dos circuitos econômicos, considerando pertencimento ao circuito inferior quando $T_i < 50\%$, ao circuito inferior integrado quando $50\% \leq T_i < 80\%$ e à zona de transição ao circuito superior marginal quando $T_i \geq 80\%$.

Quadro 4 – Critério de Classificação dos Batedores segundo o Índice de Indicadores Modernos

Índice de Incorporação de Indicadores (T_i)	Classificação dos Agentes Econômicos
$T_i < 50\%$	Circuito Inferior
$50\% \leq T_i < 80\%$	Circuito Inferior Integrado
$T_i \geq 80\%$	Zona de Transição ao Circuito Superior Marginal

Fonte: Elaboração do autor (2025)

A adoção do índice percentual de incorporação de indicadores modernos permitiu estabelecer critérios objetivos e comparáveis para a classificação dos batedores de aquí nos diferentes níveis de inserção nos circuitos da economia urbana.

A definição dos intervalos classificatórios buscou refletir os diferentes graus de modernização seletiva presentes nas economias populares, permitindo distinguir estabelecimentos predominantemente tradicionais daqueles que incorporam práticas híbridas ou apresentam elevada integração às redes técnicas, financeiras e mercantis.

Dessa forma, o critério adotado possibilitou operacionalizar empiricamente a identificação do circuito inferior, do circuito inferior integrado e da zona de transição ao circuito superior marginal.

Quadro 5 – Conversão para Número Absoluto de Indicadores (Base 12 Indicadores)

Nº de Indicadores	T_i (%)	Classificação
0 a 5 indicadores	Até 49,9%	Circuito Inferior
6 a 9 indicadores	50% a 79,9%	Circuito Inferior Integrado
10 a 12 indicadores	80% ou mais	Zona de Transição ao Circuito Superior Marginal

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Dessa forma, o instrumento metodológico adotado permitiu estabelecer critérios objetivos para a análise comparativa entre os agentes econômicos, contribuindo para a identificação das características que distinguem o circuito inferior tradicional, o circuito inferior integrado e a zona de intermediação estrutural na economia urbana do bairro do Guamá.

A sistematização dos dados obtidos por meio do questionário semiestruturado foi realizada a partir de uma planilha de referência, denominada aba Respostas, na qual cada estabelecimento entrevistado recebeu uma classificação final derivada do escore composto dos indicadores empíricos selecionados. Esse procedimento teve como objetivo operacionalizar, em termos mensuráveis, as categorias analíticas associadas à teoria dos circuitos da economia urbana, permitindo a identificação de diferentes níveis de inserção técnica, econômica e institucional dos estabelecimentos investigados.

A partir desse processo de sistematização, o universo amostral foi organizado em três categorias analíticas correspondentes a posições diferenciadas na estrutura dos circuitos econômicos urbanos, compreendendo 11 estabelecimentos classificados como pertencentes ao circuito inferior, 26 estabelecimentos enquadrados na categoria circuito inferior integrado e 13 estabelecimentos classificados como pertencentes à zona de intermediação estrutural. Esses totais foram obtidos diretamente por meio da contagem da variável Classificação presente na planilha de sistematização, constituindo a base quantitativa da amostra investigada.

Para possibilitar a comparação entre práticas produtivas e níveis diferenciados de inserção técnica e institucional, cada indicador investigado foi codificado por meio de escala ordinal, sendo adotado o critério de que toda pontuação superior a zero fosse considerada como evidência de adoção da prática investigada. O tratamento estatístico dos dados foi realizado por meio do software Microsoft Excel, utilizando funções de contagem condicionada, nas quais a frequência relativa de adoção de cada indicador foi calculada pela relação:

$$F_{c,j} = \frac{N_{c,j}}{N_c} \quad (4)$$

em que $F_{c,j}$ representa a frequência relativa do indicador j no circuito econômico c , $N_{c,j}$ corresponde ao número de estabelecimentos classificados no circuito c que apresentaram adoção da prática analisada e N_c representa o total de estabelecimentos pertencentes à categoria considerada.

Além da análise socioeconômica, a pesquisa incorporou avaliação da capacidade produtiva e da dinâmica mercantil dos estabelecimentos. O peso total produzido foi calculado pela equação:

$$Q = M \times k \times d \quad (5)$$

O preço unitário por quilograma foi estimado por:

$$p_{kg} = \frac{p_m}{k} \quad (6)$$

O valor total arrecadado foi obtido pela equação:

$$R = p_m \times M \times d = p_{kg} \times Q \quad (7)$$

O preço médio ponderado foi calculado conforme:

$$\bar{p} = \frac{\sum R}{\sum Q} \quad (8)$$

Foram ainda incorporados indicadores econômicos complementares, incluindo receita líquida:

$$RL = R - C_T \quad (9)$$

margem de lucro:

$$ML = \frac{RL}{R} \quad (10)$$

produtividade média diária:

$$Prod_d = \frac{Q}{d} \quad (11)$$

e índice de sazonalidade produtiva:

$$IS = \frac{Q_{safra}}{Q_{entressafra}} \quad (12)$$

Os dados obtidos foram submetidos a tratamento estatístico descritivo, incluindo cálculo de médias e variâncias, conforme:

$$\bar{x} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i \quad (13)$$

$$s_c^2 = \frac{1}{n_c - 1} \sum_{i=1}^{n_c} (P_i - \bar{P}_c)^2 \quad (14)$$

Reconhece-se que a metodologia apresenta limitações associadas à defasagem temporal entre bases de dados, possíveis imprecisões cartográficas decorrentes do georreferenciamento do CNEFE e à natureza autodeclaratória das informações econômicas coletadas. Entretanto, a integração de métodos qualitativos e quantitativos, aliada à construção de indicadores padronizados e à triangulação de múltiplas bases de dados, assegura consistência analítica ao processo investigativo e permite avaliar empiricamente as transformações organizacionais e técnicas observadas na economia do açaí no bairro do Guamá.

CAPÍTULO 5 A ESPACIALIZAÇÃO DA ECONOMIA DO AÇAÍ E A EMERGÊNCIA DO CIRCUITO INFERIOR INTEGRADO NO BAIRRO DO GUAMÁ

O presente capítulo analisa a espacialização da economia do açaí no bairro do Guamá, em Belém, tomando os pontos de batida artesanal como expressão concreta da articulação entre o circuito inferior e aquilo que se denomina neste trabalho como circuito inferior integrado da economia urbana. A partir da leitura integrada de mapas, dos dados censitários (CNEFE/2010), do mapeamento de campo realizado em 2020 e dos questionários aplicados aos batedores de açaí, busca-se compreender de que forma as práticas econômicas e territoriais desses agentes, ao articular elementos do formal e do informal, configuram novas formas de organização produtiva e social nas baixadas de Belém.

A análise ancora-se na teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos (1979) e nas atualizações contemporâneas discutidas no Capítulo 2 articulando-as à espacialização dos pontos de batida classificados, neste trabalho, como circuito inferior, circuito inferior integrado e, em alguns casos, em transição ao circuito superior marginal. A partir dessa leitura, evidenciam-se zonas híbridas e interdependentes no interior da economia urbana de Belém, nas quais as baixadas deixam de ser apenas espaços de carência para se afirmarem como territórios produtivos, tecnificados e inovadores.

Na área mais antiga, associada à gênese do bairro do Guamá (Ramos, 2002, Cardoso, 2007) e vinculada ao antigo leprosário do Lázarus predominam traços do circuito inferior tradicional, marcados pelo trabalho familiar, pela produção artesanal e pela forte ancoragem comunitária. Na zona de expansão pelo bairro de Canudos (Lacerda, 2006; Dias Júnior, 2009), intensificam-se práticas híbridas de formalização e microempreendedorismo, expressando empiricamente o circuito inferior integrado.

Doravante, nas áreas mais recentes de urbanização, associadas à migração ribeirinha do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas (Mitschein, 1989; Dias Júnior, 2009), consolida-se uma zona de intermediação estrutural, na qual a economia popular se tecnifica, se digitaliza e se institucionaliza parcialmente, reconfigurando o papel das periferias como polos de dinamismo e inovação.

Ao longo das seções que se seguem, o capítulo articula a dimensão histórica da formação das baixadas, a interpretação teórico-conceitual dos circuitos da economia urbana, a leitura espacial dos mapas e a análise dos questionários, demonstrando que o processo de modernização popular observado nas baixadas de Belém constitui uma forma singular de integração produtiva e territorial. Essa leitura atualiza a teoria dos circuitos, evidenciando que,

entre o circuito inferior e o circuito superior marginal, emerge um espaço que denominamos circuito inferior integrado, cuja existência redefine as fronteiras entre a informalidade e a formalidade, técnica e território, periferia e centralidade.

5.1 Transformações Urbanas, Migração e a Consolidação do Açaí nas Baixadas

Desde a década de 1970, as baixadas de Belém vivenciaram profundas transformações associadas aos fluxos migratórios oriundos, sobretudo, do interior do estado. As populações que se deslocaram para a capital construíram aterros, habitações e diversas estratégias de adaptação às novas condições de vida urbana, que passaram a atender à crescente demanda urbana pelo fruto.

O aumento da procura impulsionou a economia popular e redefiniu o espaço físico e social das baixadas. Ainda que esses territórios não sejam áreas de cultivo do fruto, embora possuam condições de solo favoráveis (Calzavara, 1972; Falesi, 1972), neles se consolidou um sistema econômico urbano fundado na comercialização, no processamento e no consumo do açaí. Esse sistema constitui fonte de renda para as famílias recém-assentadas, muitas delas provenientes de regiões produtoras do interior, reconfigurando profundamente o espaço urbano de Belém.

As áreas alagáveis, antes destinadas a cultivos e pastagens (Penteado, 1968), foram refuncionalizadas em territórios de moradia e trabalho popular, ao passo que os fluxos comerciais e de sociabilidade das baixadas se reorganizaram em direção ao centro da cidade e às feiras livres, conectando a economia doméstica aos circuitos urbanos mais amplos.

A partir da década de 1960, a Amazônia experimentou processos sociais que intensificaram a formação de áreas de baixadas nas cidades paraenses (Vicentini, 2004; Trindade Júnior, 2016). A ausência de planejamento e a desarticulação das políticas públicas ampliaram a vulnerabilidade urbana e o desemprego (Mitschein, 1989), levando populações do Baixo Tocantins a fixarem-se nas margens do Rio Guamá. Nessas áreas, a economia do açaí emergiu como alternativa central de reprodução social, especialmente após a difusão das máquinas elétricas de batimento e do surgimento de pequenos empreendimentos domésticos.

O consumo de açaí ultrapassou fronteiras nacionais e elevou o valor do produto no mercado global, sem, contudo, eliminar o consumo cotidiano local (Homma, 2005; Mourão, 2011; Costa, 2016; Macêdo; 2016; Silva, 2021). Técnicas modernas de manejo e processamento coexistem com práticas tradicionais de extração e consumo, compondo uma modernização seletiva. O êxodo rural e o crescimento urbano transferiram para as baixadas saberes e hábitos

das várzeas, transformando o açaí em alimento identitário e mercadoria. Como observa Brondízio (2008), a migração rural-urbana trouxe consigo a cultura do açaí, que se adaptou ao contexto da cidade e se tornou uma das principais atividades econômicas das famílias periféricas.

Essa trajetória criou novos vínculos entre a economia popular e a estrutura urbana. A comercialização do açaí promoveu concentração populacional, o surgimento de serviços e a diversificação econômica nas baixadas (Rodrigues, 1996; Homma, 2006), ao mesmo tempo em que mobilizou lutas sociais por infraestrutura, moradia e cidadania (Rodrigues, 1994; Cardoso, 2007; Pimentel *et al.*, 2012; Leão, 2013). O espaço foi sendo transformado simultaneamente por novos sistemas de objetos e sistemas de ações: o caroço de açaí, e abundância, tronou-se material de aterro e pavimentação, enquanto a ação comunitária substituiu a ausência do Estado na urbanização das áreas alagáveis.

A economia do açaí, portanto, consolidou-se como vetor fundamental de produção do espaço das baixadas, articulando tradição e modernização, solidariedade e mercado. Ao longo das últimas décadas, esse sistema popular se complexificou e incorporou dimensões ambientais, tecnológicas e culturais. A preocupação com o aproveitamento integral do fruto, como o uso do caroço para pavimentação de novas vias, bem como adubo, cimento e estofados (Embrapa, 2012), expressa uma modernização sustentável da cadeia. Contudo, a valorização simbólica e econômica do açaí também reproduziu desigualdades históricas (Brondízio, 2008). Ainda assim, a economia do açaí manteve seu papel essencial na sobrevivência urbana e na redefinição do território popular de Belém.

5.2 Circuito Inferior Integrado: Práticas Híbridas e Microformalização

O debate contemporâneo sobre a atualização da teoria dos circuitos da economia urbana indica uma ampliação das formas do circuito inferior, que passa a incorporar, de modo seletivo, técnicas, normas e instrumentos de crédito originários do circuito superior (Silveira, 2004; Montenegro, 2011; 2012; Lima & Silva, 2012; Cataia & Silva, 2013; Medeiros & Azevedo, 2013; Leite, 2019; Carneiro, 2018; Almeida & Silva, 2023). Neste estudo, essa ampliação é denominada circuito inferior integrado entendido como uma zona híbrida situada entre a informalidade e as formas parciais de formalização.

O circuito inferior integrado expressa a modernização desigual das economias populares, marcada pela incorporação seletiva de técnicas modernas, crédito e informação, sem que haja ruptura das bases territoriais e comunitárias que sustentam a economia do cotidiano.

Entende-se modernização desigual, neste trabalho, como o processo pelo qual os batedores de açaí estão se modernizando, mas não da mesma forma que empresas do circuito superior, nem de maneira uniforme entre eles. A economia popular incorpora seletivamente técnicas, crédito e informação, ampliando sua inserção mercantil sem romper com sua base territorial, familiar e estruturalmente subordinada ao circuito superior.

A partir dos resultados dos questionários aplicados aos batedores de açaí, observa-se a presença desse movimento através das práticas híbridas: empreendedores populares que, mantendo a produção artesanal e familiar, utilizam máquinas elétricas, PIX, maquinhas de cartão, redes sociais e plataformas digitais para comercializar o produto, fidelizar a clientela e organizar minimamente seus custos.

Essas evidências empíricas revelam que o circuito inferior já não se restringe ao domínio da informalidade de sobrevivência. Ele se transforma em um sistema de informalidade funcional, capaz de dialogar com a economia formal e de participar dos fluxos urbanos de mercadorias e de rendas. Essa integração parcial produz uma modernização de informalidade, combinando racionalidade distintas: de um lado, o trabalho familiar, a autogestão e a forte ancoragem territorial, de outro, a adoção de práticas gerenciais e tecnológicas típicas do circuito superior.

A relação entre a formalidade e informalidade, portanto, deixa de ser excludente para tornar-se complementar e assimétrica, configurando um espaço de integração que redefine o papel econômico das periferias urbanas. Com a atualização dos circuitos da economia urbana, surgem evidências que permitem reinterpretar o conceito de bipolarização sem dualismo (Santos, 1979). O uso crescente de tecnologias acessíveis, a difusão do crédito popular e a microformalização via MEI revelam um movimento de aproximação entre circuitos.

Nas periferias de Belém, as práticas econômicas híbridas, o uso de redes digitais, o acesso seletivo a instrumentos de crédito e a inserção parcial em mercado formais são manifestações concretas dessa integração. Tais estratégias, embora limitadas, ampliam a autonomia dos pequenos empreendedores e produzem uma formalização que não é plena, mas funcional e territorializada.

5.3 Estrutura, circulação e o papel do Estado na formação do circuito inferior integrado.

As dimensões estruturais e funcionais do circuito inferior integrado aparecem com clareza nas respostas dos questionários e na observação direta dos pontos de batida de açaí. A produção ocorre majoritariamente em unidades familiares ou microempresas formalizadas como MEI, que utilizam tecnologias acessíveis (batedeiras elétricas, freezers, filtros, EPIs básicos). A circulação do produto é multicanal: o açaí é vendido tanto em feiras e ruas locais quanto por meio de plataformas digitais e aplicativos de entrega.

Figura 1 - Batedores de Açaí do Bairro do Guamá



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

Figura 2 - Ponto de Bater Açaí do Circuito Inferior



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

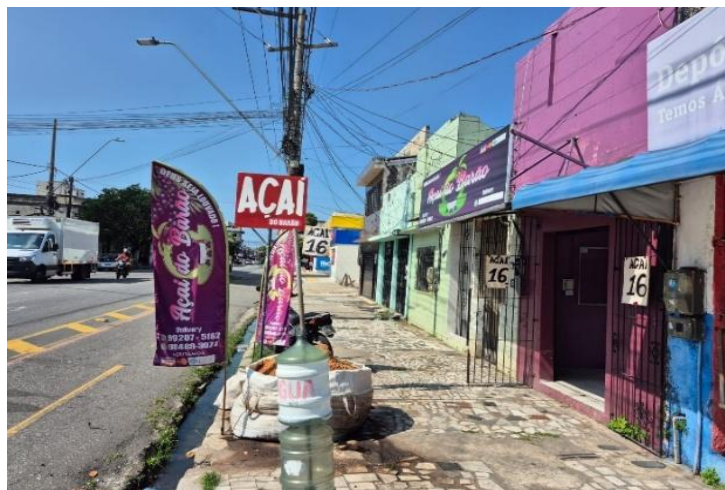
Figura 3 - Ponto de Bater Açai no Circuito Inferior



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

Essa flexibilidade revela uma racionalidade produtiva adaptativa, que se ajusta às condições econômicas e espaciais do bairro reproduzindo o que entendemos em Santos (1979) como racionalidade empírica do espaço popular. O trabalho se mantém familiar e cooperativo, mas começa a incorporar funções especializadas e vínculos regulares com fornecedores e clientes. Essa estrutura produtiva híbrida confere ao circuito inferior integrado um papel estratégico: conecta o trabalho artesanal ao mercado urbano, cria vínculos com políticas públicas de apoio e assegura o abastecimento diário de um produto que é, simultaneamente, cultural e econômico.

Figura 4 - Ponto de Bater Açai no Circuito Inferior Integrado



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

Figura 5 - Ponto de Bater Açai no Circuito Inferior Integrado



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

O Estado atua por meio da convergência entre legislações sanitárias, culturais e produtivas associadas ao açaí e de dispositivos de incentivo à formalização de micro e pequenos empreendimentos. Normas sanitárias da ANVISA, decretos estaduais do Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA) e leis municipais de valorização cultural do açaí, articuladas às políticas nacionais de simplificação tributária (Simples Nacional, MEI), compõem um arcabouço institucional que enquadra, regula e, ao mesmo tempo, fomenta a economia popular.

No caso dos batedores de açaí do bairro do Guamá, observou-se, a partir do questionário aplicado, que boa parte dos empreendedores locais se formalizaram como Microempreendedores Individuais (MEIs) após 2008, ano de criação da Lei Complementar nº 128/2008, que alterou a Lei nº 123/2006 e instituiu o regime simplificado do Simples Nacional. Essa legislação representou um marco institucional no Brasil, ao estabelecer um modelo de formalização acessível a trabalhadores autônomos excluídos do sistema financeiro. Condições objetivas para a inclusão produtiva, permitindo-lhes operar legalmente com reduzida carga tributária, acesso a crédito, emissão de notas fiscais e cobertura previdenciária.

Figura 6 - Ponto de Bater Açaí em Transição ao Circuito Superior Marginal



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

Figura 7 Ponto de Bater Açaí e Transição do Circuito Superior Marginal



Fonte: Elaboração do Autor (2025)

Na perspectiva dos circuitos a economia urbana, esse processo não implica a incorporação plena das atividades populares ao circuito superior, mas sim um movimento de aproximação seletiva que redefine o funcionamento do circuito inferior. Forma-se um subsistema em que agentes populares estabelecem novas formas de comunicação com o Estado, adotando elementos de formalização, ainda que incompletos, e incorporando técnicas, procedimentos e políticas públicas de fomento adaptadas às condições territoriais.

5.4 Análise espacial dos pontos do CNEFE/2010.

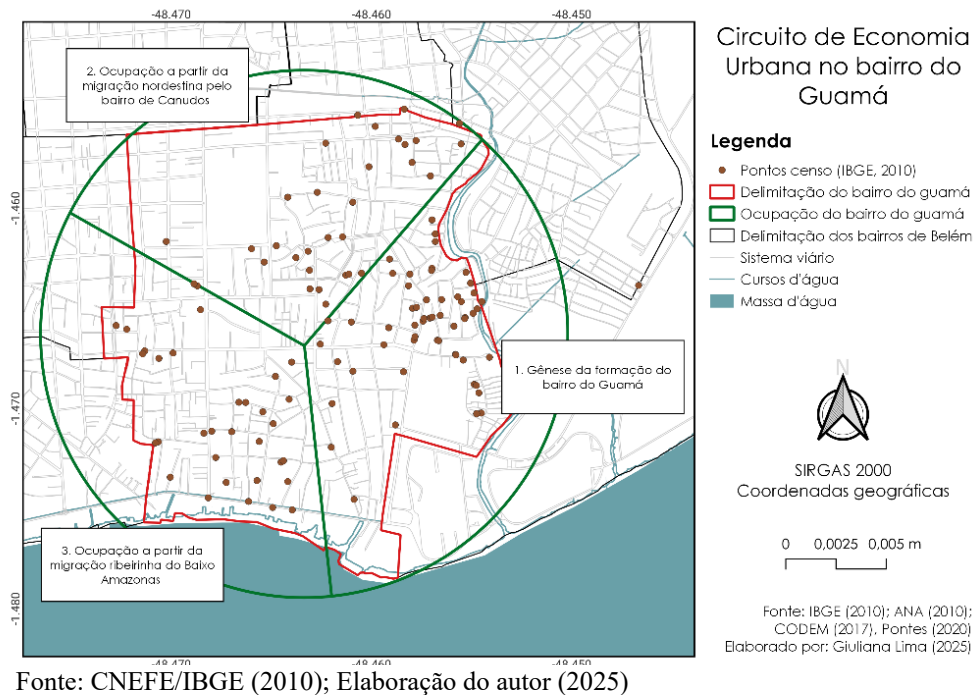
O cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), produzido pelo IBGE no âmbito do Censo Demográfico de 2010, constitui a base metodológica inicial para a identificação da presença territorial da atividade de batimento e comercialização do açaí no bairro do Guamá.

Esse Cadastro realizou o levantamento dos endereços existentes nas áreas de ponderação do país, classificando cada unidade como domicílio particular, domicílio coletivo ou estabelecimento, e registrado, no caso destes últimos, a denominação comercial “açaí” visível na fachada ou informada pelo responsável. A partir das coordenadas geográficas disponibilizadas pelo IBGE, precedeu-se ao georreferenciamento Manual e individualizado dos endereços no ambiente *Google Earth*, permitindo a localização precisa dos pontos e sua correspondência aos limites oficiais do bairro.

Esse procedimento resultou na identificação de 121 registros contendo a denominação “açaí”, interpretados como estabelecimentos dedicados ao batimento ou à venda do produto, em consonância com a historicidade e a profunda territorialização dessa atividade no Guamá.

Considerando que os dados censitários são agregados por áreas de ponderação, tornou-se necessária a sobreposição dessas áreas aos limites administrativos do bairro, de modo a possibilitar a identificação acurada dos pontos efetivamente pertencentes ao território estudando, conforme representado na Figura 8.

Figura 8 - Mapa do Levantamento Realizado pelo CNEFE no Censo do IBGE 2010, dos Pontos com a Denominação "açai", no Bairro do Guamá.



Fonte: CNEFE/IBGE (2010); Elaboração do autor (2025)

A Figura 8 evidencia um padrão espacial que expressa de forma clara como a atividade de batimento de açaí se territorializou ao longo das diferentes frentes de formação e ocupação socioespacial do bairro. Na área identificada como gênese do Guamá (Frente 1), marcada pelo antigo leprosário e pelas primeiras ocupações, observa-se uma densidade significativa de pontos, indicando que esse território inicial funcionou com base estruturadora, capaz de absorver e sustentar novas práticas econômicas ao longo do tempo.

Na porção vinculada à expansão pelo bairro de Canudos (Frente 2), impulsionada por migração nordestina, a distribuição de pontos revela a força da urbanização popular baseada na autoconstrução e na formação de redes internas de sociabilidade, que criaram condições favoráveis ao estabelecimento de pequenos pontos de batimento de açaí como parte da economia cotidiana das famílias.

Já na área associada à migração ribeirinha proveniente do Baixo Tocantins e do Baixo Amazonas (Frente 3), a concentração expressiva de unidades confirma a incorporação urbana

de saberes tradicionais ligados ao manejo e ao processamento do fruto, fazendo dessa porção do bairro um espaço privilegiado de reterritorialização dessas práticas.

A sobreposição desses três vetores migratórios demonstra que a presença dos batedores não é aleatória. Ao contrário, sua distribuição forma um núcleo econômico contínuo e coerente com a historicidade do bairro, transformando o Guamá em uma centralidade produtiva dentro de Belém. Trata-se de um território espacializado, no qual diferentes ondas migratórias, conhecimentos ribeirinhos e processos de urbanização popular produziram uma economia enraizada e estrutural para o abastecimento de açaí na cidade, evidenciando que a periferia também organiza fluxos, técnicas e atividades essenciais para o metabolismo urbano.

O cruzamento com a base de dados da Receita Federal, filtrada para o ano de 2010, revela um quadro de formalização praticamente inexistente dos pontos de açaí em Belém e no Guamá. Embora a figura 8 mostre forte presença territorial desses estabelecimentos, nenhum deles aparece formalmente registrado com CNPJ naquele ano. No conjunto da cidade, a Receita Federal registra, para o ano de 2010, apenas 14 estabelecimentos classificados como MEI relacionados à venda de açaí, nenhum deles localizados no Guamá.

Esse descompasso entre alta densidade territorial da atividade e baixíssimo nível de formalização reforça a centralidade do circuito inferior na década de 2010 e ajuda a compreender por que, nos anos seguintes, os processos de microformalização assumem relevância interpretativa para a emergência do circuito inferior integrado.

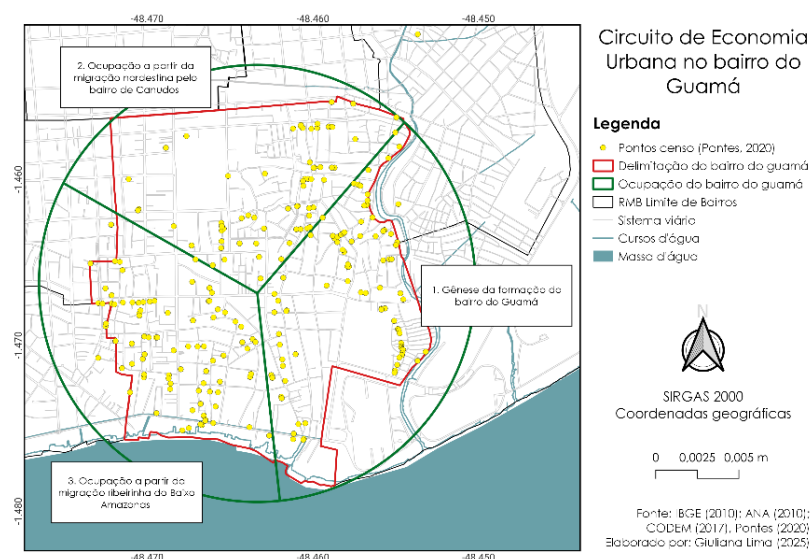
Almeida & Carneiro (2005), McKenzie & Woodruff (2006) e Fajnzylber *et al* (2009), destacam que os processos de formalização nas economias populares seguem uma lógica intrinsecamente ambígua.

De um lado, a formalização é percebida como uma via potencial para ampliar oportunidades, favorecer o crescimento e facilitar o acesso a novos mercados e instrumentos institucionais, de outro, ela pode implicar elevação de custos operacionais, maior complexidade burocrática e exposição de mecanismos de fiscalização, elementos que tendem a gerar insegurança e sobrecarga para microempreendedores de base popular. Essa tensão ajuda a explicar porque muitos agentes adotam estratégias seletivas de formalização, equilibrando vantagens e riscos conforme as condições reais de funcionamento de suas atividades.

5.5 Análise Espacial dos Pontos do Levantamento de Campo em 2020 e da Sobreposição 2010-2020.

Diante da ausência, nas edições posteriores ao Censo 2010, da denominação comercial “açai” nas bases oficiais do CNEFE/IBGE, não foi possível identificar, apenas por fontes secundárias, a expansão recente da atividade. Em resposta a essa lacuna, realizou-se, em 2020, um levantamento de pontos de batida de açai, cobrindo todas as ruas do bairro do Guamá, período estrategicamente escolhido por coincidir com a transição entre o final da safra e o início da entressafra, captando em um cenário mais realista o número de unidades ativas, conforme pode ser visualizado na Figura 9.

Figura 9 - Mapa do Mapeamento de Pontos de Açai no Bairro do Guamá em 2020



Fonte: Elaboração do autor (2025).

Esse levantamento identificou 251 estabelecimentos de batimento de açai, revelando um aumento expressivo em relação aos 121 pontos registrados pelo CNEFE em 2010 – o que corresponde a um crescimento de 207% ao longo da década.

A análise dos dados da Receita Federal permitiu aprofundar o entendimento sobre o processo de formalização desses empreendimentos. Em 2010, identificaram-se em Belém apenas 14 MEIs relacionados ao comércio ou processamento de açai, nenhum deles localizados no Guamá.

Em 2020, entretanto, havia 126 estabelecimentos de açai cadastrados na Receita Federal na cidade, dos quais 115 (91,27%) registrados como MEI. Desse universo, 12 estabelecimentos

situavam-se no Guamá, representando 9,52% de todos os pontos cadastrados na cidade e 10,43% dos MEIs de açaí. Entre os 115 MEIs cadastrados em 2020, 102 encontravam-se em situação ativa, dos quais 11,75% localizados no bairro.

Os dados revelam que, embora a formalização tenha avançado de forma significativa na última década, ela ainda não abrange a totalidade dos estabelecimentos existentes no bairro, reforçando a necessidade do levantamento de campo para captar a dinâmica efetiva da atividade.

O conjunto de pontos representados na figura 9 demonstra um adensamento expressivo da atividade, distribuída de forma coerente com as três frentes históricas de ocupação que moldaram o território. A área correspondente à gênese do bairro apresenta uma distribuição contínua de estabelecimentos, demonstrando a persistência desse núcleo originário como território de permanência e reprodução econômica.

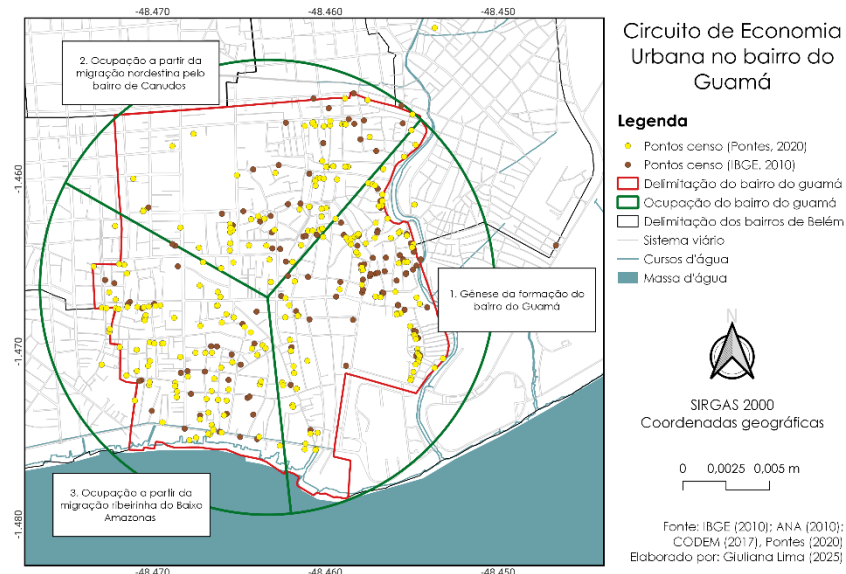
Na área vinculada à expansão decorrente da migração nordestina pelo bairro de Canudos, observa-se densidade igualmente elevada de pontos. Esse padrão espacial reflete o processo de urbanização popular caracterizado dessa expansão, que favorece a instalação de pequenos empreendimentos de batimento de açaí articulados ao fluxo interno contínuo de pessoas e mercadorias.

A terceira frente, associada à migração ribeirinha proveniente do Baixo Tocantins, vista na figura 9, mostra um crescimento ainda mais expressivo em comparação a 2010. A intensificação da atividade nessa porção do bairro evidencia o aprofundamento dos saberes tradicionais relacionados ao manejo e ao beneficiamento do açaí, adaptados ao contexto urbano e convertidos em uma malha produtiva robusta.

Esse processo evidencia não apenas a capacidade de adaptação e expansão da atividade ao longo do tempo, mas também territorial que sustenta sua permanência e vitalidade econômica no cotidiano urbano.

A figura 10, por sua vez, mostra a sobreposição entre os pontos identificados pelo CNEFE em 2010 e os pontos levantados no censo de campo em 2020. Ele evidencia um momento espacial marcado por continuidade, adensamento e expansão seletiva. Na área correspondente a gênese de formação do Guamá, muitos dos pontos originalmente registrados permanecem na mesma porção do bairro ou são substituídos por novos estabelecimentos próximos, indicando a consolidação desse núcleo como espaço duradouro da atividade.

Figura 10 - Sobreposição dos Pontos de Açai do CNEFE/2010 e do Mapeamento de Campo em 2020



Fonte: Elaboração do autor (2025)

O adensamento dos pontos em 2020 demonstra que a gênese do Guamá não apenas preservou sua função histórica como território de práticas cotidianas e redes de vizinhança, mas também absorveu novos empreendimentos ao longo da década. Trata-se de uma área em que estruturas de sociabilidade local e circulação interna permanecem favoráveis à reprodução da atividade, reforçando seu papel como base organizadora do espaço econômico do açai.

Na região associada à ocupação ribeirinha do Baixo Tocantins/Baixo Amazonas, observa-se o processo de expansão mais expressivo entre os dois períodos. O crescimento territorial se estende para novas ruas, consolidando essa frente como uma das áreas mais dinâmicas do bairro. A comparação entre as áreas da gênese do bairro e da ocupação ribeirinha revela duas dinâmicas complementares: a primeira apresenta permanências e adensamento, e a segunda, crescimento e difusão.

Ao mesmo tempo, a área associada à expansão do bairro de Canudos via migração nordestina mantém alta densidade de estabelecimentos, atuando como eixo articulador entre as duas frentes e reforçando a continuidade espacial da atividade.

Em suma, a leitura territorial dos Mapas, nas figuras 9 e 10 demonstra que a distribuição dos estabelecimentos em 2020 não rompeu com os padrões estruturais observados em 2010, mas os aprofundou e expandiu. A gênese permanece como núcleo de estabilidade; a frente nordestina atua como zona de densificação; e a frente ribeirinha surge como área de expansão

acelerada. Juntas, elas revelam a formação de uma malha produtiva mais extensa, integrada e historicamente enraizada, que confirma o papel do Guamá como uma das principais centralidades populares vinculadas à cadeia do açaí em Belém.

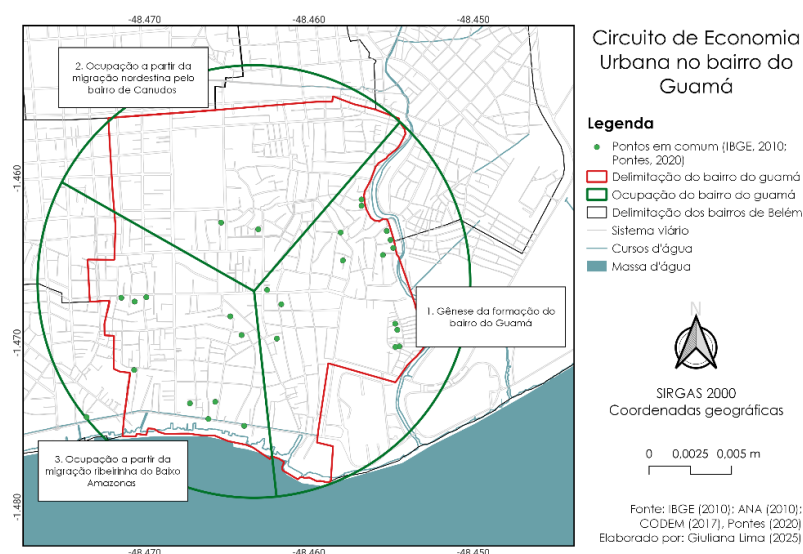
5.6 Análise dos Resultados: Circuitos da Economia Urbana, Frentes de Ocupação e Classificação dos Batedores.

O problema central deste trabalho consiste em compreender de que maneira a atividade dos batedores de açaí do bairro do Guamá, articulando elementos do formal e do informal, revela a existência de um subsistema, denominado circuito inferior integrado, que reconfigura o papel econômico e social do bairro.

A análise dos questionários foi desenvolvida a partir de 12 critérios operacionais inspirados nas características dos circuitos da economia urbana: formalização, participação em programas públicos, capacitação, infraestrutura, uso de EPIs, formalização de colaboradores, reinvestimento, acesso a crédito, uso de redes sociais, meios de pagamento, controle de gastos e diversificação de produtos. Cada critério foi pontuado em escala de 0; 0,5 e 1, o que escore agregado convertido em percentual, com as seguintes faixas de corte: < 50%: circuito inferior; 50% à 79,9%: circuito inferior integrado; $\geq 80\%$ em transição ao circuito superior marginal

A análise espacial realizada a partir da sobreposição dos Mapas das figuras 8 e 9, identificou 28 pontos coincidentes entre 2010 e 2020, representados na Figura 11.

Figura 11 - Mapa dos Pontos em comum entre o CNEFE/2010 e o Mapeamento de Campo realizado em 2020



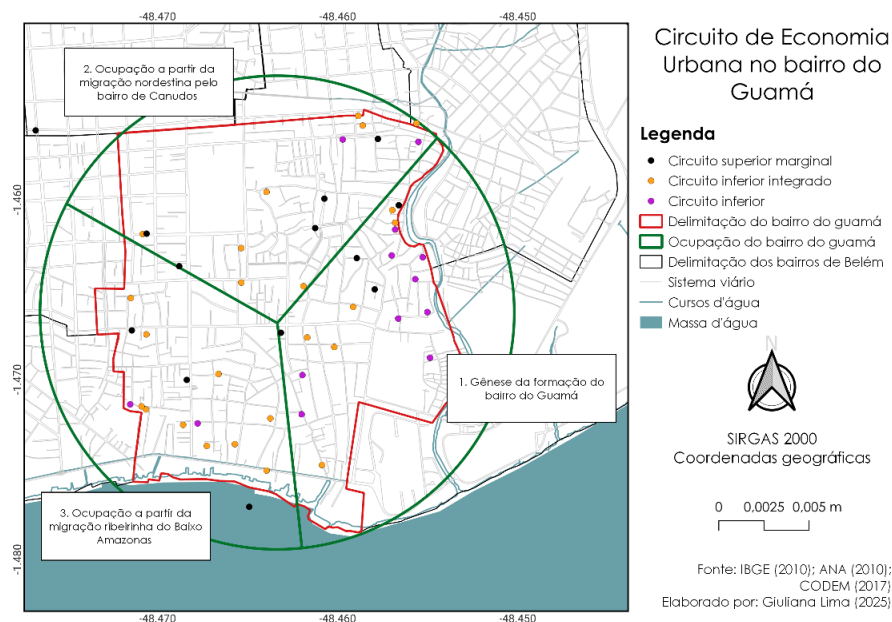
Fonte: Elaboração do autor (2025)

Com base nos 251 estabelecimentos levantados em 2020, foi selecionada uma amostra de 50 observações (20%), distribuída proporcionalmente às três frentes históricas de ocupação e expansão do Guamá. Dentre essas 50 observações, 15 foram escolhidas entre os pontos coincidentes com o CNEFE/2010, enquanto as demais derivaram exclusivamente dos pontos mapeados em 2020.

Essa distribuição assegurou representatividade territorial e histórica da amostra em relação às dinâmicas internas do bairro. A partir dos questionários estruturados, identificaram-se as condições socioeconômicas dos batedores e avaliou-se, sob a perspectiva das 12 características dos circuitos, em que medida suas práticas configuram um circuito inferior integrado no Guamá.

A figura 12, a seguir, mostra que a economia do açaí no Guamá é marcada pela coexistência de diferentes estágios de organização produtiva, todos vinculados às trajetórias migratórias, às condições materiais do território e às redes sociotécnicas que estruturam a vida urbana das baixadas.

Figura 12 - Mapa dos Pontos de Aplicação dos Questionários para Análise dos Circuitos da Economia Urbana



Fonte: Elaboração do autor (2025)

O Mapa 5 revela uma configuração espacial que expressa de forma clara a relação entre a formação histórica do bairro e os diferentes níveis de organização produtiva da atividade. A distribuição dos estabelecimentos classificados como circuito inferior, circuito inferior integrado e em transição ao circuito superior marginal acompanha as três frentes de ocupação que estruturam o Guamá ao longo do tempo, articulando práticas tradicionais, modernização seletiva e intensificação econômica.

É justamente essa articulação entre origem, trajetória e espacialização que prepara o terreno para a leitura mais ampla do mapa, no qual se revela a coexistência de diferentes circuitos econômicos e a formação de um espaço híbrido, dinâmico e estruturalmente integrado.

Na frente de gênese do bairro (Frente 1), os pontos predominantes correspondem ao circuito inferior descrito por Santos (1979), marcados por baixa capitalização, técnicas simples e forte ancoragem comunitária. Os questionários mostram que muitos trabalhadores dessa área nasceram em Belém ou possuem longa permanência no próprio bairro, reforçando a continuidade histórica da atividade.

A permanência dessas unidades indica que essa porção do Guamá funciona como núcleo organizador da economia do açaí, sustentado por redes de vizinhança, clientela cativa e estruturas urbanas herdadas. A presença de alguns pontos classificados como circuito inferior integrado indica, contudo, o surgimento de práticas híbridas que configuram o limiar da formação desse subsistema.

Na porção central do bairro, resultado da expansão via Canudos (Frente 2), observa-se a concentração mais densa de pontos classificados como circuito inferior integrado. Trata-se de área de significativa hibridização, historicamente marcada por canais drenados e maior intervenção pública, onde se concentram batedores com índices mais elevados de formalização (muitos enquadrados como MEI). Nessa frente, destacam-se também unidades em transição ao circuito superior marginal, com maior organização interna e inserção em fluxos ampliados (venda para outros bairros, transporte próprio, maior escala).

A área é marcada por circulação intensa e maior visibilidade comercial, na qual os batedores buscam ampliar sua capacidade produtiva sem romper com a base popular que sustenta suas práticas. Esse conjunto de práticas traduz o que Almeida & Silva (2003) denominam como institucionalização produtiva crescente, na qual a economia popular passa a operar sob um regime de microformalização que redefine as fronteiras entre o formal e o informal.

É nesse contexto que o Estado deixa de atuar apenas como agente de regulação e assume um papel de mediação técnico-política, promovendo políticas de inclusão produtiva (Simples

Nacional e MEI), que ampliam o grau de integração das economias populares à economia formal.

Essas regiões, que permaneceram como várzeas até a década de 1970 e foram urbanizadas a partir do início do século XXI, constituem, atualmente subcentralidades dinâmicas, onde os batedores de açaí operam com infraestrutura elétrica e sanitária, acesso a crédito, capacitação técnica e redes de comercialização digital.

Na frente ribeirinha (Frente 3), associada à migração oriunda do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas, identifica-se o maior grau de diversidade produtiva. Essa área concentra tanto unidades do circuito inferior, vinculadas a práticas tradicionais, quanto estabelecimentos do circuito inferior integrado, que incorporam parcialmente elementos de modernização. Trata-se da frente que mais cresceu entre 2010 e 2020, confirmando a expansão territorial e a reterritorialização da atividade na porção sul do bairro.

Os questionários mostram que cerca de 70% dos entrevistados nascera em municípios intimamente associados ao manejo tradicional do açaí – Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba, Mocajuba, Muaná, entre outros – trazendo para o Guamá saberes e técnicas oriundos das várzeas.

A frente 1 (gênese de formação do Guamá) representa aproximadamente 18% da amostra, concentrando-se nas áreas mais antigas e reforçando o papel de continuidade. A frente 2, vinculada a migração nordestina, responde por cerca de 12% e se distribui na poção leste e nordeste, funcionando como um eixo de densificação urbana das práticas econômicas do bairro.

Embora a produção mantenha bases familiares, passa a integrar redes produtivas locais, revelando a expansão de uma economia popular tecnificada e parcialmente formalizada em que os agentes periféricos incorporam seletivamente tecnologias e normas do circuito superior, sem romper com suas racionalidades locais.

A partir dessas evidências, compreendem-se que as frentes de ocupação explicam não apenas a origem dos batedores, mas também os diferentes graus de inserção produtiva observados no território. As trajetórias migratórias condicionam a distribuição espacial dos estabelecimentos e os modos de organização do trabalho, os níveis de técnica incorporada e as formas de relação com o território.

A leitura espacial dos 50 pontos analisados evidencia um gradiente técnico-econômico coerente com as frente de formação do bairro. Na frente 1, predomina o circuito inferior (cerca de 40%), ainda que já se observem sinais incipientes de atualização (uso de máquinas de cartão, PIX, alguns registros como MEI).

Na frente 2, intensifica-se o processo de hibridização técnica e organizacional: cerca de 40% dos pontos foram classificados como circuito inferior integrado, com maior presença de microformalização, uso seletivo de tecnologias e divisão do trabalho mais complexa. Na frente 3, identificam-se tanto pontos do circuito inferior integrado quanto estabelecimentos em transição ao circuito superior marginal, com maior capitalização, presença digital ativa e venda multicanal.

A presença simultânea de estabelecimentos do circuito inferior integrado e daqueles em transição ao circuito superior marginal demonstra que o bairro constitui um espaço híbrido e dinâmico, no qual a tradição e modernização se articulam continuamente.

Essa geometria territorial confirma que o Guamá funciona como uma zona de intermediação estrutural da economia urbana, onde formas de produção popular se adaptam, persistem e se reconfiguram segundo as possibilidades e limites do território. Os resultados qualitativos e quantitativos obtidos mostram que as práticas produtivas tecnológicas e territoriais desses agentes não são meros resíduos de uma economia popular tradicional, ao contrário, expressam uma estrutura contemporânea de hibridização do espaço urbano, compatível com a noção de circuitos urbanos de Milton Santos (1979) e com atualizações teóricas que enfatizam modernização popular dependente, microformalização e difusão seletiva de técnicas e informação (Montenegro, 2011; Cataia & Silva, 2013; Leite, 2019; Trindade Júnior *et al*, 2021; Almeida & Silva, 2023).

Assim, os padrões identificados nas Frentes 1, 2 e 3, respectivamente, continuidade histórica, densidade urbana e expansão ribeirinha, constituem as bases sociais e territoriais que permitem compreender a diversidade de arranjos produtivos mapeados no bairro.

Em resumo, a integração das dimensões territorial, técnica e social mostra que a difusão seletiva de instrumentos modernos não substitui as lógicas populares de organização, mas se sobrepõe a elas, produzindo formas híbridas de produção, circulação e uso do território, condição empírica fundamental para caracterizar o circuito inferior integrado.

5.6.1 Perfil socioeconômico, produtivo e territorial dos batedores de açaí do bairro do Guamá

A identificação e análise do perfil socioeconômico e produtivo dos batedores de açaí do bairro do Guamá foram realizadas a partir da sistematização dos dados obtidos por meio de questionário semiestruturado aplicado a cinquenta estabelecimentos. O procedimento metodológico adotado teve como finalidade transformar informações empíricas relativas à

formalização, à organização do trabalho, à infraestrutura sanitária, à capacitação técnica, à dinâmica financeira e à inserção mercantil em indicadores comparáveis, permitindo evidenciar diferenciações internas entre os agentes econômicos investigados e interpretar tais diferenças à luz da teoria dos circuitos da economia urbana formulada por Milton Santos.

Para fins analíticos, os entrevistados foram classificados com base no *escore* obtido em doze indicadores empíricos organizados em planilha eletrônica de resultados. A partir desse procedimento, foram identificadas três categorias fundamentais: o circuito inferior, composto por onze batedores, caracterizado por menor formalização, baixa tecnificação e maior dependência do trabalho familiar; o circuito inferior integrado, que reúne vinte e seis estabelecimentos e representa unidades produtivas que incorporam seletivamente objetos, normas e práticas associadas ao circuito superior, como tecnologias de baixo custo, microformalização e meios digitais de circulação, mantendo, contudo, traços estruturais da economia popular; e a zona de intermediação estrutural, composta por treze batedores, interpretada como condição de transição ao circuito superior marginal, marcada por maior capitalização, maior inserção institucional e práticas produtivas mais próximas do polo moderno da economia urbana.

Tabela 1 – Entrevistados por Frente de Ocupação e Origem

Frente de ocupação	Origem dos Entrevistados	Circuito Inferior	Circuito Inferior Integrado	Em Transição ao Circuito Superior Marginal	Total
Frente 1 - Genese de formação do Guamá	Nascidos em Belém (com ou sem vínculo interiorano)	3	9	5	17
Frente 2 - Expansão de Canudos (migração nordestina)	Migrantes do Nordeste (Ceará e Sergipe)	1	3	1	5
Frente 3 - Migração do Baixo Tocantins	Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba, Mocajuba, Muaná, Chaves, Baião, outros	7	14	7	28
Total geral		11	26	13	50

Fonte: Elaboração do autor (2025).

As respostas do questionário foram codificadas em escala ordinal, variando entre ausência da prática (0), presença parcial (0,5) e presença plena (1). Para fins de tabulação, considerou-se como resposta afirmativa todo valor superior a zero, uma vez que o objetivo analítico não consistia em tratar os circuitos como categorias rígidas, mas captar gradações e

transições entre práticas econômicas. O tratamento estatístico foi realizado em planilha eletrônica, utilizando funções que permitiram contabilizar o número de entrevistados por categoria de circuito e por indicador analisado, assegurando transparência metodológica e reprodutibilidade dos resultados.

A análise do perfil socioeconômico e produtivo dos batedores evidencia que a origem territorial dos trabalhadores constitui elemento fundamental para a compreensão da organização produtiva e das formas de inserção desses sujeitos nos circuitos da economia urbana. Os dados indicam que a formação social e econômica desses agentes está diretamente associada às distintas frentes históricas de expansão do bairro do Guamá, revelando a estreita relação entre processos migratórios, ocupação urbana popular e estruturação das atividades econômicas vinculadas ao processamento e comercialização do açaí.

A primeira frente de ocupação identificada corresponde ao processo de expansão associado à área da Tucunduba, responsável por 34% dos batedores entrevistados.

Historicamente, essa frente relaciona-se à ocupação espontânea das baixadas do Guamá por populações de baixa renda, constituída majoritariamente por migrantes intrarregionais e por famílias oriundas de outras áreas periféricas de Belém.

Entre os batedores vinculados a essa frente territorial, observa-se predominância do circuito inferior integrado, que concentra 52,9% dos casos, seguido pela zona de intermediação estrutural, com 29,4%, e pelo circuito inferior tradicional, com 17,6%. Essa configuração sugere que a permanência prolongada dessas populações no espaço urbano favoreceu a ampliação do acesso à infraestrutura, às redes de comercialização e às tecnologias produtivas, contribuindo para a reestruturação das formas tradicionais de trabalho familiar.

A segunda frente de expansão corresponde ao processo histórico associado ao bairro de Canudos, relacionada à migração nordestina iniciada ainda no final do século XIX e intensificada ao longo do século XX. No universo pesquisado, esse grupo representa 10% dos entrevistados. Embora numericamente reduzido, observa-se que 60% desses batedores encontram-se inseridos no circuito inferior integrado, enquanto 20% permanecem vinculados ao circuito inferior tradicional e 20% situam-se na zona de intermediação estrutural.

Esse resultado evidencia que, mesmo não possuindo vínculo histórico direto com a cadeia produtiva do açaí, esses agentes conseguem se inserir na atividade por meio da adaptação às dinâmicas econômicas locais e da incorporação de tecnologias e práticas comerciais urbanas.

A terceira matriz de origem identificada entre os batedores entrevistados corresponde à migração oriunda da região do Baixo Tocantins, que representa 56% da amostra investigada. Esse contingente populacional apresenta forte ligação histórica com a produção extrativista do

açai, uma vez que municípios como Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Acará constituem importantes polos produtores do fruto na Amazônia. A presença desses migrantes no Guamá evidencia a transposição para o espaço urbano de saberes técnicos e práticas produtivas tradicionalmente desenvolvidas em contextos ribeirinhos e agroextrativistas.

Do ponto de vista da inserção econômica, observa-se predominância desses agentes no circuito inferior integrado, correspondendo a 52% dos batedores oriundos dessa frente migratória, enquanto 22% permanecem vinculados ao circuito inferior tradicional e outros 26% situam-se na zona de intermediação estrutural. Essa distribuição revela que, embora mantenham características estruturais da economia popular, esses trabalhadores incorporam progressivamente técnicas de modernização produtiva, mecanismos formais de comercialização e instrumentos financeiros urbanos, sem romper com as bases socioterritoriais que sustentam a atividade.

A articulação entre origem migratória e inserção nos circuitos econômicos confirma a interpretação de que a atividade de batimento de açai no Guamá constitui uma expressão concreta da economia urbana popular amazônica, estruturada por trajetórias territoriais e processos históricos diferenciados. Nesse sentido, observa-se que as frentes de ocupação do bairro não apenas refletem a formação urbana periférica, mas também condicionam o nível de capitalização, a organização produtiva e o grau de modernização das atividades econômicas desenvolvidas pelos batedores.

Sob a perspectiva teórica dos circuitos da economia urbana, os resultados indicam que a predominância do circuito inferior integrado entre os entrevistados revela a existência de um processo de modernização seletiva da economia popular. Tal processo caracteriza-se pela incorporação parcial de tecnologias, formalização institucional, ampliação das redes de comercialização e utilização de instrumentos financeiros contemporâneos, sem que ocorra ruptura com as formas tradicionais de organização do trabalho e com as bases socioculturais que sustentam a atividade.

Dessa forma, os batedores de açai do Guamá expressam a coexistência e a interdependência entre diferentes níveis de modernização econômica, evidenciando a permanência de estruturas produtivas híbridas que articulam tradição e inovação no contexto da urbanização periférica amazônica.

5.6.2 Distribuição dos Indicadores Empíricos e Diferenciações Internas entre os Circuitos

A classificação dos entrevistados foi realizada com base no escore obtido em doze indicadores empíricos, permitindo a identificação de três categorias analíticas centrais: (i) circuito inferior, composto por 11 batedores, caracterizado por menor formalização, baixa tecnificação e forte dependência do trabalho familiar; (ii) circuito inferior integrado, que reúne 26 estabelecimentos e representa unidades produtivas que incorporam seletivamente objetos, normas e práticas associadas ao circuito superior, como tecnologias de baixo custo, microformalização e meios digitais de circulação, preservando, entretanto, traços estruturais da economia popular; e (iii) zona de intermediação estrutural, formada por 13 batedores, interpretada como condição em transição ao circuito superior marginal, marcada por maior capitalização, maior inserção institucional e práticas produtivas mais próximas do polo moderno da economia urbana.

As respostas obtidas foram codificadas em escala ordinal (0; 0,5; 1), sendo consideradas afirmativas todas as respostas superiores a zero, procedimento metodológico que permitiu captar gradações e transições entre práticas econômicas, evitando o tratamento rígido das categorias analíticas. O tratamento estatístico foi realizado em planilha eletrônica (Excel), assegurando transparência e reprodutibilidade, por meio de contagens condicionais por circuito e por indicador, seguidas do cálculo de proporções relativas.

A distribuição dos indicadores empíricos revelou padrões consistentes de diferenciação socioeconômica e produtiva entre os circuitos identificados. No bloco referente à capacitação técnica, observa-se que a participação em cursos e treinamentos é minoritária entre os batedores vinculados ao circuito inferior tradicional, tornando-se praticamente universal entre os agentes inseridos no circuito inferior integrado e na zona de intermediação estrutural, sugerindo que a qualificação profissional se difunde à medida que se intensificam processos de tecnificação e inserção institucional.

No que se refere à infraestrutura sanitária, verificou-se universalidade na presença de algum nível de adequação entre os entrevistados, embora o grau de conformidade seja significativamente mais elevado nos segmentos mais capitalizados, evidenciando difusão desigual de normas e objetos sanitários. O uso de equipamentos de proteção individual apresenta clivagem estrutural mais acentuada, permanecendo limitado no circuito inferior, amplamente difundido no circuito inferior integrado e universal entre os agentes em transição, funcionando como marcador de disciplinarização técnica do trabalho.

No domínio da organização produtiva, a presença de colaboradores com carteira assinada delimita uma fronteira estrutural entre os circuitos. Tal prática inexistente entre os batedores do circuito inferior, aparece de forma restrita no circuito inferior integrado e torna-se expressiva na zona de intermediação estrutural, indicando que a formalização trabalhista está diretamente associada ao aumento da capitalização, à regularização institucional e à capacidade de absorver custos fixos.

Tabela 2 – Formulação das perguntas do questionário e número de respostas afirmativas por circuito (SIM/total)

Indicador / pergunta (bloco temático)	Formulação da pergunta no questionário	Circuito Inferior (SIM/11)	Circuito Inferior Integrado (SIM/26)	Em transição ao circuito superior marginal (SIM/13)	Comentários
Cursos ou oficinas (Capacitação)	“Participou de cursos ou oficinas de capacitação técnica relacionados ao batimento de açai nos últimos anos?”	54,5	100,0	100,0	A capacitação torna-se universal nos segmentos mais integrados; no circuito inferior, 5 não fizeram.
Infraestrutura sanitária (Infraestrutura e tecnologia)	“O estabelecimento possui infraestrutura sanitária adequada, com pias, separação de ambientes e procedimentos de higiene?”	100,0	100,0	100,0	Universalização formal (inclui 0,5), mas o ponto analítico é o grau (0,5 vs 1).
EPIs (Infraestrutura e tecnologia)	“São utilizados EPIs (luvas, toucas, aventais) durante o batimento e a manipulação do açai?”	36,4	88,5	100,0	EPIs funcionam como marcador de disciplinarização técnica do trabalho; clivagem nítida.
Carteira assinada (Organização do trabalho)	“O estabelecimento emprega colaboradores com carteira assinada (além de membros da família)?”	0,0	19,2	53,8	A formalização trabalhista é fronteira estrutural: inexistente no inferior; dominante na transição.
Financiamento (Dinâmica financeira)	“O estabelecimento obteve financiamento externo (banco, cooperativa ou microcrédito) para compra de máquinas ou melhorias?”	9,1	23,1	61,5	O crédito formal penetra seletivamente; concentra-se nos segmentos mais capitalizados.
Reinvestimento (Dinâmica financeira)	“Os lucros obtidos são reinvestidos na atividade (maquinário, reformas, expansão)?”	90,9	100,0	100,0	Reinvestimento quase universal, ainda que no inferior muitas vezes seja manutenção e não expansão.
Redes sociais (Inserção mercantil)	“Utiliza redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp) para divulgar produtos ou receber pedidos?”	18,2	61,5	100,0	Integração informacional é residual no inferior, crescente no integrado e plena na transição.
Pagamentos eletrônicos (Inserção mercantil)	“Aceita pagamentos eletrônicos (cartões, Pix, maquininhas)?”	90,9	100,0	100,0	Difusão quase total de objetos do meio técnico-científico-informacional.
Controle de gastos (Formalização)	“Existe controle formal de receitas e despesas, com registros sistemáticos?”	90,9	92,3	100,0	Gestão econômica dissemina-se na economia popular, com gradações de sistematização.
Diversificação produtiva (Inserção mercantil)	“Diversifica a produção (polpa, suco, mingau ou outros alimentos)?”	81,8	96,2	100,0	Estratégia de reprodução diante da sazonalidade; quase total nos segmentos integrados.
Programas públicos (Políticas públicas)	“Participa de programas públicos de fomento”	0,0	0,0	0,0	Ausência total: modernização observada é mercantil/endôgena, não induzida por política pública.

Fonte: Elaboração do Autor (2025)

A dinâmica financeira reforça a existência de processos seletivos de integração econômica. O acesso ao financiamento externo concentra-se predominantemente entre

estabelecimentos mais capitalizados, enquanto o reinvestimento dos lucros se apresenta amplamente difundido em todos os segmentos, evidenciando a presença de racionalidades econômicas orientadas à reprodução produtiva também no universo da economia popular, ainda que sob escalas e constrangimentos distintos.

No campo da inserção mercantil, destacam-se dois movimentos complementares. O primeiro corresponde à expansão da digitalização da circulação econômica, expressa pela crescente utilização de redes sociais para divulgação comercial, fenômeno que se amplia progressivamente do circuito inferior ao circuito superior marginal. O segundo refere-se à quase universalização dos meios eletrônicos de pagamento, como Pix e cartões, inclusive entre os batedores vinculados ao circuito inferior, indicando que determinados objetos do meio técnico-científico-informacional se disseminam amplamente no interior da economia popular, ampliando a circulação mercantil sem eliminar o enraizamento territorial da produção e a centralidade do trabalho familiar.

Em contraste, observa-se ausência total de participação em programas públicos de fomento entre os entrevistados, constituindo um dado transversal relevante. Esse resultado indica que o processo de modernização observado resulta predominantemente de estratégias endógenas e mercantis de adaptação, frequentemente mediadas por instrumentos do circuito superior — como instituições financeiras, fintechs, fornecedores de equipamentos e plataformas digitais — que ampliam a circulação e o consumo, mas não democratizam plenamente os mecanismos de reprodução ampliada do capital.

A leitura desses resultados à luz da teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos permite reconhecer a permanência de traços estruturais do circuito inferior — como baixa capitalização, trabalho familiar, forte territorialização produtiva e dependência de mercados populares — combinada à incorporação seletiva, e socialmente desigual, de objetos, normas e práticas associadas ao circuito superior. Tal combinação não deve ser interpretada como uma transição linear entre informalidade e formalização, mas como a constituição de uma zona híbrida na qual racionalidades econômicas distintas se articulam.

Em termos miltonianos, trata-se de um processo de modernização por adição, e não por substituição, no qual tecnologias financeiras, exigências sanitárias e práticas mínimas de controle econômico se sobrepõem às formas tradicionais de organização produtiva sem eliminar sua base socioterritorial. Persistem, contudo, fronteiras estruturais decisivas, notadamente no acesso desigual ao crédito e à formalização trabalhista, reafirmando o caráter subordinado da integração observada.

É precisamente nesse interstício que se sustenta empiricamente a hipótese de emergência do circuito inferior integrado, entendido nesta pesquisa como atualização contemporânea do circuito inferior sob as condições de difusão do meio técnico-científico-informacional, expansão da microformalização e digitalização das práticas comerciais.

O grupo majoritário da amostra expressa com nitidez esse padrão, mantendo bases típicas da economia popular, como produção territorializada e centralidade do trabalho familiar, ao mesmo tempo em que incorpora seletivamente elementos organizacionais e técnicos do circuito superior, incluindo qualificação profissional, adequações sanitárias, uso de EPIs, pagamentos eletrônicos e presença digital.

A zona de intermediação estrutural, por sua vez, aproxima-se de forma mais consistente do circuito superior marginal, apresentando maior incidência de crédito e formalização do trabalho. Entretanto, mesmo nesse segmento persistem racionalidades típicas da economia popular, como reinvestimento produtivo e diversificação mercantil, confirmando que os circuitos econômicos não constituem esferas estanques, mas campos dinâmicos de combinações e transições.

As implicações desse fenômeno extrapolam a dimensão estritamente econômica e incidem diretamente sobre a configuração socioespacial das baixadas de Belém. Observa-se, em primeiro lugar, a intensificação do uso produtivo do território, com a refuncionalização do espaço doméstico e a diluição das fronteiras entre residência, produção e comércio, transformando o domicílio em unidade econômica híbrida atravessada por exigências sanitárias e processos graduais de tecnificação.

Em segundo lugar, a territorialização dos pontos de batimento de açaí favorece a formação de microcentralidades populares, caracterizadas por fluxos econômicos de curta e média distância, baseados em redes de proximidade e consumo cotidiano, reforçando o papel do bairro do Guamá como núcleo produtivo na economia urbana de Belém.

Em terceiro lugar, observa-se um processo de reescalonamento dos fluxos econômicos, no qual as periferias urbanas deixam de ser interpretadas apenas como destinos da urbanização incompleta e passam a desempenhar papel ativo na organização do metabolismo urbano do açaí, estruturando circuitos regulares de compra, processamento e comercialização que reorganizam padrões de mobilidade, sociabilidade e uso do solo.

Em quarto lugar, a emergência do circuito inferior integrado explicita o conteúdo contemporâneo da modernização desigual, marcada pela incorporação fragmentária de objetos e normas do meio técnico-científico-informacional sobre territórios populares, produzindo

coexistência entre técnicas modernas e práticas tradicionais e gerando novas heterogeneidades internas nas próprias periferias urbanas.

Por fim, o quadro empírico revela um paradoxo político-territorial relevante: à medida que determinados segmentos da economia popular se modernizam, ampliam-se também as exigências infraestruturais e institucionais, como acesso a energia, saneamento, licenciamento e logística, fazendo com que a precariedade estrutural das baixadas continue atuando como gargalo ao desenvolvimento e como mecanismo de reprodução da subordinação econômica.

Diante desse conjunto de evidências, torna-se possível sustentar que o bairro do Guamá não pode mais ser interpretado como território de predominância do circuito inferior clássico, embora este permaneça como fração constitutiva da economia local. Os dados demonstram a existência de uma reconfiguração interna do circuito inferior, cuja expressão predominante passa a ser o circuito inferior integrado, entendido como atualização desse circuito sob novas condições técnicas, financeiras e informacionais.

Essa leitura não elimina a bipolaridade superior-inferior formulada por Milton Santos; ao contrário, a complexifica, evidenciando que a modernização desigual contemporânea tende a produzir formas híbridas de integração subordinada, nas quais a economia popular não apenas resiste à modernização, mas se reinventa e assume papel central na produção do espaço urbano nas baixadas de Belém.

No que se refere à infraestrutura sanitária, todos os entrevistados declararam possuir algum nível de adequação, embora o grau de conformidade seja significativamente mais elevado nos segmentos mais capitalizados. O uso de equipamentos de proteção individual, a formalização do trabalho e o acesso ao crédito evidenciam clivagens estruturais entre os circuitos, indicando que a incorporação de padrões técnicos e institucionais ocorre de forma desigual e seletiva.

No campo da inserção mercantil, destaca-se a ampla difusão de meios eletrônicos de pagamento, bem como a crescente utilização de redes sociais para divulgação comercial, especialmente entre os batedores do circuito inferior integrado e da zona de transição. Esses resultados confirmam a disseminação de objetos e práticas associadas ao meio técnico-científico-informacional no interior da economia popular, ampliando a circulação mercantil e conectando as baixadas a fluxos econômicos que extrapolam o bairro.

Em contraste, observa-se ausência total de participação em programas públicos de fomento entre os entrevistados, indicando que o processo de modernização observado resulta predominantemente de estratégias endógenas de adaptação, mediadas pelo mercado e por mecanismos privados de crédito e consumo.

A leitura desses resultados à luz da teoria dos circuitos da economia urbana permite reconhecer que os batedores do Guamá não podem ser compreendidos exclusivamente como expressão do circuito inferior clássico. Embora elementos estruturais desse circuito permaneçam presentes, observa-se a incorporação seletiva de objetos, normas e práticas associadas ao circuito superior, configurando uma zona híbrida que sustenta empiricamente a hipótese de emergência de um circuito inferior integrado.

Esse subcircuito ascendente caracteriza-se pela coexistência entre trabalho familiar, territorialização da produção e incorporação de tecnologias, formalização parcial e digitalização das práticas comerciais. A zona de intermediação estrutural, por sua vez, evidencia maior aproximação ao circuito superior marginal, apresentando níveis mais elevados de formalização do trabalho, acesso ao crédito e densidade técnica. Contudo, mesmo nesse segmento, persistem racionalidades típicas da economia popular, como o reinvestimento dos lucros e a diversificação produtiva, confirmando que os circuitos não constituem esferas puras, mas campos dinâmicos de combinação e transição.

As implicações desse fenômeno ultrapassam a esfera econômica e revelam transformações profundas na configuração socioespacial das baixadas de Belém. O desenvolvimento da economia do açaí intensifica o uso produtivo do espaço doméstico, transformando residências em unidades híbridas de produção, comércio e moradia.

Esse processo contribui para a formação de microinfraestruturas produtivas e para o aumento da densidade técnica do território, sem que isso implique sua plena integração à cidade formal.

Simultaneamente, observa-se a formação de microcentralidades populares resultantes da territorialização dos pontos de açaí e da articulação entre frentes históricas de ocupação e fluxos cotidianos de consumo. Essas centralidades configuram formas capilares de organização econômica, baseadas em redes de proximidade e circulação local, reforçando o papel do Guamá como núcleo produtivo na economia urbana de Belém.

Nesse contexto, a predominância do circuito inferior integrado indica que o bairro não pode mais ser interpretado como território dominado exclusivamente pelo circuito inferior clássico. O que se observa é a consolidação de uma configuração híbrida, na qual a economia popular incorpora seletivamente técnicas, normas e instrumentos financeiros do circuito superior, mantendo, entretanto, sua base territorial e comunitária. Essa transformação não elimina a bipolaridade superior-inferior proposta por Milton Santos, mas a complexifica internamente, evidenciando que a modernização desigual contemporânea tende a produzir formas híbridas de integração subordinada.

Assim, o circuito inferior integrado emerge como categoria analítica capaz de explicar as transformações recentes das economias urbanas periféricas amazônicas, demonstrando que a economia popular não apenas resiste à modernização, mas se reinventa e passa a desempenhar papel central na produção do espaço urbano nas baixadas de Belém.

5.7 Análise Quantitativa da Produção e da Dinâmica Mercantil do Açaí: safra e entressafra

A análise quantitativa da atividade de batimento de açaí foi sistematizada a partir de três tabelas analíticas complementares, que permitem apreender, de forma integrada, o comportamento produtivo, a sazonalidade e a dinâmica de formação de preços nos períodos de safra e entressafra. Essas tabelas constituem o núcleo empírico da avaliação econômica realizada, articulando volume produzido, receitas e indicadores estatísticos.

A Tabela 3, núcleo quantitativo da análise, apresenta os principais resultados agregados de produção, receita e preço médio ponderado. Observa-se que, durante a safra, os estabelecimentos produziram um volume total de 1.448.738,5 kg de açaí, gerando uma receita de R\$ 8.638.562,50, com preço médio ponderado de R\$ 5,96 por quilograma.

Na entressafra, apesar da redução da produção para 981.850,0 kg, a receita total elevou-se para R\$ 12.584.678,57, acompanhada de um expressivo aumento do preço médio ponderado, que alcançou R\$ 12,82 por quilograma. Esse resultado evidencia a inversão entre volume físico e valorização monetária do produto, revelando que a menor oferta sazonal é compensada pela elevação dos preços no mercado urbano.

Tabela 3 – Produção e receita dos estabelecimentos de batimento de açaí

Período	Quantidade Produzida (kg)	Receita Total (R\$)	Preço Médio Ponderado (R\$/kg)
Safra	1.448.738,50	8.638.562,50	5,96
Entressafra	981.850,00	12.584.678,57	12,82
Total anual	2.430.588,50	21.223.241,07	8,73

Fonte: Elaboração do autor (2025)

A Tabela 4 cumpre a função de comprovação estatística da sazonalidade produtiva, ao apresentar o índice de sazonalidade calculado a partir da razão entre a produção da safra e da entressafra. O índice obtido, igual a 1,48, indica que a produção na safra é aproximadamente 47,6% superior à da entressafra, confirmando empiricamente a centralidade desse período na organização produtiva dos estabelecimentos.

Esse indicador reforça a dependência estrutural da atividade em relação ao ciclo natural do açaí, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de estratégias adaptativas nos períodos de menor oferta.

Tabela 4 – Indicadores de sazonalidade produtiva

Indicador	Valor
Produção na safra (kg)	1.448.738,50
Produção na entressafra (kg)	981.850,00
Índice de sazonalidade produtiva (IS)	1,48
Variação percentual da produção	47,60%

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Por sua vez, a Tabela 5 aprofunda a análise mercantil e a formação de preços, por meio da estatística descritiva do preço do quilograma de açaí. Durante a safra, o preço médio simples foi de R\$ 6,09, com variância de 8,52, indicando relativa homogeneidade nos valores praticados pelos estabelecimentos. Na entressafra, o preço médio simples elevou-se para R\$ 13,37, acompanhado de uma variância significativamente maior, de 25,54, o que demonstra maior dispersão e instabilidade nos preços. Essa heterogeneidade reflete diferenças no acesso à matéria-prima, na escala produtiva e nas estratégias de comercialização adotadas pelos agentes econômicos em um contexto de escassez.

Tabela 5 – Estatística descritiva dos preços do açaí (R\$/kg)

Período	Preço Médio Simples (R\$/kg)	Variância
Safra	6,09	8,52
Entressafra	13,37	25,54

Fonte: Elaboração do autor (2025)

Em conjunto, essas três tabelas evidenciam que a atividade de batimento de açaí é marcada por uma dinâmica sazonal complexa, na qual a safra se caracteriza pela intensificação produtiva e pela redução do preço unitário, enquanto a entressafra, embora apresente menor volume de produção, revela maior valorização mercantil e maior instabilidade nos preços. Essa combinação confirma que a reprodução econômica dos estabelecimentos não depende exclusivamente da quantidade produzida, mas da capacidade de adaptação às oscilações sazonais do mercado, articulando volume, preço e estratégias produtivas ao longo do ciclo anual.

5.8 A atuação do Estado e a difusão das técnicas: Casa do Açaí, Infraestrutura Sanitária e integração institucional.

A análise da formalização entre os batedores de açaí do Guamá evidencia que, embora inseridos majoritariamente na economia popular urbana, esses agentes têm incorporado, de forma crescente, elementos institucionais, técnicos e normativos que reconfiguram suas práticas produtivas.

A formalização, tradicionalmente concebida como mecanismo de controle estatal, assume função distinta quando associada a instrumentos de simplificação e apoio técnico, como o Simples Nacional e o MEI. Nessas condições, passa a operar como mecanismo de integração funcional das economias periféricas às camadas formais da economia urbana, sem romper com suas bases territoriais e sociais.

As evidências empíricas reforçam esse argumento: no universo de 50 entrevistado, aproximadamente 60% declararam possuir CNPJ ativo, ainda que mantenham práticas produtivas artesanais, familiares e enraizadas no território.

A atuação do Estado ocorre por meio de um arcabouço institucional multiescalar. As normas sanitárias da ANVISA (1999-2005) estabelecem parâmetros de qualidade e segurança; os decretos estaduais do PEQA (2010-2012) visam adequar o processamento artesanal às demandas de mercado; e as leis municipais de Belém (1980-2011) reconhecem e valorizam o açaí como patrimônio cultural. Em paralelo, políticas nacionais de formalização reduzem custos burocráticos e criam condições para a demanda regulada de microempreendedores populares na economia formal.

As convergências desses instrumentos revelam que o Estado não atua apenas como regulador, mas como mediador técnico-político, produzindo condições para a constituição de um espaço em que objetos provenientes de diferentes sistemas se entrelaçam, gerando formas híbridas de produção.

Os batedores de açaí do Guamá materializam a singularidade de preservação de práticas históricas da economia popular, enquanto internalizam formas jurídicas, sanitárias, tecnológicas e informacionais associadas ao circuito superior. Esse processo sustenta o entendimento da existência de um circuito inferior integrado, caracterizado pela coexistência de formalidade parcial, modernização técnica seletiva e forte dependência das bases territoriais populares.

Isso expressa uma parte de empreendedores que, embora não alcancem os padrões de escala e capitalização do circuito superior, também não permanecem integralmente no circuito inferior, produzindo formas de economia urbanas nas baixadas de Belém.

Os resultados evidenciam uma diferenciação estrutural entre os segmentos produtivos vinculados ao processamento e comercialização do açaí no bairro do Guamá, revelando padrões distintos de modernização técnica, organização produtiva e acesso a mecanismos institucionais de qualificação profissional.

Tabela 6 – Infraestrutura Sanitária e Formação Técnica na Casa do Açaí por Circuito da Economia Urbana

Circuito / Categoria	% Infraestrutur Completa	% Infraestrutur Parcial	Número de pessoas que conhecem o Curso Casa do Açaí	% Curso Casa do Açaí
Circuito Inferior	9,09	90,91	6	54,55
Circuito Inferior Integrado	61,54	38,46	26	100
Zona de Intermediação Estrutural	100,00	0,00	13	100
Total Geral	60	40	45	90

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Inicialmente, observa-se que o circuito inferior tradicional apresenta elevado predomínio de infraestrutura parcial, atingindo 90,91% dos estabelecimentos, enquanto apenas 9,09% possuem infraestrutura completa. Esse padrão revela a permanência de formas produtivas marcadas por baixa capitalização e limitada incorporação de padrões técnicos e sanitários mais complexos. Trata-se de um segmento que opera predominantemente com recursos produtivos tradicionais, forte dependência do trabalho familiar e restrito acesso a investimentos estruturais, características historicamente associadas ao circuito inferior da economia urbana.

Em contraste, o circuito inferior integrado apresenta uma inflexão significativa nesse padrão. Nesse segmento, 61,54% dos estabelecimentos possuem infraestrutura completa, enquanto 38,46% ainda operam com infraestrutura parcial. Esses dados indicam a incorporação seletiva de objetos técnicos, melhorias sanitárias e maior organização produtiva, sem que ocorra ruptura com as bases sociais e territoriais que sustentam a atividade. Esse comportamento confirma a hipótese de que o circuito inferior vem passando por um processo de modernização desigual, no qual técnicas, crédito e informação são assimilados de forma gradual e seletiva.

A zona de intermediação estrutural apresenta o nível máximo de adequação técnica, com 100% dos estabelecimentos possuindo infraestrutura completa. Esse resultado evidencia a maior proximidade desse segmento com padrões organizacionais e técnicos associados ao

circuito superior marginal, caracterizando um espaço de transição funcional entre formas produtivas populares e segmentos mais estruturados da cadeia produtiva do açaí.

No que se refere à capacitação técnica, os resultados demonstram forte disseminação do acesso ao conhecimento institucionalizado. O percentual de batedores que conhecem ou participaram de cursos ofertados pela Casa do Açaí atinge 54,55% no circuito inferior tradicional, elevando-se para 100% tanto no circuito inferior integrado quanto na zona de intermediação estrutural. No total geral da amostra, 90% dos entrevistados tiveram algum nível de contato com esse mecanismo de qualificação.

Esse resultado revela a crescente institucionalização dos saberes produtivos tradicionalmente transmitidos por meio de práticas familiares e comunitárias. Ao mesmo tempo, indica que políticas públicas e iniciativas de qualificação vêm atuando como instrumentos de integração parcial das economias populares aos sistemas técnicos e sanitários mais complexos, contribuindo para elevar padrões produtivos e ampliar a competitividade desses estabelecimentos.

Do ponto de vista teórico, os dados empíricos reforçam a leitura de que a economia urbana não opera por meio de uma separação rígida entre segmentos modernos e tradicionais, mas sim por meio de relações de interdependência e hibridização funcional. O circuito inferior integrado emerge, nesse contexto, como uma forma intermediária que combina práticas sociais e territoriais próprias das economias populares com a incorporação progressiva de elementos técnicos e institucionais típicos do circuito superior.

Assim, os resultados confirmam que o processamento artesanal do açaí no Guamá expressa um processo de modernização seletiva, no qual a difusão de infraestrutura sanitária e capacitação técnica não elimina as bases sociais da atividade, mas reconfigura suas formas de inserção econômica e territorial. Esse movimento reforça a pertinência analítica da categoria circuito inferior integrado como ferramenta interpretativa para compreender as transformações contemporâneas das economias urbanas populares amazônicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a inserção dos batedores de açaí das baixadas de Belém na economia urbana, com ênfase no bairro do Guamá, buscando verificar em que medida suas práticas econômicas e territoriais configuram a emergência de um circuito inferior integrado e como esse processo impacta a organização do espaço urbano.

A partir da articulação entre revisão teórica, análise histórico-territorial e investigação empírica com base em levantamento junto a cinquenta batedores de açaí, foi possível construir um quadro interpretativo consistente que permitiu responder às questões investigativas e avaliar as hipóteses formuladas.

Os resultados demonstraram que a atividade do batimento artesanal de açaí constitui um elemento estruturante da economia popular urbana nas áreas de baixada de Belém, exercendo papel central na reprodução social das famílias trabalhadoras e na organização territorial dessas áreas. A análise empírica revelou que os batedores combinam práticas tradicionais, como trabalho familiar, transmissão de saberes locais e forte enraizamento comunitário, com a incorporação seletiva de técnicas modernas, como microformalização via MEI, utilização de maquininhas de pagamento, acesso a crédito e uso de redes sociais para comercialização.

Essa coexistência de práticas confirma que a economia do açaí não pode ser compreendida apenas como expressão do circuito inferior tradicional, evidenciando a presença de formas híbridas de organização produtiva e mercantil que ampliam a inserção desses agentes no mercado urbano.

Nesse sentido, as hipóteses formuladas pela pesquisa foram amplamente confirmadas. A primeira hipótese, segundo a qual a técnica tradicional de batimento do açaí preserva valores socioculturais das populações migrantes ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico da atividade, mostrou-se válida ao evidenciar a continuidade de práticas territoriais e culturais que estruturam a economia do cotidiano nas baixadas.

A segunda hipótese, referente à existência de práticas econômicas que articulam elementos do circuito inferior com instrumentos do circuito superior marginal, também foi comprovada empiricamente, uma vez que os dados revelaram a difusão de mecanismos institucionais e tecnológicos que ampliam a capacidade competitiva desses empreendedores populares. Por fim, a terceira hipótese — que propunha a emergência de um circuito inferior integrado — demonstrou forte sustentação analítica, sendo possível identificar um conjunto de agentes que operam com tecnificação leve, capital misto e legalidade parcial, configurando uma zona intermediária entre o circuito inferior tradicional e o circuito superior marginal.

Do ponto de vista dos objetivos específicos, a pesquisa conseguiu identificar o perfil socioeconômico e produtivo dos batedores de açaí do bairro do Guamá, demonstrando que sua organização produtiva está diretamente relacionada às dinâmicas históricas de ocupação urbana e aos processos migratórios que estruturaram o território.

Também foi possível interpretar os resultados empíricos à luz da teoria dos circuitos da economia urbana, contribuindo para a atualização dessa abordagem teórica ao evidenciar a existência de graduações internas no circuito inferior. Além disso, a análise demonstrou que a economia do açaí exerce influência direta sobre a configuração socioespacial das baixadas, atuando como mecanismo de geração de renda, organização territorial e produção de novas centralidades econômicas nas periferias urbanas.

Em termos teóricos, a pesquisa contribui para o avanço da teoria dos circuitos da economia urbana ao propor a noção de circuito inferior integrado como categoria analítica capaz de interpretar as transformações recentes das economias populares urbanas. Essa contribuição reforça a ideia de que a urbanização nas cidades periféricas não se estrutura apenas pela coexistência de polos opostos, mas por processos de hibridização e interdependência que expressam a modernização desigual do território.

Assim, a economia do açaí revela-se não apenas como atividade econômica, mas como fenômeno socioespacial capaz de redefinir o papel das periferias na dinâmica urbana de Belém. Do ponto de vista empírico e territorial, o estudo evidencia que as baixadas não podem ser interpretadas apenas como espaços de precariedade, mas como territórios produtivos e socialmente ativos, onde se desenvolvem estratégias econômicas inovadoras e adaptativas.

A economia do açaí emerge, portanto, como elemento estruturador da economia urbana popular amazônica, conectando redes locais de produção a fluxos regionais e globais de comercialização, ao mesmo tempo em que preserva práticas culturais e territoriais próprias. Os resultados desta pesquisa abrem novas possibilidades investigativas relacionadas à compreensão das economias populares urbanas na Amazônia e em outras regiões periféricas do Sul Global. Um primeiro eixo promissor refere-se à análise comparativa do circuito inferior integrado em diferentes cadeias produtivas amazônicas, como pesca artesanal, agricultura periurbana e extrativismo florestal, buscando identificar padrões comuns de modernização seletiva e integração mercantil.

Tal abordagem permitiria ampliar a discussão sobre a atualização da teoria dos circuitos da economia urbana, contribuindo para a construção de um modelo interpretativo mais abrangente sobre as transformações contemporâneas das economias populares.

Outro campo de aprofundamento refere-se à análise das relações entre economia popular, plataformas digitais e financeirização das periferias urbanas.

A crescente inserção de pequenos empreendedores em sistemas digitais de pagamento, crédito e comercialização sugere a emergência de novas formas de dependência e integração econômica que ainda carecem de investigação sistemática.

Estudos posteriores poderiam explorar essas dinâmicas a partir de uma abordagem interdisciplinar, articulando geografia econômica, sociologia urbana e economia política, com o objetivo de compreender como as tecnologias digitais estão reconfigurando as estratégias produtivas, os padrões de consumo e as formas de territorialização das economias populares amazônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, Aurélia Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** / Aurélia Gomes Abelém. – 2º ed. – Belém: NAEA, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Instrução Normativa nº 01, de 7 jan. 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/568fea8047458f7898bddc3fbc4c6735/RDC_218_2005.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 14 jun. 2012.

_____. Instrução Normativa nº 12, de 10 set. 1999. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/568fea8047458f7898bddc3fbc4c6735/RDC_218_2005.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 14 jun. 2012.

_____. Resolução RDC nº 216, de 15 set. 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/568fea8047458f7898bddc3fbc4c6735/RDC_218_2005.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 14 jun. 2012.

_____. Resolução RDC nº 218, de 29 jul. 2005. Dispõe sobre Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparadas com Vegetais. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/568fea8047458f7898bddc3fbc4c6735/RDC_218_2005.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 14 jun. 2012.

ALMEIDA, Clayton Vitor Pereira. **Inovações Tecnológicas Das Máquinas, Equipamentos E Utensílios Utilizados Na Produção Artesanal De Açáí.** Belém, 2015.

ALMEIDA, C. M. R. **Belém do Pará, uma cidade entre as águas: história, natureza e definição territorial em princípios do século XIX.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, São Paulo, 2011. Anais...São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. **Evidências Arqueológicas para a Origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia.** MANA 21(3): 499-525, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p499>

ALMEIDA, Luz Marina Lopes; FERNANDES, Danilo Araújo; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **Os dois circuitos urbanos da economia do açáí na Região Metropolitana de Belém: dinâmica histórica e configuração atual.** (Trabalho apresentado no XVII Seminário sobre a Economia Mineira, 2016).

ALMEIDA, Rafael Galvão de; SILVA, Harley. *The entrepreneur between two circuits: the critical contribution of Milton Santos to entrepreneurship studies.* In: Research in the History of Economic Thought and Methodology, 2023.

ALMEIDA, R, CARNEIRO, P. *Enforcement of labor regulation, informal labor, and firm performance.* World Bank Policy Research Working Paper 3756; 2005.

ANDERSON, Anthony B.; MAY, Peter H.; BALICK, Michael J. **The subsidy from nature: palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier.** *Advances in Economic Botany*, New York, v. 1, p. 1–141, 1985.

ANDRADE, Soraya Souza de. **Pão tapioca, pão tapioca pão: gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural na Grande Belém.** 2014. Tese (Doutorado) – UFPA, Belém, 2014.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas.** Trad: Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BELÉM (Município). Lei nº 7.148, de 10 dez. 1980. Denomina Praça do Açaí. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=697>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. Lei nº 8.461, de 14 nov. 2005. Programa de Incentivo à Cultura do Açaí. Diário Oficial do Município, 14 nov. 2005. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=2022>. Acesso em: 30 jan. 2011.

_____. Lei nº 8.691, de 15 maio 2009. Festival do Açaí. Diário Oficial do Município, 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www.cinbesa.com.br/diario/arquivos/dom-12-05-2011.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

_____. Lei nº 8.822, de 4 maio 2011. Declara o açaí Patrimônio Cultural do Município. Diário Oficial do Município, 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www.cinbesa.com.br/diario/arquivos/dom-12-05-2011.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

BETENDORF, João Felipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.** Belém: Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BICUDO JÚNIOR, Edison Claudino. **O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro.** 2006. 286f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORGES, Marcos Trindade. **Do porto à mesa: etnografia dos fluxos de comercialização, circulação e consumo de açaí no bairro do Jurunas–Belém/PA.** 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BRITO, Vivian Costa; THEIS, Ivo Marcos. **A Contribuição de Milton Santos para o Pensamento Social Brasileiro. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2015.

BRONDIZIO, E. S. 2008. **The Amazonian Caboclo and the Açaí palm: Forest Farmers in the Global Market.** New York: New York Botanical Garden Press.

CALZAVARA, Batista Benito G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico**. Belém: FCAP, 1972.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: EDUFPA, 2007.

CATAIA, Márcia; SILVA, Rogério. **A economia urbana e a reconfiguração do circuito inferior**. Revista de Geografia Urbana, 2013.

CARNEIRO, Rodrigo. **Circuitos híbridos e o meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2018.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTE, P.B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. 3ª ed. cejup, CNPq. Museu Paraense Emílio Goeldi – Coleção Adolfo Ducke. Belém. 279 pp. 1974.

CHAVES, M. **Colonização e reconfiguração urbana na Amazônia colonial**. Belém: NAEA/UFPA, 2016.

CHAVES, Túlio Augusto P.de O. **O Plano de Urbanização de Belém: Cidade e Urbanismo na década de 1940**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PPGHSA, UFPA, Belém- Pará, 2016.

CORRÊA DOS SANTOS, Paola. **Produção do Vinho de Açaí no Município de Belém: Boas Práticas de Processamento e Transmissão Oral da Doença de Chagas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

COSTA, Francisco de Assis. **Contas sociais alfa (CS α): uma metodologia de cálculo ascendente para a configuração macro-estrutural de economias locais**. Revista Interações, Campo Grande, v. 7, n. 12, 2006.

COSTA, Francisco de Assis. **O açaí do Grão-Pará: arranjos produtivos e economia local – estruturação e dinâmica (1995-2011)**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU. NAEA/UFPA, 2016.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: UFPA, 1973. v. 2. (Coleção Amazônica. José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>

CUNHA, Cláudio Marcelo Gomes da. **O açaí como arranjo produtivo local no estado do Pará**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Emina; PALHETA, Daniel. **A educação jesuítica na Amazônia Setecentista e os confrontos com o Pombalismo**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 259-291, set./dez. 2018.

D'EVREUX, Ives. **Voyage dans le nord du Brésil (1613-1614)**. Wentworth Press, Paris, 2018.

DIAS JÚNIOR, José do Espírito Santo. **A Cultura Popular No Guamá: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia de Belém**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

EMBRAPA. **Tecnologias para inovação nas cadeias euterpe** / José Dalton Cruz Pessoa, Gustavo Henrique de Almeida Teixeira editores. -- Brasília, DF : Embrapa, 2012.

EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL. **Cultivar de açaizeiro BRS Pará**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2015. (Folder/Tecnologia em Números, n. 1).

FAJNZYLBER Pablo; MALONEY, William F.; MONTES-ROJAS, Gabriel V. **Does Formality Improve Micro-Firm Performance? Quasi-Experimental Evidence from the Brazilian SIMPLES Program**. Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor. Discussion Paper No. 4531 October 2009.

FAJNZYLBER, P, MALONEY, W F, Montes-Rojas, G. **Releasing constraints to growth or pushing on a string? Policies and performance of Mexican micro-firms**. Journal of Development Studies 2009; forthcoming.

FALESI, I. C. O estado atual dos conhecimentos sobre os solos da Amazônia brasileira. In: Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Belém, PA). **Zoneamento agrícola da Amazônia: 1a aproximação**. Belém, PA, 1972, p. 17- 67. (IPEAN. Boletim Técnico, 54).

FARRELL, D. **The hidden dangers of the informal economy**. McKinsey Quarterly 3; 2004.

FERREIRA, A. R. **Viagem Filosófica pela Capitania do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias: zoologia e botânica**. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972

FLORES, Jacques. **Panela de Barro**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Secretária do Estado de Cultura, 1990.

FRIKEL, Protasio. **Os Kaxuyana – Notas Etno-Históricas, Boletim Emílio Goeldi**, Belém, 1970.

GUIMARÃES, Camilla Maria Cavalcante. **Dinâmica do processo de inovação do açaí: a trajetória de pesquisa e desenvolvimento do BRS-Pará**. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2016.

HOMMA *et al.* **Açaí: novos desafios e tendências**. Amazônia: Ci.& desenvolv., Belém, v.1, n.2, jan./jul, 2006.

HOMMA, A. K. O. , NOGUEIRA, O. L., MENEZES, A. J. E. A., CARVALHO, J. E. U., NICOLI, C. M. L. e MATOS, G. B. 2014. **Açaí: Novos Desafios e Tendências in: Extrativismo vegetal na Amazônia : história, ecologia, economia e domesticação / Alfredo Kingo Oyama Homma (editor técnico)**. Brasília, DF: Embrapa, pág 133-148.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros/[Conselho Nacional de Geografia]**. IBGE. Livro 27295, vol.14. 1957. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-talogo?id=227295&view=detalhes>>

_____. **Metodologia do censo demográfico 2010 / IBGE**. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016 720 p. - (Relatórios metodológicos, ISSN 0101-2843 ; v. 41). Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>>.

KALUME, Luciana, R.V; CORSEUIL, Carlos H. L.; Santos, Daniel D. **O simples nacional e a formalização das firmas no Rio de Janeiro**. planejamento e políticas públicas | ppp | n. 40 | jan./jun. 2013.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. São Paulo: USP, 2006. (Tese de doutorado).

LAVADO SOLÍS, Carlos Alberto. **Manejo tradicional do açaí na várzea amazônica: adaptação, saberes locais e sustentabilidade**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

LEÃO, Monique Bentes Machado S. **Remoção e reassentamento em baixadas de Belém: estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010)** – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém – 2013.

LEITE, Maurício. **Circuitos híbridos e tempos lentos na economia amazônica**. Revista Brasileira de Geografia, 2019.

LEVENSON, A R, MALONEY, W F. **The informal sector, firm dynamics and institutional participation**. World Bank Policy Research Working Paper 1988; 1998.

LIMA, José; SILVA, Ana. **Circuitos da economia urbana e desigualdade social**. Fortaleza: UFC, 2012.

LUCZYNSKI, Edson. **Aproveitamento energético do caroço de açaí como biomassa**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come: uma história da alimentação e do abastecimento em Belém (1850-1900)**. São Paulo: editora Alameda, 2014.

_____. **A cozinha mestiça. Uma história da alimentação em Belém (fins do século XIX a meados do século XX)**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2016.

MEDEIROS, José; AZEVEDO, Cláudia. **A Zona Norte de Natal e os circuitos da economia urbana**. Natal: UFRN, 2013.

MEGGERS, Betty J. **Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise**. Library of Congress Catalog Number 74-1414.27 ISBN 202-01016-3, cloth; 202-01044-9, paper. 1971;

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. Grafisa cia gráfica e editora Globo, Belém-Pará, 1976.

MENDES, Alex *et al.* **O mercado de açaí no estado do Pará: uma análise recente.** *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v. 8, n. 15, jul./dez. 2012.

MÉTRAUX, Alfred. **A Religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis** / Alfred Métraux; prefácio, tradução e notas do prof. Estevão Pinto; apresentação do Prof. Egon Schaden. – 2. Ed – São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

MIRANDA, Lidiane de V. A; MOCHIUTTI, Silas; CUNHA, Alan C. da; CUNHA, Helenilza F. A. **Descarte e Destino Final de Caroços de Açaí na Amazônia Oriental - Brasil.** *Ambiente & Sociedade.* São Paulo. Vol. 25, 2022.

MITSCHEIN, T.; Miranda, H. & Paraense, M. **A Urbanização Selvagem e a Proletarização Passiva na Amazonia – o caso de Belém.** Belém: Editora CEJUP, 1989.

_____. **Crescimento, pobreza e violência em Belém** / Thomas Adalbert Mitschein, Jadson Fernandes Chaves e Henrique Rodrigues de Miranda. Belém: NUMA/UFPA; POEMA, 2006.

MODESTO, Juliana Cordeiro. **Vozes intangíveis da Passagem Pedreirinha : memória e patrimônio no Bairro do Guamá, Belém do Pará** / Juliana Cordeiro Modesto ; João Fernando Igansi Nunes, orientador ; Diego Lemos Ribeiro, coorientador. — Pelotas, 2017.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A Questão Habitacional no Brasil.** *Mercator, Fortaleza,* v. 16, e16015, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16015> ISSN: 1984-2201 Copyright © 2002, Universidade Federal do Ceará.

MONTEIRO, J C M, ASSUNÇÃO, J J. **Outgoing the shadows: Estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality and investment.** *European Meeting of the Econometric Society 2006; Vienna.*

MONTEIRO, Luana H.O; COSTA, Rodrigo O. S da; PINHEIRO, Paula F. V. **Resíduos Produzidos pelos Processadores de Açaí na Região Metropolitana de Belém e Avaliação do seu Potencial Energético.** IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino Americano de Engenharia e Sustentabilidade. Belo Horizonte/MG, 2017.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Alimentos preparados à base de mandioca.** In: *Revista Brasileira de Folclore.* Ano III, n. 5. Janeiro/Abril 1963. Ministério da Educação e Cultura. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua Expressão Geográfica.** Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, E. **A urbanização das várzeas e o crescimento de Belém.** Belém: UFPA, 1966.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Os circuitos da economia urbana e a globalização.** 2011. Tese (Doutorado) – USP, 2011.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Atualizações da teoria dos circuitos no Brasil contemporâneo**. Revista Geográfica Venezuelana, 2012.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Circuitos híbridos da economia urbana**. In: IPEA (org.). **Dinâmicas Urbanas no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2024.

MOURÃO, Leila. **História e natureza: do açaí ao palmito**. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 3, n. 2., 2010.

_____. **Do Açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico**. Belém: Ed. Açaí, 2011.

NASCIMENTO, Maria do Socorro Ferreira do. **A cadeia produtiva do açaí no Pará: acumulação, concorrência e relações de trabalho**. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2006.
NOGUEIRA, Oscar Lameira. **Açaí: manejo, produção e processamento**. / Oscar Lameira Nogueira ... [et al.]. - Fortaleza: Instituto Frutal, 2006. 147 p.

NOGUEIRA, Oscar Lameira. **Açaí** / editado por Oscar Lameira Nogueira, Francisco José Câmara Figueirêdo, Antonio Agostinho Müller. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 137p. : il.; 21cm . __ (Embrapa Amazônia Oriental. Sistemas de Produção, 4).

NOGUEIRA, Andréa Cristina dos Santos; SANTANA, Antônio Cordeiro de; GOMES, Sônia Maria Lemos. **Açaí: importância econômica, elasticidade da demanda e organização produtiva no Pará**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 51, n. 3, p. 523–540, 2013.

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha. **Região, Particularidade e Formação Socioespacial: pensando a Amazônia na obra de Milton Santos**. Paper do NAEA 2019, Volume 28, Nº 2 (425) ISSN 15169111

OLIVEIRA, H. M. P.; TRINDADE JR., S-C. C. **A Amazônia e o meio técnico-científico informacional: leituras da obra de Milton Santos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVIII, 2016, São Luís, Anais eletrônicos... São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2016.

OLIVEIRA, M do S.P de; Carvalho, J.E.U. de; Nascimento, W.M.O. do. **Açaí (Euterpe oleracea Mart.)**. Jaboticabal: Funep. 52p. (Série Frutas Nativas, 7), 2000.

PARÁ. **Decreto no 2.475, de 10 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências. Disponível em: <<http://biblioteca.mp.pa.gov.br/phl81/capas/decreto%202475.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Decreto no 250, de 13 de outubro de 2011**. Dispõe sobre as ações previstas para realização pelo PEQA e à composição do GT. Disponível em: <<http://biblioteca.mp.pa.gov.br/phl81/capas/decreto%202475.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. **Decreto no 326, de 24 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre as regras, definições e determinações relativas ao processamento artesanal do açaí a serem aplicadas em todo o Estado do Pará. Disponível em: <<http://biblioteca.mp.pa.gov.br/phl81/capas/decreto%202475.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

PAULA, José Elias de. **Anatomia de Euterpe oleracea Mart. (Palmae da Amazonia).** Manaus: INPA, Acta Amazônica, 1975.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana.** Belém: UFPA, 1968. V.1

_____. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana.** Belém: UFPA, 1968. V.2.

PAGLIARUSSI, Marina Sanches. **A cadeia produtiva agroindustrial do açaí: estudo da cadeia e proposta de um modelo matemático.** Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010

QUEIROZ, Paulo. **As centrais de abastecimento e os circuitos da economia urbana.** Fortaleza: EdUFC, 2015.

RAMOS, José M.T. **Entre dois tempos: um estudo sobre o bairro do Guamá/Escola Frei Daniel/Patrono.** – Belém, editora PakaTatu, 2002.

RAMOS, M. **A colônia dos Lázarus e a formação das baixadas de Belém.** Belém: UFPA, 2002.

RIBEIRO, Fabrício Ribeiro. **História e memória: leituras sobre o trabalho com o açaí e suas transformações.** 2016. 245 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. (Programa de Pós-Graduação em História).

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do Bairro do Jurunas: sociabilidades e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém-PA.** 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

_____. **O Bairro do Jurunas, à beira do Rio Guamá.** Revista Mosaico, v.1, n.2, p. 143-156, julho/dezembro, 2008.

RODRIGUES, Edmilson B. **Aventura Urbana: Urbanização, Trabalho e Meio-ambiente em Belém.** Belém: Editora, 1996.

RODRIGUES, Edmilson B. **Notas sobre ocupação do espaço, meio ambiente e qualidade de vida na região metropolitana de Belém.** NAEA-UFPA, 1994.

RODRIGUES, E.; BASTOS, A. **O Guamá e as geografias da exclusão: necropolítica e cidade.** Belém: UFPA, 2023.

RODRIGUES, Luciene. CARDOSO, Antônio Dimas. **Pobreza, Desigualdade de Renda, Mobilidade Social no Brasil e os seus Determinantes: 1981 a 2007.** 1º Congresso de

Desenvolvimento Regional de Cabo Verde. 2009. Disponível em: <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2036/264A.pdf>>.

Rodrigues, E. G. **O bairro do Guamá da era Belle-Époque à Belém contemporânea**. Caderno 4 Campos, UFPA, 2023.

ROGEZ, Denis. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1994.

_____. **Território, Globalização e Fragmentação**. Organizado por Milton Santos; Maria Adélia A de Souza e Maria Laura Silveira. Editora Hucitec. 1996. ISBN: 978-85-271-0449-2.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º edição – São Paulo – Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene de Q.F.Szmrescsányi. – 2º ed, 2º reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Pobreza Urbana/ Milton Santos, com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala**. – 3 ed, – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia/ Milton Santos; em colaboração com Denise Elias**. - 6º ed. 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Roberto A. de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920/Roberto Santos**. – São Paulo: T.A.Queiroz, 1980 (Biblioteca básica de Ciências Sociais; sér.1.: Estudos brasileiros; v.3)

SILVA, Harley. **A economia do açaí em Belém-PA: vida urbana e biodiversidade em uma experiência singular de desenvolvimento econômico**. Novos Cadernos NAEA. v.24, n.3, p.259-286, set-dez 2021, ISSN 1516-6481/2179-7536.

SILVA, Marcus Vinicius Silva da; LIMA Aline Maria Meiguins de. **Reconstituição espaço-temporal do Alagado do Piry de Jussara, Belém-PA: evolução e impacto na urbanização**. Revista Cerrados, Montes Claros – MG, v. 19, n. 01, p. 113-139, jan./jun.-2021.

SILVEIRA, Maria Laura. **Cidades e circuitos da economia urbana**. São Paulo: Edusp, 2016.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Açaí, ah! Em Belém do Pará tem! Natureza, cultura e sustentabilidade**. Belém: Editora do NAEA; MAÇAÍ; PROEX-UFPA, 2014.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. 1ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro, São Paulo, 2019.

SPINK, M. J. P., MARTINS, M. H. M., SILVA, S. L. A., & SILVA, S. B. (2020). **O Direito à Moradia**. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003207501>

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

STRUDWICK, Paul; SOBEL, David. **Uses of Euterpe oleracea Mart. in the Amazon estuary, Brazil**. *Advances in Economic Botany*, New York, v. 6, p. 225–253, 1988.

SUDAM; DNOS; PARÁ, Governo do Estado. **Monografia das baixadas de Belém**: subsídios para um projeto de recuperação. 2.ed. Belém: SUDAM, 1976, 2v.

TAGORE, Márcia de P. B. **O aumento da demanda do açaí e as alterações sociais, ambientais e econômicas: o caso das várzeas de Abaetetuba, Pará** / Márcia de Pádua Bastos Tagore. – 2017.

TCHAYANOV, A.V. **Teoria dos Sistemas Económicos não-capitalistas (1924)**. Em: *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XII, tomo II, n.46, 1976, p.477-502.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém, NAEA/UFPA – 1997.

_____. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997)**. 1ª edição – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

_____. **Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia**. Paper do NAEA 2017, Volume 26, Nº 1 (Edição 366) ISSN 15169111.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C; LEITE, Gabriel Carvalho; OLIVEIRA, Hebert Michel P. de. **O Pensamento de Milton Santos e a Amazônia** – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 200 p.

TURNER, John F. C. (1976). **Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments**. Marion Boyars Publishers Ltd.

TURNER, John F. C & FICHTER, Robert. **Freedom to Build**. New York: Collier Macmillan, 1972.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

WALLE, Paul. **No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2006.

XAVIER, Maria do Socorro de Souza; OLIVEIRA, José de Arimatéia Silva de; SANTOS, Raimundo Nonato Brabo dos. **Manejo sustentável de açais nativos na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2009.

ZYLBERSZTAJN, Breno Eitel. **John F. C. Turner: vida, obra e sua contribuição para a revisão da política habitacional nos anos 1970** / Breno Eitel Zylbersztajn. 149 f. : il. ; 30 cm. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO AO BATEDORES DE AÇAÍ

ESTUDO SOBRE OS BATEDORES DE AÇAÍ NO BAIRRO DO GUAMÁ

Nº entrevista _____ Data: __/__/2025 Ponto de localização _____

1. Nome do entrevistado/empresa: _____

CNPJ: Sim () Nº _____ Não ()

Endereço: _____

2. Dados históricos do batedor e estabelecimento:

2.1. Categoria empresa: Matriz () Filial ()

2.2. Categoria batedor: _____ Nascido em: _____

Tempo de trabalho No ramo _____ no _____ estabelecimento:

2.3. Profissão: anterior: _____ paralela: _____

Justificativa: _____

2.4. Como surgiu a ideia de trabalhar com o açaí:

2.5. Já tinha experiência no ramo?

Sim () Onde adquiriu conhecimento?

() Da família

() De parentes

() De outros batedores

() Curso: Onde? _____

Não () Onde procurou conhecimento?

() Iniciou sem experiência

() Curso na Casa do Açaí

() Por meio de Associações

() Com outros batedores

2.6. Período de trabalho: Somente na Safra () Na entressafra () O ano inteiro ()

Funcionamento: O dia todo () O dia todo () O dia todo ()

Meio período () Meio período() Meio período ()

Justificar: _____

3. Política Pública e Formação

3.1. Tem conhecimento da:

Casa do Açaí? Sim () Não ()

É associado? Sim () Não ()

AVABEL - Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí de

É associado? Sim () Não ()

Belém e Região Metropolitana?

Outra(s)? Qual (is)? _____

É associado? Sim () Não ()

3.2. Já participou de algum programa público voltado a pequenos produtores ou trabalhadores informais?

() Sim — Qual? _____

3.3. Você já participou de cursos ou oficinas relacionados ao açaí ou gestão?

() Sim — Onde? _____

() Não

4. Infraestrutura

4.1. Instalação da empresa (Imóvel)

() Próprio

() Alugado

() Cedido Por quem? _____

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

VENDA

Mercadori a	Quantidad e	Unid .	Quando / Período/m ês	Preço por Unidad e	De quem ? / Para quem?			Formas de Pagament o ¹	Serviços prestado s ²
					Nome	Categoria: empresa/ associação/ órgão público/ escola.	Mun/Estado/out ros bairros		

1) (AV) À vista (AP) A prazo (F) Fiado

2) (T) Transporte (não entrega; entregador, via aplicativo)

(B1) Beneficiamento nível 1 (primário)

(B2) Beneficiamento nível 2 (extração

(B3) Beneficiamentc

(C) Classificação

(A) Armazenagem

(E) Embalagem

6. Tecnologia e Equipamentos

6.1. Quais ferramentas você usa no seu trabalho?

- Apenas manuais e tradicionais
- Máquinas elétricas básicas (ex: batedeira, freezer)
- Também usa celular, aplicativos ou redes sociais no trabalho

6.2. Você utiliza redes sociais ou WhatsApp para divulgar ou vender seu açaí?

- Sim
- Não

6.3. Aceita quais formas de pagamento?

[Marque todas que se aplicam]

- Dinheiro
- PIX
- Cartão
- Aplicativos de entrega

7. Organização e Gestão

7.1. Seu negócio é:

- Totalmente informal (sem registro, apenas vendas locais)
- Semi-organizado (tem maquininha, redes sociais, mas sem CNPJ)
- Formalizado (CNPJ, emissão de nota, fornecedores regulares)

7.2. Você controla seus ganhos e despesas mensalmente?

- Sim
- Não
- De forma informal (caderneta ou memória)

8. Dinâmica Urbana

8.1. Seu ponto de venda/produtivo está em área:

- De bairro popular
- Próxima de vias movimentadas ou centros comerciais
- Em local que recebe visitantes/clientes de outros bairros

9 Além do açaí, o(a) senhor(a) comercializa outros produtos neste ponto? Se sim, quais? Esses produtos são vendidos de forma fracionada (porções pequenas, a granel, em copos ou embalagens pequenas)?

- Não comercializa outros produtos — vende apenas açaí
- Sim, comercializa outros produtos **industrializados** (ex: refrigerante, biscoito, farinha empacotada etc.)
- Sim, comercializa outros produtos **preparados no local** (ex: farinha a granel, peixe, camarão, tacacá, sucos etc.)
- Sim, vende produtos **fracionados** (ex: copo de açaí, colheradas de farinha, pequenas porções de camarão etc.)
- Outros (especificar): _____